

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL**

MARIA CAROLINA FONSECA BARBOSA ROSEIRO

**Dissidências em curso: transicionando gêneros nos currículos e nas práticas  
discursivas em psicologia**

VITÓRIA  
2017

MARIA CAROLINA FONSECA BARBOSA ROSEIRO

**Dissidências em curso: transicionando gêneros nos currículos e nas práticas  
discursivas em psicologia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, Departamento de Psicologia, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional. Linha de Pesquisa: Subjetividade, Política e Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Alexsandro Rodrigues.

VITÓRIA

2017

**MARIA CAROLINA FONSECA BARBOSA ROSEIRO**

**Dissidências em curso: transicionando gêneros nos currículos e nas práticas  
discursivas em psicologia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

---

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Alexsandro Rodrigues**  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional  
(Orientador)

---

**Prof. Dr. Davis Moreira Alvim**  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional  
Instituto Federal do Espírito Santo  
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades  
(Coorientador)

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Amélia Dalvi Salgueiro**  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
(Examinadora externa)

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dra. Ana Lúcia Coelho Heckert**  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional  
(Examinadora interna)

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Elizabeth Barros de Barros**  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
(Examinadora convidada)

## Gratidões

Essa é uma dissertação sobrevivente, assim como sua autora. Desde a elaboração de um projeto, sobrevivemos a: um desemprego; uma clínica privada com baixíssima remuneração dos planos de saúde; uma acolhida em um grupo de pesquisa e nas gongalhões das bichas; um novo emprego de volta à assistência social; um desejo de escrever sobre as alianças possíveis e os confrontos necessários entre religião e direitos humanos nas lutas da diversidade sexual e do feminismo; uma desconstrução de tudo isso na recalitrância do campo e da escrita; toda a ressaca da onda política de 2013, inclusive #nãovaitercopa, mas teve; um retorno, que não é do mesmo, às vivências com as graduandas em psicologia – possível pelas políticas, por uma ética e uma estética da amizade; aos conflitos advindos desses encontros que, sendo geracionais ou não, reatualizaram memórias de uma história acadêmica da qual antes pouco ou nada me diziam a minha condição de gênero e meu privilégio de cor; muita poeira na minha casa, azulejos sujos e unhas por fazer; aos sanduíches que filhos e eu tivemos que comer no horário do almoço; aos atrasos deles na entrada da escola e aos meus atrasos e cansaços no emprego; às conciliações difíceis que se tem de fazer entre espaços tão diversos como a universidade e o trabalho “na ponta”; às ocupações e ausências nas horas de lazer, de descanso e de festa entre as pessoas queridas; a desatenções e irritações com meu companheiro; aos prazeres tantos que nos distraem; a várias “duas cervejinhas” e seus dias seguintes; a uma eleição e início de gestão muito conturbados no conselho regional de psicologia; ao esporro do orientador porque fui me meter com isso; ao *impeachment* golpista e ao Fora Temer que ainda vive entre nós; a ocupações e a dissoluções de coletivos; a muitas pautas macro, micro, várias, tão prementes; ao desinteresse muito compreensível de estudantes para pesquisa, em meio a tudo isso no país e no mundo; aos mais de 180 homicídios durante a paralisação da PMES e ao exército e Força Nacional nas ruas; a três aniversários, porque sou ariana do mês de março; a essa sensação de que não estamos vivendo o melhor dos nossos dias de vida, mas com a gratidão por tudo isso que nos faz mais fortes nesse viver.

E é assim que os agradecimentos seguem agora para as pessoas que estiveram presentes nesse percurso e entre as quais muitas dessas palavras aconteceram, mas que também estiveram comigo nos muitos silêncios desse texto e em outros ruídos e ritmos do convívio. Sou grata ao GEPS, como coletivo de pesquisas, por tantos bons encontros: a Jéssio Zamboni, porque foi o primeiro desses; a Sérgio Rodrigo, por ser a boa bicha que contamina mundos e fundos ao seu redor, que me ensinou a fazer carão e que esteve do meu lado antes que eu mesma acreditasse nesse projeto; a Pablo Rocon que, junto com Sérgio, ensinam-me caminhos de sobrevivência na insalubridade acadêmica, porque são generosas e muito amigas, apesar da fama de malditas, que as melhores bichas têm; a Alexsandro Rodrigues, por tudo isso e por tanto mais, a melhor orientação que poderia sonhar ter, porque nos cuida com atenção para o que cada uma de nós tem a oferecer e a pedir, porque sabe dar limites, mas também espaço a esses corpos indisciplinados que compomos e desfazemos, por sua paciência com os vários abortos de texto e com as dispersões coletivas das orientações; a Hugo e Mateus pela companhia que nos fizemos, pelas leituras e indicações, também pelas escritas em comum – imensa gratidão a Hugo por me ensinar a compor um método e a Mateus pela parceria e pelos registros na experiência compartilhada da docência; a Marina, Naiara e Rovenia, porque são amigas, porque estamos juntas, porque fazemos feminismo bicha e sapatanzamos as viadagens; ao primo Steferson, porque está por perto; a Carolina Rachel, a Jéssica Macedo, a Ingrid e a Castiel, porque são minhas referências; a Júlia Carvalho e Sâmia, por nos encontrarmos no convívio do último ENEP, assim como Carol Rachael; a esse tempo de (pós)graduação que vivi com elas, que muito me ensinam a desaprender.

Sou grata aos meus avós, que viveram muito e que ainda são vivos, porque junto a eles sinto que tenho um caos. Maria Luíza e Creusa, Toninho e José, além do carinho e do cuidado, deram-me de presente, já na infância, uma guinada sempre à esquerda, com o senso de comunidade da vó Maria, com o sindicalismo dos avós Creusa e Toninho, com o comunismo do vô José Barbosa. Muitas saudades do vô Barbosa que se foi em 2013, já dizendo que “ainda bem” estaria morto pra não ver o que adivinhava por vir na política brasileira. Saudades da tia Lydia, que também era avó, e que se foi nesse Carnaval de 2017, enquanto finalizava essa dissertação. Tia Lydia talvez seja meu primeiro exemplo de feminismo na vida, embora ela não se soubesse dessa forma. Nascida nos anos de 1930, não se casou, não teve filhos, trabalhou como agente de saúde numa época em que isso queria dizer viajar pelo interior do Brasil com outros profissionais. Foi a primeira mulher no ES a se formar em odontologia. Tinha um fusca verde sempre impecável e bijuterias fabulosas que eu usava escondido quando criança, porque achava tudo lindo na tia Lydia e nas coisas dela. Sou grata ao meu pai Steferon, que todos chamavam de Teco, que morreu muito jovem, mas de quem me lembro tocando gaita, atravessando a (já demolida) passarela da UFES, tendo muita paciência e a voz calma comigo, de quem herdei muito do gosto pela música. Sou grata a minha mãe, Leila, que partiu no meu primeiro ano de graduação, que me ensinou a luta de ser mulher e trabalhadora, a buscar profissão e não marido, a cuidar de mim mesma, mas também saber cuidar dos outros e ter responsabilidade por quem de mim depender, tudo isso em bem poucas palavras, porque não era de muito dizer e tudo isso apesar de muitos conflitos com os filhos e muitas decepções e ausências dos nossos pais, que foram seus três companheiros, se é que assim podem se dizer. Sou grata à saudade que sinto dela, porque é sua presença na minha vida. Sou grata aos meus irmãos Fred e Bruno, porque com eles compartilho a infância e mais saudades, e aos irmãos Marcus e Mirella, porque foram as primeiras crianças que cuidei. São parte da minha vida, estando onde estiverem, mesmo que há tantos anos tenham deixado de comigo conviver. Sou grata a quem cuida dos meus filhos, junto comigo ou quando não posso estar junto com eles. Silvana, Getulio (avô), Cristina, Alex, Gevana, Gustavo, vó Creomilda, muito grata por essas convivências e pelos afetos que construímos, sendo o território dessas crianças. Grata a Márcia, Têssia e Maria Fernanda, outras mulheres fortes na vida de Gabriel. Grata às minhas tias todas, que fazem cada uma, sua parte de mãe na minha vida. Sou grata a Getulio, Gabriel, Davi e Isaac que, entre amores, me fazem viver.

## Resumo

Os problemas disparadores dessa pesquisa referem-se às normalizações, quanto aos saberes das sexualidades e dos gêneros dissidentes, e aos jogos de verdade que as acompanham, na constituição de discursos que legitimam a psicologia como campo disciplinar alinhado aos discursos médicos patologizantes das subjetividades contrahegemônicas. Buscamos, a partir dessas problematizações iniciais, a proposta de uma pesquisa-intervenção no campo dos currículos em psicologia e dos processos de subjetivação na produção desses discursos e saberes em sexualidades e gênero.

Consideramos que outros regimes de verdade podem ser construídos ao refutarmos o privilégio desses discursos acadêmicos em relação a modos de produção de conhecimento que emergem dos ativismos e das vivências das dissidências de gênero. Contudo, ainda nos propomos à produção de discurso acadêmico, que afirmamos como campo estratégico, no qual somos convocadas a posicionamentos e implicações ético-estético-políticos que se articulam a esses e outros ativismos e movimentos sociais.

Situamo-nos entre os estudos dos *processos de subjetivação*, em referência às afirmações de Foucault (2004) quanto a uma produção política dos discursos e dos sujeitos do conhecimento, bem como dos seus processos de objetivação, visto que trataremos de relações de poder na constituição dos saberes que se articulam, no dispositivo da sexualidade, enquanto objeto legitimado ao campo da psicologia. Nesse sentido, dispomo-nos a movimentos de pesquisa nos quais os tensionamentos nos interessam – onde as práticas discursivas se atritam e se articulam nos jogos de verdade que autorizam e desapropriam saberes na psicologia. A análise institucional incide na constituição desse campo, viabilizando essa mobilidade de um percurso cartográfico, no qual analisadores e implicações se colocam como dispositivos de uma pesquisa-intervenção.

Neste campo movedição, no qual buscaremos transitar ou *transicionar*, reconhecemos um lugar autorizado à psicologia, em que se demanda um discurso verdadeiro sobre sexualidades e gênero, legitimado pelo *status* de ciência – que responde às questões da intimidade dos sujeitos. Essa posição enunciadora, que *a priori* normaliza experiências de si múltiplas e diversas será discutida na produção de currículos em psicologia, em seus tensionamentos e confluências com expressões das dissidências sexuais e de gênero, compondo narrativas que se costumam em percursos de coletivos e ativismos feministas e LGBT's, bem como na proposta de uma disciplina na graduação em psicologia, por meio de estágio em docência. Na transversalidade desses percursos, o texto se prolifera por análise das implicações vividas e convividas, entre as quais compomos as narrativas dessa dissertação, questão de uma busca, ainda que incipiente, das dissidências de gênero enquanto o lugar de um não-homem, pela descolonização do sujeito epistêmico.

**Palavras-chave:** gêneros; sexualidades; normalização; subjetivação; discursos; currículos; educação; transversalidade; dissidências.

## Abstract

The triggers questions of this research refer to the normalizations regarding the knowledge about sexualities and dissenting genders and to the games of truth that accompany them, in the constitution of speeches that legitimize psychology as a disciplinary field aligned with the medical pathologizing discourses of counterhegemonic subjectivities. From these initial problematizations, we seek the proposal of a research-intervention in the field of psychology curricula and of the processes of subjectivation in the production of these discourses and knowledge about sexualities and gender.

We believe that other regimes of truth can be constructed by refuting the privilege of these academic speeches in relation to modes of production of knowledge that emerge from the activism and experiences of gender dissidence. However, we're still proposing the production of speeches in academic field, which we affirm as a strategic field, insofar as we are called to ethical-aesthetic-political positions and implications that are articulated to other social activism and movements.

We are among the studies of the *processes of subjectivation*, in reference to the statements of Foucault (2004) regarding a political production of the discourses and the subjects of knowledge, as well as their processes of objectification, since we will deal with power relations in the constitution Of the knowledge that is articulated, in the device of sexuality, as a legitimized object in the field of psychology. Therefore, we are disposed to research movements in which tensioning interests us - wherein discursive practices are challenged and articulated in the games of truth that authorize and expropriate knowledge in psychology. The institutional analysis focuses on the constitution of this field, making possible this mobility of a cartographic course, in which *analyzers and implications* are placed as devices of a research-intervention.

In this shifting field, in which we seek to transition (or to transpose), we recognize a place authorized to psychology, in which a true discourse on sexualities and gender is demanded, legitimized by the status of science - which responds to the subjects' intimacy issues. This enunciating position, which a priori normalizes multiple and diverse experiences of itself, will be discussed in the production of curricula in psychology, in their tensions and confluences with expressions of sexual and gender dissidence, composing narratives that are stitched together in collective paths and feminist activism, and LGBT's. In the transversality of these paths, the text proliferates itself by analyzing of the lived implications, among which we compose the narratives of this dissertation, a question of a search, even if incipient, of the gender dissidence as the place of a non-man, by decolonization of the epistemic subject.

**Keywords:** gender; Sexualities; normalization; Speeches; Curricula; education; Subjectivation; Dissidence.

## LISTA DE SIGLAS

CALPSI.....	Centro / Coletivo Acadêmico Livre de Psicologia
CID.....	Classificação Internacional de Doenças
CFP.....	Conselho Federal de Psicologia
CRP.....	Conselho Regional de Psicologia
DCE.....	Diretório Central de Estudantes
DCN.....	Diretrizes Curriculares Nacionais
DPSI.....	Departamento de Psicologia
DPSO / DPSD.....	Departamento de Psicologia Social/Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento
DSM.....	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
DST's.....	Doenças Sexualmente Transmissíveis
ENEP.....	Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia
ENUDES.....	Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual
GEPS.....	Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades
IES.....	Instituição de Ensino Superior
MEC.....	Ministério da Educação
NEPS.....	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades
ONG.....	Organização Não-Governamental
ONU.....	Organização das Nações Unidas
PET.....	Programa de Educação Tutorial
PROGRAD.....	Pró-Reitoria de Graduação
UFES.....	Universidade Federal do Espírito Santo

## SUMÁRIO

<b>Apresentação: “Próximos Riscos” ou da conclusão que devém início</b>	<b>11</b>
<b>1. CONSISTÊNCIAS DE UM CAMPO MOVEDIÇO</b>	<b>14</b>
1.1. Dos sujeitos e objetos: desapropriando posições e regimes de verdade	14
1.2. Das sexualidades e gêneros: transicionando normalizações	20
<b>2. DESENHOS FORMAIS E MOVIMENTOS ESTUDANTIS</b>	<b>28</b>
2.1. Currículos mínimos e lacuna do gênero na estruturação do curso de psicologia	28
2.2. Movimentos de gênero e proliferações identitárias no <i>campus</i>	32
<b>3. CONDIÇÕES DE UMA ESCRITA FEMININA</b>	<b>39</b>
3.1 A questão de Virginia Woolf ou indisciplinas do feminino nos corpos	39
3.2 Narrativas das ondas: de sujeitos universais ao diferencialismo pós-colonial	46
<b>4. TENSIONAMENTOS CURRICULARES E DISSIDÊNCIAS TRANSVERSAIS</b>	<b>53</b>
4.1 Proposições de uma <i>trans</i> -disciplina	53
4.2 Práticas contradisciplinares nos cotidianos	57
4.3 Dos conteúdos, dos encontros e dos silêncios: <i>foradentro</i> de um programa disciplinar	60
• Pista 1: Protagonismo e lugar de fala nas redes sociais e Paulo Freire	
• Pista 2: Coisas de meninas, subserviência, erotização, chá e consentimento	
• Pista 3: Coisas de gay, Madonna, objetificação. Mas que fetiche é esse?	
• Pista 4: Fora dos gêneros – (sem) tesão, avesso das coisas, texturas, hipertrofismo, interdição	
• Pista 5: O corpo que ofende – religião, casamento, agressão masculina e afeminação	
• Pista 6: Das referências e das faltas delas, entre o que se escapa e o que “não representa”	
• Pista 7: De Freud a Almodovar, passando por RuPaul e Foucault – histórias das sexualidades	
• Pista 8: Sujeitos dos feminismos e interseccionalidades – identidades, subversão e colonialismo	
4.4 Trabalhos dissidentes: desaprendizagens no ensino	86
• Ideologia de gênero e as bichas do documentário	
• Modelações e controle dos corpos: prazeres e mutilações	
• Corpos de propaganda, feminismo contra o fetiche e a solidão da mulher negra	
• Vertentes do feminismo: recortes de pautas, lugares de fala e ativismos anti-acadêmicos	
• Conclusões e escolhas de um curso	
<b>5. CALEIDOSCÓPIOS DE FALAS: DOS BINARISMOS DE GÊNERO AO COLETIVO DAS ENUNCIACÕES</b>	<b>99</b>
5.1 Fragmentos e multiplicidades em movimentos dissidentes	99
5.2 Agenciamentos coletivos ou da polifonia de uma enunciação	104
5.3 Expropriações antropofágicas e involuções heterotópicas	117
<b>Referências</b>	<b>120</b>
<b>Anexos</b>	<b>127</b>

## Apresentação: “Próximos Riscos” ou da conclusão que devem início

*Não, não vou por aí! Só vou por onde  
Me levam meus próprios passos...  
Se ao que busco saber nenhum de vós responde  
Por que me repetis: “vem por aqui”?*

*Prefiro escorregar nos becos lamacentos,  
Redemoinhar aos ventos,  
Como farrapos, arrastar os pés sangrentos,  
A ir por aí...<sup>1</sup>*

Dos riscos se diz que corremos perigo. E que perigo é maior do que o de nos perdermos, de alguma forma? Não seguimos um mapa, eis um risco. Por outro lado, diremos dos riscos que são os traços feitos ao contornar uma forma, bem como ao fazê-la rasurar... desenhos de letras, desenhos de rotas, traçar percursos já feitos ou que ainda estão por acontecer. Será por onde iremos. E será por onde iremos?

Essas foram as primeiras palavras da conclusão de um início, quando a escrita era de um projeto para a dissertação. Cabem agora como palavras iniciais porque o que se apresenta é um desfecho, mas também a abertura para outros projetos, outros começos. Esperado é que leituras compareçam, que algumas posições sejam desfeitas, feitas, refeitas. De um percurso transcorrido, sabemos que o tempo de uma disciplina foi registrado, compondo narrativas que se esboçam como notas de papéis avulsos, através daqueles que conviveram no *espaçotempo*<sup>2</sup> das aulas e do insuportável nelas. Interessam-nos essas notas e toda sua aleatoriedade. O que não se registra e o que se rabisca, apesar de. Do que não se soube de lá, mas esteve presente. De tudo que é lapso e equivocado, porque se movimenta. Do que nos espreita sempre *foradentro*. O que está nos buracos do corpo vivido e do corpo de excretas.

Interessa-nos o que não tem margens, nem paredes, porque está se fazendo. E os instantes que as conformam. Sendo assim, é que nos importam, a atualização de memórias da passagem de uma proposta curricular a outra, na formalidade de um curso, em suas intensidades e planos de consistência, porém. Ao acompanhar esses processos, no que produzem de narratividades, acreditamos ser possível traçar alguns pontos de referência – teóricos, analíticos, reflexos, convexos, perplexos, escritos, não-ditos, risíveis, deploráveis, artísticos, vulgares, dispersos, dispersos e dispersos, imersos, emersos, ou antes disso,

---

<sup>1</sup>Trecho de Cântico Negro, José Régio. Disponível na íntegra em: [http://www.releituras.com/jregio\\_menu.asp](http://www.releituras.com/jregio_menu.asp)

<sup>2</sup>*Espaçotempo* e *dentrofora* (que invertemos para *foradentro*) são modos de aglutinar termos cindidos, recurso de que Nilda Alves se utiliza em referência às multiplicidades dos cotidianos nas redes educativas (ALVES, 2012, p.35-36, 39; FERRAÇO; CARVALHO, 2012, p.14-15).

voláteis. Personagens conceituais que se contornam pelo texto, mas sempre em vias de desaparecimento, por uma performatividade narrativa que se transiciona de um gênero argumentativo da escrita acadêmica à produção ficcional de verdades inconclusivas, não porque lhes falte qualquer definição, mas porque um modelo definitivo não lhe concerne. Algumas narrativas são interlocutores necessários, mesmo que fragmentárias e dispersas, já que não se pretende o estudo de casos ou a observação participante, mas acompanhar uma composição de tessitura coletiva, bio-gráfica, como um rizoma.

Esses pontos, que se desmancham no ar, como tudo que é sólido<sup>3</sup>, podem ser percorridos e traçados nas redes sociais, nos encontros dos coletivos e na coletividade dos encontros, nas fontes históricas e nos registros intelectuais, nos romances e nas canções populares, nas divas *pop*, nos discursos autorais e nos fragmentos de conversas, nas vivências pessoais, enfim, que nunca são só isso, como nada é apenas o que se disse até aqui. De modo algum pretendeu-se esgotar, no espaço da escritura, os meios e os instrumentos com os quais poderemos compor o que temos produzido de conhecimento com os ativismos e práticas formativas dissidentes na proposta curricular de um curso de psicologia. Buscamos nesses processos os analisadores que se fazem no deslocamento de uma autoridade científica enunciadora da verdade sobre o sujeito – *catalisadores do sentido*, que funcionam como dispositivos cartográficos, já que não partem de mapas prontos, nem se dispõem a desenhá-los como espaços já dados.

O problema delineado vai se configurando no encadeamento das frases, dos parágrafos, da sucessão tantas vezes recombinação de capítulos, elementos textuais e vividos, entre os quais se colocam conexões reticulares, fazendo da escrita uma (re)composição contínua e múltipla, da qual se contorna uma forma, mas sempre em vias de se desfazer. Ressonâncias de diálogos e também de confrontos vividos foram produzindo o espaço da escritura, a partir do trânsito entre coletivos, grupos de estudos, manifestações de rua, boates, festas e guetos, junto aos ativismos e às subjetividades feministas e LGBT's.

Acompanhar processos na composições de narrativas, em suas conexões por lugares de fala e por campos discursivos diversos quanto ao gênero e nas rasuras desses encontros será a estratégia dessa escrita para fazer transicionar as enunciações de um sujeito epistêmico

---

<sup>3</sup> Referência ao título de Marshall Berman (1982): “Tudo que é sólido desmancha no ar”, cujo subtítulo, na tradução em português é “A aventura da modernidade”, em edição brasileira da Companhia das Letras. A frase-título, por sua vez, é referência do Manifesto Comunista de Marx e Engels. O livro de Berman pode ser encontrado, em formato PDF, disponível em: <http://afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Berman,%20Marshall/Tudo%20o%20que%20%C3%A9%20s%C3%B3lido%20desmancha%20no%20ar.%20A%20aventura%20da%20modernidade.pdf>

universal, validadas por saberes psi normalizadores da diferença, na produção de desigualdades. O deslocamento nesse percurso propõe-se a uma desconstrução de gênero, quanto ao enunciado acadêmico, performatizando-se por outras vozes e lugares de fala, que não se posicionam pela neutralidade ou pela delimitação disciplinar da verdade. constituindo a posição de um “não-homem” como estratégia e propósito da descolonização do sujeito epistêmico, desconstruído de seu privilégio naturalizado como enunciação masculina universalizada.

Gênero e sexualidade colocam-se como dispositivos estratégicos na descolonização e contrahegemonia neste campo de saber-poder. Por outros narradores dessa história, buscamos chegar a modos outros de se constituírem regimes de verdade e sujeitos epistêmicos – segundos antes de que se recapturem. Não como horizonte que jamais se alcança, porque é do instante mesmo em que se diferencia de que aqui se trata, no atual que se sensibiliza por uma heterotopia.

## 1. CONSISTÊNCIAS DE UM CAMPO MOVEDIÇO

### 1.1. Dos sujeitos e objetos: desapropriando posições e regimes de verdade

Cada sociedade tem as verdades que merece. Poderia ser um início, fazendo um jogo de palavras com o dito popular. Mérito, porém, é palavra com a qual se joga em um campo político muito bem delimitado, com o qual não desejamos compor. Diremos de outra forma, portanto, que as sociedades produzem as verdades que lhes cabem, por meio de procedimentos que normatizam, isto é, criam regras quanto ao que pode ser válido ou não nos discursos. Ao mesmo tempo, essa produção social e histórica de verdades, constituindo discursos e sendo constituída por práticas discursivas, se faz em coengendramento com “processos de subjetivação e de objetivação que fazem com que o sujeito possa se tornar, na qualidade de sujeito, objeto de conhecimento” (FOUCAULT, 2004, p. 235-236). Essa afirmação refere-se aos jogos de verdade nos quais a subjetividade advém “como a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo”, reconhecendo-se como campo de saber. Tais processos participam da validação das ciências humanas, entre essas, a psicologia, legitimando a autoridade científica enquanto enunciadora da verdade sobre o sujeito, e fazendo emergir esse mesmo sujeito que é, concomitantemente, objeto do conhecimento e conhecedor desse objeto.

Cada sociedade afirma as verdades que produz. Retornar ao início e fazê-lo de outro modo, pontuando agora que a composição proposta está aliançada politicamente, já que recusamos aquele campo em que o conhecimento estaria associado a algum mérito. Na validação meritocrática, o conhecimento seria decantado de uma matriz neutra, de onde a verdade se desvela, asséptica, por meio do empenho desinteressado do pesquisador. No entanto, as normatizações discursivas não são absolutamente passíveis dessa higienização. A subjetividade que interessa ao discurso científico e às suas disciplinas, será nomeada de uma certa forma a depender da experiência de si que se pretende regular. Ou seja, não será qualquer sujeito que se colocará como objeto, assim como não será qualquer experiência subjetiva que será objetificada.

Diante dessas afirmações, pretensamente iniciais, estamos situando o texto entre os estudos dos *processos de subjetivação*<sup>4</sup>. Início pretense, fictício, já que a escrita foi decomposta e recomposta até chegarmos a essa aposta de costura, em que são fundamentais as afirmações de Foucault (2004) quanto a uma produção política dos discursos e dos sujeitos do conhecimento, bem como dos seus processos de objetivação, visto que trataremos de relações de poder na constituição dos saberes que se articulam, no dispositivo da sexualidade, enquanto objeto legitimado ao campo da psicologia. Da *vontade de saber* se faz emergir esse dispositivo, de um “sexo que fala”, emblemático da sociedade ocidental, que solicita incessantemente uma “demanda de verdade”, em um jogo de forças “entre cada um de nós e nosso sexo” (FOUCAULT, 2012, p.87):

Do sexo que pode ser surpreendido e interrogado e que, contraído e volúvel ao mesmo tempo, responde ininterruptamente. Foi, um dia, capturado por um certo mecanismo, bastante feérico a ponto de se tornar invisível. E que o faz dizer a verdade de si e dos outros num jogo em que o prazer se mistura ao involuntário e, o consentimento à inquisição. [...] Como se fosse essencial podermos tirar desse pequeno fragmento de nós mesmos, não somente prazer, mas saber e todo um jogo sutil que passa de um para o outro: saber do prazer, prazer de saber o prazer, prazer-saber [...] (FOUCAULT, 2012, p.87).

Cada texto se produz com as políticas que afirma. Pontuar agora que tratar da produção de saberes e dos mecanismos de poder nos processos de subjetivação, não será um trabalho de análise isenta, sobre engrenagens já dadas, quanto às quais apenas procederíamos ao reconhecimento de formas em contornos absolutos, ou de representações decodificáveis em significados ocultos. Produções, mecanismos e processos são palavras que nos conduzem a um movimento de pesquisa ou a um campo movediço, nos quais os tensionamentos nos interessam – onde as práticas discursivas se atritam e se articulam nos jogos de verdade que autorizam e desapropriam saberes na psicologia, em sua legitimação para o exercício de normalização das sexualidades.

Alianças e rupturas que se fazem na escrita do texto serão compartilhadas para que a sua leitura, assim como a sua produção, possam constituir-se por uma *atenção cartográfica* (KASTRUP, 2009), que assumimos como método nessa pesquisa, no sentido de *acompanhar processos* (PASSOS; BENEVIDES, 2009) com os quais seguimos em deslocamento. Desde uma conexão fundamental, que é o da referência na escrita foucaultiana, caminhamos pela

---

<sup>4</sup>Destacamos, entre esses estudos dos processos de subjetivação ou da constituição dos sujeitos, as referências de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, que serão utilizadas nessa dissertação.

produção de um método que se compreende inerente à abertura do campo, e desse modo, se estamos acompanhando a concepção de uma sexualidade ocidental e (pós)moderna, como dispositivo de subjetivação e de objetivação dos sujeitos, a investigação se remete a uma análise das relações de poder. A partir desse *domínio*, na acepção de Foucault (2012), o campo que nos propomos a investigar se inscreve por uma dissertação “*analítica*”, da qual compreendemos que a designação como pesquisa “teórica” não se coaduna com os referenciais aliançados.

O que está em jogo nas investigações que virão a seguir é dirigirmo-nos menos para uma “teoria” do que para uma “analítica” do poder: para uma definição do domínio específico formado pelas relações de poder e a determinação dos instrumentos que permitem analisá-lo (Foucault, 2012, p.92).

No entanto, deixaremos de dizer desse domínio de análise para tratar de um campo de pesquisa, ao discutirmos a disciplinarização dos saberes, já que os domínios ainda remetem a delimitações que iremos questionar, embora seja reconhecida uma distinção necessária quanto aos processos que nos dispomos a acompanhar. Sem prejuízo para os problemas dessa pesquisa, a constituição de um campo, como proposto em análise institucional, nos permite essa mobilidade que buscamos para um percurso cartográfico, conectada aos *analísadores* e orientada pelas *implicações*. Tomamos a noção de analisadores em Lourau (2004, p. 70), em contraponto aos “discursos explicativos” dos conjuntos teóricos e à “dominação analítica” pela via da interpretação. A análise, desse modo, não se conduz às totalidades, mas à sua decomposição, e não se dispõe a explicar esses elementos, mas a evidenciá-los na composição de um conjunto – como processo, antes de ser forma.

Não nos interessa, porém, o caráter de desvelamento, de revelação de um *não-dito* que essas noções nos propõem, mas os processos *catalisadores do sentido*, que fazem romper unidades pré-determinadas no percurso da investigação. Os analisadores são aqui compreendidos como dispositivos cartográficos, já que não partem de mapas prontos, nem se dispõem a desenhá-los como espaços já dados. Os analisadores são “manifestações de não conformidade com o instituído” (LOURAU, 2004, p.69), mas dessa não conformidade, por sua atividade instituinte, apresenta-se aí o instituído em sua desnaturalização.

Todas essas regras, normas, costumes, tradições, etc., que o indivíduo encontra na sociedade, são o que está *instituído* e que o sociólogo pode estudar de maneira objetiva. Esta ordem do instituído foi privilegiada tanto por aqueles que têm uma concepção objetiva do direito quanto pela sociologia positivista. [...]

Em todas estas teorias de Durkheim a Parsons, escotomiza-se uma dimensão importante da instituição, que é o *instituinte*, ou seja, o fato de que a instituição, embora se apresente como um fato exterior ao homem, necessitou de seu poder instituinte. Além disso, se o homem sofre as instituições, também as cria e as mantém por meio de um consenso que não é somente passividade diante do instituído, mas igualmente atividade instituinte, a qual, além disso, pode servir para pôr em questão as instituições (LOURAU, 2004, p. 72-73).

Não voltaremos ao antagonismo entre instituído e instituinte nessa pesquisa, mas nos importa considerá-los, inicialmente, para a proposta de intervenção à qual chegamos no percurso da pesquisa, que nos leva a *análise de implicações*. Da mesma forma, será importante pontuar que estamos compreendendo as instituições não como nível ou instância de análise, mas como dimensão da sua *transversalidade*. De acordo com Lourau (2004, p.76) “não podemos considerar a instituição como um nível, porque se encontra presente também em todos os outros. Trata-se de uma dimensão fundamental que atravessa e funde todos os níveis da estrutura social”, sendo definida por tais atravessamentos, como interconexões entre o que se poderia delimitar como instâncias das formações sociais – “níveis” econômicos, políticos, ideológicos e tantos outros que possam importar ao pesquisador desse campo, que é o das instituições e que, para esta *pesquisa-intervenção*, seria de fato campo aberto às implicações, e não delimitado por elas.

A pesquisa-intervenção visa à interrogação das práticas naturalizadas que se materializam nos estabelecimentos. Não se trata de produzir um conhecimento a priori buscando constatar sua veracidade, ou ainda aplicá-lo a uma dada realidade aqui entendida como já dada, já formulada. Ou ainda a busca de apreensão de uma verdade sobre um objeto. Objetiva-se cartografar os movimentos, pondo em análise as instituições em cena em determinado campo. Nesse sentido, intervir refere-se a uma aposta ético-política que afirma a radicalidade da intervenção em seu sentido etimológico, isto é, intervir é vir entre. Pretende, portanto, romper com uma concepção “aplicacionista” em que a teoria precede a prática e a contemplação, o fazer (HECKERT; PASSOS, 2009, p. 376).

Por esse viés, a análise das implicações se apresenta como o próprio campo de pesquisa, e não apenas como método proposto para a dissertação. Inclusive, mediante a demanda pela validação de um comitê de especialistas para “pesquisa com humanos”, a análise institucional nos coloca essa possibilidade de operar na grupalidade, de mobilizar-nos entre coletivos, numa pesquisa-intervenção que se perpassa por encontros com pessoas, mas que não necessariamente ritualiza-se por entrevistas, grupos focais e outras ferramentas consagradas nos manuais de metodologia, que tantas vezes têm sido utilizadas como

instrumentos de cisão entre campo/objetos de pesquisa, de onde se coletam dados, e de outro lado “o pesquisador”, único agente da análise ou da intervenção. Esta cisão pressupõe um lugar de neutralidade a pesquisadores, os quais devem buscar meios para que não corrompam seu campo, para que preservem intactos os seus objetos.

Compreendemos que existam, de fato, outros experimentalismos, que não ignoram a importância dessas contaminações para a relevância da pesquisa (LATOURET, 2008; 2006), assim como apostamos ser possível e, felizmente, não é mais tão incomum, que se façam entrevistas e grupos de acordo com métodos mais tradicionais, mas que produzam dados ou que promovam ações sem que pesquisadores se arroguem lugar de espectadores neutros. Dessa forma tentamos proceder, procurando agendar entrevistas com os “sujeitos da pesquisa”, para a composição coautoral de narrativas, do que falaremos adiante, desde já demarcando que, por esta fronteira, não nos coube a passagem. De todo modo, não seria de um contexto experimental que estaríamos tratando, mas de processos que acompanhamos, buscando o reverso da objetividade, o avesso da verificação. Nessas buscas, desencontros e articulações que nos foram possíveis, e que nos convocaram à intervenção, nos percebemos nesse campo da análise de implicações.

A análise da implicação não é um privilégio; constitui, pelo contrário, uma dura coação, produzida pelo lugar que o intelectual ocupa na divisão do trabalho, da qual ele é um legitimador mais, ou menos consciente. Estar implicado (realizar ou aceitar a análise de minhas próprias implicações) é, ao fim e ao cabo, admitir que sou objetivado por aquilo que pretendo objetivar: fenômenos, acontecimentos, grupos, ideias, etc (LOURET, 2004, p.147-148).

Neste campo movediço, no qual buscaremos transitar ou *transicionar*, reconhecemos um lugar autorizado à psicologia, em que se demanda um discurso verdadeiro sobre sexualidades e gênero, legitimado pelo *status* de ciência – que responde às questões da intimidade dos sujeitos. Essa posição enunciadora, que *a priori* normaliza experiências de si múltiplas e diversas, tem sido problematizada, assim como os parâmetros de normalidade, por estudos acadêmicos, num sentido estrito, mas que se articulam com processos formativos situados fora desses domínios convencionados.

Interessa-nos, nesta pesquisa, atravessar por deslocamentos ou porosidades na produção de currículos em psicologia, em seus tensionamentos e confluências com expressões das dissidências sexuais e de gênero, compondo narrativas que se costuram em

percursos de coletivos e ativismos feministas e LGBT's<sup>5</sup>. Nesse percurso, nos dispomos a acompanhar as seguintes pistas disparadoras para o campo de pesquisa:

1. Quais rupturas e quais alianças nas relações de poder produzem a consistência conceitual das narrativas que compomos?
2. Quais deslocamentos e quais articulações se produzem por essas apostas curriculares que estão aqui sendo narradas?

Essas pistas funcionariam como ponto de partida, se não houvessem sido redefinidas durante o trânsito por elas e por outras que abandonamos pelo caminho. A cartografia, dessa forma, colocou-se como estratégia metodológica na constituição desse campo das práticas curriculares, passando por processos que nos levaram à proposição e oferta de uma disciplina no estágio em docência. Na transversalidade desses percursos, o texto se prolifera por análise das implicações vividas e convividas, entre as quais compomos as narrativas dessa dissertação, questão de uma busca, ainda que incipiente, das dissidências de gênero enquanto o lugar de um não-homem, pela descolonização do sujeito epistêmico.

Não interessa aqui a narrativa informacional e nem mesmo a romanesca, a despeito da comunicação argumentativa e das influências literatas. O narrador que se apresenta é o que costura experiências: “O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (BENJAMIN, 1987, p. 201). Essa costura traz uma impressão, que é “como a mão do oleiro na argila do vaso”, inscrevendo-se emersa, a coisa narrada, de um mergulho na vida do narrador (BENJAMIN, 1987, p. 205).

“O narrador”, que aqui se apresenta, ao fazer esse relato de si – transicionando, portanto, ao gênero feminino, antes do mais – não se pretende apartar das condições do seu aparecimento. Dessa forma, ainda que o “eu” compareça no relato narrativo, nos seus fragmentos (auto)biográficos, essa primeira pessoa, singular ou plural, posiciona-se em meio ao *ethos* das instituições, o que pode se operar pelo acordo, mas também pela deliberação e compreensão críticas em relação a essas condições sociais do seu aparecimento (BUTLER, 2015c, p.19).

Não podemos concluir que o “eu” seja simplesmente o efeito ou o instrumento de algum *ethos* prévio ou de algum campo de normas conflituosas ou descontínuas. Quando o “eu” busca fazer um relato de si

---

<sup>5</sup>Sigla mais resumida, cunhada por movimentos sociais, para designar organizações políticas e as pessoas que são seus “sujeitos políticos” – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros ou transexuais. Algumas organizações e ativistas expandem a sigla para intersexuais e queers, eventualmente sendo incluída a designação de assexuais – considerando todas essas formas de denominação, LGBTTTQIA, seria a sigla mais completa.

mesmo, pode começar consigo, mas descobrirá que esse “si mesmo” já está implicado numa temporalidade social que excede suas próprias capacidades de narração; na verdade, quando o “eu” busca fazer um relato de si mesmo sem deixar incluir as condições de seu próprio surgimento, deve, por necessidade, tornar-se um teórico social. (BUTLER, 2015c, p. 18).

## 1.2 Das sexualidades e gêneros: transicionando normalizações

*Transicionar* aqui faz alusão ao sentido atribuído aos processos da produção e da (des)construção dos corpos de pessoas *trans* – isto é, pessoas que não se identificam com o gênero ou expressões de gênero atribuídos no momento em que nasceram (JESUS, 2012, p.10). A abreviação *trans* se refere a pessoas transgêneras, o que abrange designações muito diversas, como travestis, transexuais e outros. A partir dessa designação, as pessoas *trans* cunharam o termo *cis*-gênero para designar as pessoas que não são *trans*. O termo *cis* significa “do mesmo lado”, referindo-se a pessoas que se mantêm na mesma designação de gênero desde que nasceram. A denominação *cis* tem o propósito de reverter o sentido da categorização, que parte da sua normalidade, supostamente neutra, para a designação dos desviantes, que seriam *trans*.

Conta-nos Amara Moira (RODOVALHO, 2017) que, se é necessário para as pessoas *trans* afirmarem a existência do *cis*, 70 anos depois dos discursos médicos terem nomeado como patologia as vivências *trans*, é porque um termo esteve sempre acompanhado do outro, mas foram necessários todos esses anos para que se pudesse refutar a medicalização *trans* e fazer, dessa oposição inerente, uma condição de metáfora.

A isomeria geométrica da Química Orgânica, onde “*cis*” são os átomos que, ao dividirmos a molécula ao meio, permanecem de um mesmo lado do plano e “*trans*” os que permanecem em lados opostos. O próprio dicionário Houaiss, trazendo a etimologia de *cis* como “da preposição latina de acusativo *cis* 'aquém, da parte de cá de' (por oposição a *trans*)”. E inúmeros outros exemplos. Metáforas, sempre metáforas. Aquilo que cruza, que transpassa, que atravessa e aquilo que permanece sempre dum mesmo lado, que margeia, que não cruza, que deixa de cruzar, tudo em função duma dada linha. É possível imaginarmos a utilização de um desses termos sem, de pronto, nos referirmos ao outro? É partindo dessa pergunta retórica que ousou afirmar que o discurso médico, ao nomear como “*trans*” a nossa maneira peculiar de existir, de reivindicar existência, automaticamente nomeou a outra maneira, a sua maneira, não-*trans*, como “*cis*”, cabendo-nos apenas pensar formas de fazer com que as duas imagens propostas nessa metáfora, aquilo-que-cruza e aquilo-que-deixa-de-cruzar, se traduzam em sentidos mais palpáveis (RODOVALHO, *online*, 2017).

Os problemas disparadores dessa pesquisa referem-se a essas normalizações e aos jogos de verdade que as acompanham, na constituição de discursos que legitimam a validação da psicologia, alinhada aos discursos médicos patologizantes, quanto aos saberes das sexualidades e dos gêneros dissidentes. Buscamos, a partir dessas problematizações iniciais, a proposta de uma pesquisa-intervenção no campo dos currículos em psicologia e dos processos de subjetivação na produção desses discursos e saberes em sexualidades e gênero. Algumas questões foram apresentadas em artigo anteriormente publicado:

A formação acadêmica tem dado conta dos avanços teóricos e políticos nesses âmbitos? Os deslocamentos produzidos pelos ativismos e militâncias são suficientes enquanto dispositivos de formação? Os saberes dos ativismos podem/devem ser legitimados pelos regimes de verdade da academia? E nesse caso, funcionariam como ruptura ou como assimilação quanto à heteronorma? Como criar espaços formais de debate que não se tornem instrumentos de regimes de regulação? (BERNABÉ; ROSEIRO; CASTELO, p. 195-196, 2016).

Nesse artigo, colocamos em discussão as práticas formativas da graduação em psicologia, para intervenções com as dissidências sexuais e de gênero, diante das demandas atuais do exercício profissional, especialmente no campo das políticas públicas. A citação dessa escrita convoca ao texto o contágio da coletividade na pesquisa. Desse modo, por contaminação, a autoria mostra-se em aberto, ganhando consistência na proliferação de um rizoma, conversa que faremos em outros capítulos.

O problema delineado vai se configurando no encadeamento das frases, dos parágrafos, da sucessão tantas vezes recombinação de capítulos, elementos textuais e vividos, entre os quais se colocam conexões reticulares, fazendo da escrita uma (re)composição contínua e múltipla, da qual se contorna uma forma, mas sempre em vias de se desfazer. Ressonâncias de diálogos e também de confrontos vividos foram produzindo o espaço da escritura, a partir do trânsito entre coletivos, grupos de estudos, manifestações de rua, boates, festas e guetos, junto aos ativismos e às subjetividades feministas e LGBT's. Essas ressonâncias atravessam a escrita por uma trajetória que é a de um deslocamento desde os "meus" feminismos e vivências de sexualidade e gênero, passando por este lugar de enunciação que a graduação em psicologia autoriza-me a ocupar e pela autoridade que em meu exercício profissional se acomoda, denunciados em seu lugar de privilégio, borrados e rasurados pelos encontros, estranhados por posicionamentos outros de lutas, de falas, dos choros e risos e gozos em modos de organização ou de expressividade políticas diversos.

A pesquisa se coloca, como seu ponto de precipitação, questionamentos que concernem à psicologia ter se legitimado enquanto regime de verdade na constituição deste campo de saber, que é o da sexualidade, ao fazer funcionar o binômio normal-patológico – pela naturalização de uma estrutura psíquica, ou de uma condição humana, ou ainda de um comportamento social, a depender das referências a que se adere<sup>6</sup>; de toda sorte, concepções de um sujeito que é objeto de conhecimento e que se conforma a partir de parâmetros que não problematizam a heterossexualidade, dessa forma compreendida e afirmada como se fosse compulsória.

Os discursos que acima de tudo nos oprimem, lésbicas, mulheres, e homens homossexuais, são aqueles que tomam como certo que a base da sociedade, de qualquer sociedade, é a heterossexualidade. **Estes discursos falam sobre nós e alegam dizer a verdade num campo apolítico, como se qualquer coisa que significa algo pudesse escapar ao político neste momento da história, e como se, no tocante a nós, pudessem existir signos politicamente insignificantes.** Estes discursos da heterossexualidade oprimem-nos no sentido em que nos impedem de falar a menos que falemos nos termos deles. (WITTIG, 1980).

A desconstrução de uma heterossexualidade compulsória, por meio da problematização dos binarismos de gênero, será uma inflexão que seguiremos em meio às referências mais convencionais dos saberes psi. Essa inflexão parte da leitura crítica de um sistema epistemológico/ontológico normalizante das sexualidades e, recorrentemente, depreciativo da posição feminina.

Em alguns discursos psicanalíticos, a questão da homossexualidade é invariavelmente associada a formas de ininteligibilidade cultural e, no caso do lesbianismo, à dessexualização do corpo feminino. [...] Uma vez o tabu do incesto submetido à crítica foucaultiana da hipótese repressiva, em *História da Sexualidade*, revelou-se que essa estrutura proibitiva ou jurídica tanto instala a heterossexualidade compulsória no interior de uma economia sexual masculinista como possibilita um questionamento dessa economia. Seria a psicanálise uma investigação antifundamentalista a afirmar o tipo de complexidade sexual que desregula eficientemente códigos sexuais rígidos e hierárquicos, ou preservaria ela um conjunto de suposições não confessadas sobre os fundamentos da identidade, o qual funciona em favor dessas hierarquias? (BUTLER, 2015a, p. 11-12).

---

<sup>6</sup>Considerando os referenciais propostos nessa dissertação, atemo-nos às discussões referentes aos conceitos de subjetividade e sexualidade, o que nos remete a leituras críticas à psicanálise, bem como ao binômio normal *versus* patológico (CANGUILHEM, 2009), de forma mais geral. Outras abordagens e práticas concernentes ao campo da psicologia não serão abarcadas no presente estudo, ainda que compreendamos que também possam ser problematizadas no que tange a uma matriz heteronormativa, tanto quanto os autores e conceitos que nos interessaram nesta pesquisa.

Considerando que a identidade da mulher, como “sujeito político do feminismo”, seja uma categoria a problematizar, Butler (2015a, p.8) afirma que a relação binária entre os gêneros conforma-se a uma matriz heterossexual que sustenta a hierarquia dos gêneros, e propõe que o feminismo se coloque como subversão da identidade, convocando-nos a uma questão fundamental: “O que acontece ao sujeito e à estabilidade das categorias de gênero quando o regime epistemológico da presunção da heterossexualidade é desmascarado, explicitando-se como produtor e reificador dessas categorias ostensivamente ontológicas?”. Esse regime epistemológico é discutido em *Problemas de Gênero* por meio da leitura crítica das produções de Lévi-Strauss, Freud e Lacan, as quais referenciaram o tabu do incesto como fundante do sujeito, o que segundo Butler (2015a, p.83) vai legitimar a “heterossexualidade incestuosa como matriz ostensivamente natural e pré-artificial do desejo”. Desse modo, a concepção de sujeito fundamentada por modelos de normalidade heterossexistas tende a proliferar discursos binaristas quanto ao gênero, ao pressupor uma polarização entre masculino e feminino justificada pelo essencialismo falocêntrico, disseminado por uma certa leitura psicanalítica.

Ao afirmarmos que a autoridade dos discursos em psicologia foi constituída e segue legitimando-se por práticas normalizadoras que incidem nas sexualidades e nas diferenças de gênero, pretendemos discutir que outros regimes de verdade podem ser construídos ao refutarmos o privilégio desses discursos acadêmicos em relação a outros modos de produção de conhecimento que emergem dos ativismos e das vivências das dissidências de gênero. Contudo, ainda nos propomos à produção de discurso acadêmico, que afirmamos como campo estratégico, no qual somos convocadas a posicionamentos e implicações ético-estético-políticos que se articulam a esses e outros ativismos e movimentos sociais.

Estamos considerando ainda, quanto à constituição deste campo de pesquisa, a distinção proposta por Colling (2015), de acordo com a qual os movimentos LGBT são constituídos por grupos mais institucionalizados, que seriam aqueles que “mais acionam e são acionados diretamente pelo Estado para interlocução e realização de políticas públicas em prol da população LGBT” (COLLING, 2015, p. 22). Utilizaremos preferencialmente a noção de dissidências sexuais e de gênero, apesar de, em alguns momentos, referirmo-nos à expressão “diversidade sexual” ou à concepção de “diversidade”, devido ao seu predomínio em documentos institucionais, além de ser o termo mais amplamente utilizado nos movimentos sociais e nas políticas estatais. O termo dissidências tem sido utilizado pelos estudos e ativismos *queer* referindo-se a grupos e ações não normatizados, autogestionados

ou independentes, que são críticos aos objetivos assimilatórios do movimento LGBT, os quais reforçariam o contexto sócio-cultural das normatizações heterossexistas.

As dissidências dizem respeito às expressões de gênero e sexualidade que são identificadas como abjetas, marginais, não convencionais em relação ao modelo de uma heteronormatividade, que afirma a heterossexualidade “enquanto um regime político compulsório” (COLLING, 2015, p. 244) normalizador das expressões de gênero e sexualidades. *Queer* é termo pejorativo utilizado na língua inglesa como insulto contra pessoas homossexuais. A palavra foi ressignificada por movimentos homossexuais e travestis nos EUA, a partir da década de 1970, como autodenominação, referindo-se a atitudes e pessoas contestatórias à heteronormatividade. Os estudos *queer* emergiram “em fins da década de 1980, em oposição aos estudos sociológicos sobre minorias sexuais e gênero” que “tratavam a ordem social como sinônimo de heterossexualidade [...] e terminavam por manter e naturalizar a norma heterossexual” (MISKOLCI, 2009, p. 150-151).

Nesse sentido, podemos ressaltar que os estudos de gênero vinculados a essas estratégias de subversão das identidades não emergiram da “genialidade” de doutores e doutoras, mas dos trânsitos que essas e esses pesquisadores tiveram nas vivências das ruas, dos guetos e das mobilizações sociais por direitos e visibilidades das dissidências sexuais e de gênero. *Stonewall Inn*, no final da década de 1960, é um marco para muitos acadêmicos. Estamos falando de um bar, em Nova Iorque, onde gays e lésbicas poderiam dançar, beijar e se relacionarem entre si, ainda que de forma clandestina, já que a homossexualidade era ilegal nos EUA à época. A Revolta de *Stonewall* não foi mobilizada por uma vanguarda de militantes ou pesquisadores vinculados a grupos organizados para contestação. As travestis que iniciaram a resistência contra os policiais não eram filiadas a partidos, movimentos sociais ou palavras de ordem reconhecidos como “revolucionários” naquele tempo. “*I have my civil rights too*” – “Eu tenho meus direitos civis também”<sup>7</sup>, elas gritaram, sendo acompanhadas por gays e lésbicas que ousaram confrontar-se com a repressão policial. Marsha P. Johnson<sup>8</sup> foi uma dessas travestis que, a partir de então, se reconheceram como ativistas, lutando por nada mais ou nada menos que o direito de existirem.

---

<sup>7</sup>**Stonewall Veterans Talk About the Night That Changed The World - Stonewall: Profiles of Pride.** Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2nFxpQG7nBQ>

<sup>8</sup>**Frameline Voices - Pay it No Mind: The Life and Times of Marsha P. Johnson.** Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bo0nYv9QIj4>



Imagem disponível em : <http://shotgunseamstress.blogspot.com.br/2012/10/pay-it-no-mind-life-and-times-of-marsha.html>

Marsha era negra, pobre e nunca frequentou universidade alguma. Em toda sua vida não se utilizou de nenhuma intervenção médica para se identificar como feminina. Suas expressões de gênero, sua vida sexual, seu modo de viver e de fazer políticas, eram desaprendizagens que se recusavam ao crivo de sentidos comuns e de especialismos. Não é sobre Marsha que escreveram Butler e outros doutores *queer*. Escreveram a partir de Marsha, de *Stonewall*, de suas gays, sapatonas e travestis, de sua revolta, de sua diversão, de seus ativismos, de seus modos de viver.

Consideramos que esses estudos de gênero e ativismos têm conquistado espaços na formação acadêmica em psicologia, mas ainda assim, a concepção normalizadora e compulsória de uma matriz heterossexual na constituição dos sujeitos é hegemonicamente naturalizada pelos discursos e práticas formativas psi. Matriz heterossexual é o termo utilizado por Judith Butler no livro *Problemas de Gênero*, uma das leituras fundamentais dos estudos *queer*, publicado originalmente em 1990. Refere-se ao

[...] modelo discursivo/epistemológico hegemônico da inteligibilidade do gênero, o qual presume que, para os corpos serem coerentes e fazerem sentido (masculino expressa macho, feminino expressa fêmea), é necessário haver um sexo estável, expresso por um gênero estável, que é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade (BUTLER, 2015a, p. 258).

A análise das relações de poder, em Foucault, será ferramenta necessária para a problematização de um saber-poder sobre as sexualidades que compõe sistemas de pensamento e táticas de regulação da vida, o que em algum momento podemos chamar de patriarcado colonialista, mas que procuramos pensar como um sistema heteronormativo, pela crítica ao binarismo de gênero – fundante do sujeito para muitos referenciais dos saberes psi. O que trazemos aqui, no entanto, não são teorias privilegiadas sobre sexualidades e gênero, como se verdades fossem, em detrimento de outras, mas o ethos que se compõe entre essas subjetividades e corpos dissidentes, contra os dispositivos de normalização.

Apostamos na produção dos saberes que se faz em suas fronteiras e não por pressupostas abordagens – delimitando, sempre provisoriamente, o que é ou não é seu campo. Desse modo, importa-nos indagar quanto às práticas curriculares no curso de psicologia desta universidade, mas em suas fissuras, articulações e dissipações relacionadas aos processos formativos em questões de gênero e sexualidades, por um percurso cartográfico desses movimentos, desses contornos, mas especialmente, de suas porosidades.

Por conseguinte, acompanhar composições de narrativas, em suas conexões por lugares de fala e por campos discursivos nas expressões de gênero diversas e nas dispersões desses contornos será a estratégia dessa escrita para fazer transicionar as enunciações dos referenciais de um *pensamento hetero*<sup>9</sup>, com o qual se coaduna o sujeito epistêmico universal – do qual são signatários os saberes psi normalizadores da diferença, na produção de desigualdades. O deslocamento nesse percurso propõe-se a uma desconstrução de gênero, quanto ao enunciado acadêmico, performatizando-se por outras vozes e lugares de fala, que não se posicionam pela neutralidade ou pela delimitação disciplinar da verdade.

Transicionamos, portanto, desse gênero argumentativo da escrita acadêmica, do qual é preciso se depreender um sistema totalizante e um sistemático convencimento, a uma performatividade narrativa, como produção ficcional de uma verdade, que se assume como afirmação estética, ética e política, sempre parcial, sempre inconclusa, não porque lhe falte qualquer definição, mas porque um modelo definitivo não lhe concerne. A performance, de que nos valemos em narrativa, é dissidente quanto ao gênero de argumentação acadêmica, assim como se afirmam, nas dissidências, a performatividade de gênero de que Butler nos fala.

---

<sup>9</sup>Título de Monique Wittig, 1980.

Nesse sentido, o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra. No desafio de repensar as categorias do gênero fora da metafísica da substância, é mister considerar a relevância da afirmação de Nietzsche, em *Genealogia da Moral*, de que “não há ‘ser’ por trás do fazer, do realizar e do tornar-se; o ‘fazedor’ é uma mera ficção acrescentada à obra – a obra é tudo”. Numa aplicação que o próprio Nietzsche não teria antecipado ou aprovado, nós afirmariamos como corolário: não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados. (BUTLER, 2015a, p.56)

Imagem disponível em:  
<https://br.pinterest.com/crasshlive/judith-butler/>



**"I was no one, nobody, from Nowheresville until I became a drag queen. That's what made me in New York, that's what made me in New Jersey, that's what made me in the world."**  
(Marsha P. Johnson)

[“Eu não era ninguém, ninguém da Vila de Lugar Nenhum, até que eu me tornei uma drag queen. Isso é o que me fez em Nova York, que é o que me fez em Nova Jersey, que é o que me fez no mundo.” (tradução nossa)]

Imagem e citação disponíveis em:  
<http://shotgunseamstress.blogspot.com.br/2012/10/pay-it-no-mind-life-and-times-of-marsha.html>

## 2. DESENHOS FORMAIS DISCIPLINARES E MOVIMENTOS ESTUDANTIS NA GRADUAÇÃO

### 2.1 Currículos mínimos e lacuna do gênero na estruturação do curso de psicologia

Em outubro de 2006<sup>10</sup>, vivenciamos um “movimento de paralisação do curso”, na graduação em psicologia da UFES, uma mobilização que visava promover discussões referentes a reforma curricular exigida pelo MEC que, naquela data, demandava apresentação de uma proposta de Plano Pedagógico em prazo máximo de dois meses (Jornal PET-Psicologia/UFES, 2011). À época, o que interessava-nos, aos estudantes, além da ameaça de fechamento do curso (alardeada pela mídia local), era participar da discussão sobre a oferta de disciplinas no âmbito dos dois departamentos, DPSI (Departamento de Psicologia) e DPSD (Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento, à época, DPSO – Departamento de Psicologia Social). Partíamos da avaliação de que as ementas deveriam ser mais direcionadas às práticas da profissão, o que para alguns significava capacitação para o “mercado de trabalho” e/ou “atualização” das ementas – que deveriam acompanhar um suposto “progresso” da profissão. Para outros, porém, incluindo-se aqueles vinculados às entidades e às representações-movimentos estudantis, como o CALPSI (Coletivo Acadêmico Livre de Psicologia), tratavam-se de críticas quanto à relevância social e quanto à incidência ou pertinência da formação para o exercício profissional, considerando-se um distanciamento entre produção e referenciais acadêmicos e as demandas do campo de atuação.

A partir da “greve estudantil”, o DPSI e o DPSO-DPSD criaram comissões para elaborar propostas em separado. Somente em 2008 formou-se uma comissão integrada, que finalizou a proposta encaminhando-a à PROGRAD no mesmo ano. No entanto, a implantação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) foi iniciada somente em 2011, no primeiro semestre. Em entrevista ao Jornal Psicotópicos, do PET-Psicologia/UFES, o Prof. Lídio de Souza declarou que as seguintes referências foram consideradas:

---

<sup>10</sup>À época, cursava ainda a graduação em psicologia da UFES, no entanto, os dados e relatos a seguir não se referem apenas a esta memória, tendo como fonte a pesquisa em *sites da internet* que constam nas referências bibliográficas, especialmente a edição de 2011 do Jornal Psicotópicos, o qual será citado como Jornal PET-Psicologia/UFES, 2011.

A primeira seriam as orientações contidas nas Diretrizes Curriculares e em outros dispositivos legais que contêm exigências mínimas para a proposição de cursos novos e reformas; e a segunda, um compromisso com a qualificação dos departamentos. Os departamentos investiram em diferentes áreas na formação e especialização de seus professores, e a gente achou que isso minimamente tinha que ser respeitado. Então, a reforma aconteceu em função da configuração que os departamentos têm, por isso não dá para fugir da discussão dos departamentos (Jornal PET-Psicologia/UFES, 2011).

O Prof. Lídio ressaltou ainda a flexibilização da grade curricular, que reduziu a carga horária de disciplinas obrigatórias em relação ao currículo anterior. Além disso, a exigência de créditos para as Atividades Complementares também cumpriria o papel de abertura curricular a “temas diversos”, por meio de participação em eventos científicos, redação e publicação de resumos, artigos e capítulos de livro, participação em gestão estudantil, participação em Projetos (PET, Iniciação Científica e Extensão), monitorias, estágios extracurriculares, entre outras. Essa proposta acompanhou a mudança de uma formação generalista para a estruturação por ênfases, preconizada pelas diretrizes curriculares atuais. A discussão sobre as ênfases foi uma preocupação dos departamentos, segundo a Prof<sup>a</sup>. Gilead Marchesi, visto que:

[...] tinha que ser algo que atendesse a uma demanda do estado do Espírito Santo e da região metropolitana, a demanda dos alunos e também, de certa forma, que pudesse ser levada adiante pelo corpo docente. Por isso que ficou essa ênfase Saúde, Clínica e Educação (Jornal PET-Psicologia/UFES, 2011).

Dessa forma, cada departamento responsabilizou-se pela oferta de uma das duas ênfases deste novo currículo, sendo facultativo para estudantes a participação nas duas ênfases, o que demandaria prolongamento da duração do curso, já que não poderiam ser feitas em concomitância. Por outro lado, a Prof<sup>a</sup>. Gilead ressaltou que o processo de elaboração do novo currículo promoveu o diálogo entre os departamentos. Além disso, pontuou que este processo é contínuo, e que a avaliação processual seria uma exigência legal.

A gente conseguiu ao longo desses anos, desde 2007, efetivamente, conversar sobre o curso. Pensar sobre o que nós queremos e como nós podemos fazer diálogo entre os dois departamentos. Os dois departamentos podem conversar, discutir, pensar junto, fazer concessões, voltar atrás. Só de a gente ter podido dialogar nesse período, isso já foi muito legal (Jornal PET-Psicologia/UFES, 2011).

A variedade entre as graduações tem sido justificativa para que as normativas do ensino superior tenham pouca incidência na formulação de parâmetros para conteúdos programáticos ou de metodologias pedagógicas no ensino superior. As especificidades formativas são concernentes às diretrizes de cada curso/profissão. A autonomia proposta para as Instituições de Ensino Superior (IES), ao abandonar o “caráter universal dos currículos mínimos”, poderia responder aos anseios pela desburocratização do ensino-aprendizagem, não estivessem esses processos alinhados à intensificação de um desinvestimento estatal nas políticas públicas. Para que a retração nas disciplinas propiciasse uma desburocratização das graduações, reconhecendo-se as práticas educacionais não-formais, seria necessário que princípios e metodologias fossem propostos, orientados por outros modos de fazer e pensar a educação pública. Evidentemente, os documentos não garantem sua efetividade, mas a omissão dos pareceristas do Conselho Nacional de Educação, quanto aos referenciais da produção de currículos ou de metodologias pedagógicas para as graduações, abre espaço para a consolidação dos princípios de uma formação profissional meritocrática e mercadológica.

Podemos citar, entre esses princípios: “ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos”; evitar “ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas”; “evitar o prolongamento desnecessário da duração dos cursos de graduação”; “estimular práticas de estudos independentes”; “encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar” e “fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva”, considerando estágios e atividades de extensão como cumprimento de carga horária (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2003).

Percebe-se um discurso autonomista e que se supõe desburocratizado. No entanto, estimula-se que o tempo de formação seja reduzido ao mínimo necessário, apesar da ampliação dos espaços formativos, os quais devem ser registrados e validados mediante certos protocolos, para que se insiram na formalidade de um desenho disciplinar. Fica evidente que iniciativas mais “independentes” e “fora da estrutura” dos espaços acadêmicos formais não serão necessariamente ofertados pelas IES, o que não parece implicar reconhecimento de sua relevância, mas o desinvestimento em processos formativos não-disciplinares, ao mesmo tempo em que se reforça uma acepção meritocrática e mercadológica da qualidade na educação pública, privatizando os percursos formativos como iniciativas individuais e particulares. Estabelece-se, desse modo, que as graduações deverão

[...] incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2003, p. 3).

Por conseguinte, não é de qualquer compromisso social que se trata ao orientar sobre uma formação voltada para condições de exercício profissional. A “flexibilidade” preconizada para as graduações, visando uma formação “adaptada” às demandas sociais, volta-se a um mercado de trabalho, no qual interessam conservar as práticas sociais hegemônicas e a produtividade de um sistema que organiza os processos de trabalho por relações de exploração e de segregação entre categorias e classes sociais. Essas críticas convergem com a discussão das diretrizes curriculares para a graduação em psicologia, compreendendo-se que, ao preconizarem as habilitações especialistas, em detrimento de uma formação generalista, reforçam os tecnicismos mercadológicos (HOFF, 1999), delimitando áreas de atuação a partir dos conteúdos formalizados, o que prejudica a incidência política da profissão na intersetorialidade do seu exercício, bem como na sua articulação com outros campos de saberes.

Ainda que se reconheça a importância e necessidade dos processos e decisões relatados pelos professores e, além disso, da participação estudantil na constituição desse desenho curricular, nota-se que esses movimentos foram disparados e condizidos mediante documentos oficiais, os quais correspondem a intencionalidades pedagógicas que devemos colocar em análise.

Foram realizadas alterações na proposta original de 2011 entre 2012 e 2014, que constam no documento oficial de *Reestruturação Curricular do Curso de Graduação em Psicologia: Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia*. Chegando a esse desenho curricular atual, o que nos interessa indagar, nessa narrativa, é sobre a lacuna dos temas do gênero e das sexualidades nessa reestruturação do currículo formal da graduação em psicologia da UFES, sendo evidenciado, por outro lado, que em todos os setores da atuação profissional somos demandadas à intervenção ou ao referenciamento técnico quanto a essas questões. Caberia, portanto, a pertinência a essas demandas, tanto a uma quanto a outra das ênfases formuladas. Apesar disso, nenhum dos departamentos ou programas de pós-graduação do curso de psicologia da UFES propôs-se a constituição de grupos ou núcleos de pesquisa / extensão voltados para essas temáticas. O mais próximo dessas discussões que havíamos chegado até 2015 deve-se à iniciativa da Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. Maria Amélia Lobato Portugal, por meio de projeto de

extensão na área de saúde coletiva, voltado à promoção/produção de saúde e prevenção de DST's, abrangendo estudos de gênero e sexualidades como referências para considerar fatores protetivos e de vulnerabilidades numa perspectiva da redução de danos, bem como de direitos reprodutivos para pessoas que vivem com HIV. Sou muito grata a Maria Amélia por essa formação que tive, como extensionista e também em estágio supervisionado, possibilitada pelo seu investimento na oferta desses projetos, em um curso no qual esses debates se faziam como exceção “teórica” ou como “aplicação” de teorias.

Em 2015, temos um marco no curso de psicologia a partir de três eventos distintos, os quais irão promover tensionamentos curriculares por meio de suas conexões. Naquele ano, houve a articulação do Coletivo Filhas de Gaia, pressionando a discussão do feminismo e de práticas machistas nos processos formativos, por meio de intervenções e eventos, mas também por debates em salas de aula, nos departamentos e nos espaços de gestão democrática – representacionais ou participativos. No mesmo ano, foi realizado o Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia (ENEP) na UFES, que teve em sua organização a presença predominante de mulheres feministas, mas que vai se articular aos tensionamentos aqui acompanhados por conta dos espaços auto-organizados e da proposição de intervenções que culminariam em uma festa tradicional do evento, que seria o Trans-ENEP, antes chamado ENEP *Gay*. O terceiro evento foi a integração do Prof.Dr. Alessandro Rodrigues ao corpo docente do PPGPSI, trazendo a uma de suas linhas de pesquisa os estudos de gênero e sexualidades, sendo coordenador do NEPS e do GEPS que, embora estejam vinculados ao Centro de Educação, constituem-se como referência para outros centros e cursos.

## **2.2 Movimentos de gênero e proliferações identitárias no *campus***

Essas conexões nos levam aos anos 2000. O primeiro grupo para estudos acadêmicos e ativismo na UFES foi criado em 2007, no mesmo ano em que foi realizado o ENUDS nesse *campus*. Entretanto, esse grupo, então nomeado Plural, constituía-se em organização independente, desvinculada do quadro institucional da universidade. Anos depois, alguns membros do Plural, juntando-se a outros acadêmicos, formalizaram o primeiro grupo com vínculo institucional nesta universidade que tem por área de produção as sexualidades e os problemas de gênero – o GEPS, contando desde então com a coordenação do Prof.Dr. Alessandro Rodrigues. A conexão entre os eventos presentes começa por essa história

reatualizada, na contaminação entre o primeiro e o último Trans-ENEP, em grande parte costurada pelo GEPS.

O convite que recebi, para a participação no Trans-ENEP em 2015, partiu do relato da memória do encontro de 2005, somada à memória de anos posteriores no movimento estudantil e na saída dele – relato este produzido em conversas com as organizadoras do encontro mais recente, as quais disseram que a festa não contava com discussões sobre a proposta das montagens<sup>11</sup>. Por conta disso, a maioria dos estudantes continuavam travestindo-se de formas caricatas e grotescas, reforçando estereótipos depreciativos. Recordei que o ano de 2005 marcou a mudança do nome da festa de ENEP *Gay* para Trans-ENEP, justamente por termos feito a mesma avaliação da festa realizada no encontro de Aracaju-SE, em 2003. Dessa forma, notamos que a mudança de nome não foi transmitida junto com as estratégias que o acompanharam. E então, o convite para o relato de memória associou-se ao convite para a participação do GEPS, como referência de estudos na UFES, para fazer o debate quanto a binarismo de gênero e heteronormatividade.

Desse modo, a minha participação seria por essas narrativas, que trazem a multidimensionalidade temporal, atravessando um mesmo espaço que, no entanto, foi transformado pela passagem do tempo e pelo trânsito das gerações, com as quais componho uma coletividade, mas também pela polifonia atual com as vozes desse coletivo de pesquisa. E assim, ao invés de tomar parte como alguém que fala sobre, colocar-me-ia como alguém que fala junto, que fala com – junto com as bichas, junto com as lésbicas, junto com as mulheres e homens trans, junto com as travestis, junto com as pessoas cis e com as bissexuais, entre as quais me incluo, que comparecem, de alguma forma, na formação e nas produções desse grupo de estudos, desses encontros de estudantes, das entidades organizadoras do ENEP, dos anos de 2005 e de 2015, e de tudo que atravessa esses marcos temporais numa duração que não se limita a esse intervalo, dessa festa, enfim, em sua itinerância de localidades e de corpos, e no que se pretende fazer caber em seus nomes, e naquilo que jamais caberia nomear de um jeito ou do outro. Todos e tantos personagens conceituais quanto o pesquisar nos convoca em suas/nossas implicações.

Nesse falar com, fomos compondo, junto com a comissão organizadora, a proposta das práticas fechativas, que seriam oficinas de montagem, antecedendo e aquecendo a festa, para que pudessemos dialogar com o corpo e com o imaginário no corpo das pessoas,

---

<sup>11</sup>Montagem se refere a vestuário, maquiagens e adereços que compõem expressões de gênero. Palavra nascida do vocabulário travesti, transformista / *drags*, designando as intervenções transitórias que se faz nos corpos para performatizar gêneros, seja de forma encenada ou seja como forma de identificação.

utilizando os marcadores de gênero do vestuário, das maquiagens e dos truques, para propor formas diversas, além dos binarismos, nas expressões de gênero. Num primeiro momento, fui apresentar em um grupo de discussão do encontro a história do Trans-ENEP, quando surpreendi-me ao descobrir que um grupo de ativistas LGBT e de feministas discordavam dessas estratégias de montagem e avaliavam que a festa era indesejada e ofensiva, a começar pelo nome escolhido, afirmando-se que as pessoas cis fetichizavam a experiência trans com esse tipo de festa e que não foram pessoas trans que fizeram a proposta do nome, o que era opressor ao lugar de fala e ao protagonismo dessas identidades. Por conta dessa avaliação, entre as/os estudantes nesse grupo de discussão e na ausência de representantes da comissão organizadora, que tivessem outros argumentos para o debate, as estudantes e os estudantes presentes deliberaram que as práticas fechativas eram opressoras, mostrando-se convictas de que “identidade não se monta”, conforme a fala de uma das estudantes. Concluíram que levariam à plenária uma proposta de mudança no nome da festa, para o próximo encontro e que na festa de 2015 fariam intervenções com cartazes e palavras de ordem. Decidi pensar que o conflito ali era mais de gerações do que de outra coisa e, de imediato, pensei que já não faço mais parte do movimento estudantil, que o fio da meada dessa conversa estava muito distante da experiência que me dispus a compartilhar ali. E me retirei, cordialmente, enquanto o grupo prosseguiu na construção das propostas de intervenção. Mas, o constrangimento e o espanto foram inevitáveis.

O espanto vem de duas constatações. Uma primeira, que é do reconhecimento de que, há dez anos atrás, quando se propôs o nome, não se utilizava a distinção cis e trans no movimento estudantil de psicologia, sendo esse vocabulário fundamental para o entendimento de que montagem venha a ser uma expressão ofensiva nos meios de militância LGBT. Essa primeira constatação pude compartilhar no grupo de discussão do ENEP, mas não sei se com os afetos que a acompanham. Passado o primeiro susto, rapidamente, ao sair daquele *espaçotempo* do grupo de discussão, fui acometida por uma segunda constatação-espanto: mas travestis e *drags* se montam, sim, e a montagem, com a sua performance farsante da trucagem ou pela gongação, corrompe o regime de verdade que essa forma de pensar a identidade de gênero pressupõe. E então, pensando com Jésio Zamboni (2012), que afirma essas montagens também nos corpos das bichas, sigo adiante afirmando que todos os corpos e pensamentos são efeitos de e se produzem por montagens mais do que por identificações e representatividades, o que me levou à essa leitura de uma *filosofia bicha* (da diferença).

Desejante, a filosofia, quando se torna um “amor que não ousa dizer seu nome”, retoma em série outros corpos que construiu para si. Encontraremos a bicha transpassando diversas outras e fazendo todo um espetáculo com montagens cambiantes. A bicha logo não se encontra, se monta e faz a louca. Todas as filosofias têm essa mania de estar em bando, andar com outras traçando aproximações e distanciamentos. De cabo a rabo, todas se conectam por linhas várias. A filosofia é toda diferenciante. E os elos passionais se fazem por ódio e amor, aliança e ruptura (ZAMBONI, 2012, p. 290).

Então, as montagens, quaisquer que sejam, não seriam mais falsas, aparentes, “menos essenciais” do que outros processos de subjetivação que possam ser nomeados por identidades. Talvez, segui pensando, todas as identidades sejam uma ficção que construímos e nem tanto essa verdade que buscamos. Talvez, de uma forma normativa ou não, todas e todas, em alguma medida, nos montamos para a “vida em sociedade”. E então, a memória foi desfeita e refeita, recordando-me que era bem por aí que pensávamos, ainda quando ignorávamos as identidades trans, embora nos coubesse pensar em outros termos.

Outros termos, pois, é importante voltar a dizer, não se falava em pessoas trans no meio acadêmico. A ideia que tínhamos era de uma festa em que as pessoas fossem estimuladas a expressar em suas montagens o que desejassem experimentar das suas sexualidades – a afirmação de uma identidade invisibilizada, alguma fantasia com que se identificassem, a encenação de formas diversas daquelas com que se expressa habitualmente. E a palavra trans, dessa forma, era compreendida pelo sentido do deslocamento das formas estereotipadas de expressão de gênero e sexualidade e não como referência a um grupo de pessoas, mas relacionada a vivências diversas que fossem *trans*(gressoras). De fato, como a nossa referência era a de uma “liberdade sexual” pós-*hippie*, mais associada ao erotismo e às práticas sexuais do que às opressões das identidades, possivelmente estávamos, sim, *fetichizando* experiências trans, mas não em termos marxistas, e sim pelo conceito freudiano de um *investimento libidinal*. O que não viria ao caso, não fosse por essa confusão conceitual levar a uma diferença que parece haver entre as gerações de movimento estudantil que se chocaram naquele espaço de discussão.

Pretendíamos, em 2005, atuarmos como experimentadores a partir dos conceitos e, dessa forma, os conceitos operavam como ferramentas da militância, ao mesmo tempo em que nos levavam a desconstruir e a reinventar os modos de fazer e as estruturas dessa militância. Não sei se isso nos levou a melhores ou piores efeitos, mas não pude evitar a percepção de que os coletivos estudantis poderiam estar fazendo o caminho inverso naquele encontro, partindo de jargões das militâncias e utilizando-os como critério para julgar os conceitos e expressões acadêmicos. Provavelmente, não eram poucos que poderiam seguir

nesse caminho “inverso” também no ENEP de 2005 e em outros encontros e ações de movimento estudantil que participei entre 2000 e 2007. Até me recordaria de alguns não raros eventos em que essas concepções se chocavam, mas eu não poderia fazer memória deles, porque se os vivi, foi acreditando que os nossos movimentos eram a expressão mais consistente daquele tempo. Ou mais disruptiva.

Afirmaria, enfim, que de fato, não se muda de gênero como quem muda de roupa, mas a mudança de roupa não deixa de compor a mudança ou a multiplicidade do gênero. Compreendo que as estereotípias do binarismo sejam mais violentas para o corpo feminino. Compreendo também que, contra a violência, por vezes, só nos resta uma reação também violenta. E isso é a legítima defesa. Porém, evitar as montagens e fazer intervenções no palco não ajudou a conter essa violência, e permitiu que, assim como acontece nas festas universitárias de modo geral, as violências contra os corpos gays fossem invisibilizadas. Não que seja a melhor das condições, mas a aposta que faço é que pessoas travestidas no ambiente, somando-se à intervenção das feministas, teria um efeito muito mais *friendly* (amistoso) para LGBT’s, mais do que a interdição de um certo uso do corpo. A multiplicidade das expressões de gênero caminham junto com a polifonia e não com as interdições. O limite para isso é quando ultrapassamos as relações de poder e resistência e somos atingidas pelas formas várias da violência, mas então, não seriam sobre montagens ou identidades que estaríamos conversando.

Hoje em dia se diz , com vasto vocabulário, que buscamos táticas de desconstrução da hierarquia entre os gêneros e nos aliamos às críticas ao binarismo de gênero heterocentrado e cis-normativo. Bom lembrar que, se esse vocabulário se ampliou, não foi por acaso, mas fruto de nossas lutas e de nossas experimentações, nas quais os mais jovens se inserem e se apropriam dignamente das palavras e práticas que vimos nascer e que se somaram a todo um léxico que pode soar superado ou como algo a se superar. A trajetória que se precipita para os de menos idade, nas lutas que já (re)conhecemos, e que faz reconfigurar as nossas caminhadas progressas, tem essa potencialidade de invenção que, se a ela somos, também os mais velhos, capazes de aderir como se a um outro começo, junto a elas e a eles nos juvenescemos, tendo-se nesse ethos a possibilidade de desnaturalizarmos tudo aquilo que para nós já se acomodou. Isso não quer dizer, porém, que os mais novos serão sempre o critério do que seja potência de invenção e de desacomodação. Não quer dizer, portanto, que a “novidade” juvenil tenderá para contextos mais libertários, podendo, assim como nós e como qualquer pessoa e grupalidade, cair em mais do mesmo e aderir a movimentos reacionários ou conservadores.

Portadores dessa novidade, que poderíamos chamar de “jovens”, se a estatística etária nos coubesse, anunciaram que o nome Trans-ENEP não vingou. E não vingou, dizem muito bem, porque não teve a potência de fazer emergir estratégias que agregassem os alheios ao circuito cultural que propomos construir, pelas margens. Queríamos nós e elas e eles também querem, compor mais alianças para além da sopa de letrinhas. Queremos mais em comum. Mas o modo como vivenciamos o mesmo contexto é bem diferente.

No contexto atual, o ativismo LGBT e feminista está mais organizado. Talvez. E ganhou-se ou criou-se espaços que não existiam há dez anos. Há uma teia associativa contemporânea em que esses portadores da novidade encontram-se imersos, como num caldo primordial do qual farão, eventualmente, uma outra consistência subjetiva, outro território existencial, sobre o qual nós apenas poderemos atravessar à custa de abrimosmão do que anteriormente era o nosso *habitat* natural, como magma solidificado. Não que deixemos, com o passar de um tempo, de vivermos as nossas erupções; apenas temos mais chão cristalizado pra fazer rachar, ruir ou derreter. Seguimos nadando nesse caldo onde nos criamos contornos, e enquanto nos repetimos algumas formas, muitas vezes boiando pelo cansaço de tanto prender a respiração, a novidade depois de nós vema plenos pulmões nos expor quais são as dores e os movimentos que fazem gritar, na composição de outras formas e de outros fluxos que desconhecemos, que nos estranham por esse tempo, estranhamentos que também disparamos aos que nos precederam. Muitas vezes, espantam-nos esses gritos ou mesmo nos repelem, não apenas pelo uso das palavras, em seus significantes e significados, mas sobretudo nas práticas e táticas que ensejam.

Nós, os pregressos, vivemos uma época em que toda a cultura LGBT, que já teve outras siglas, era uma cultura de gueto, da qual se poderia ansiar a abertura, não a sua remodelagem. Nós criamos a receita da sopa de letrinhas, como tradução de uma diversidade, e não para que se multiplicassem as formas absolutas de identidade, entre as quais é preciso cada vez mais um outro nome. Ao invés de reconhecermos que afirmar identidades tem limites. E onde eles terminam, os limites das identidades, pode ser bem o campo em que desejamos transitar, o da invenção de si, o da vida como obra de arte. Podíamos cuidar mais disso aí. Das identidades, por hora, o que nos importa é dizer, como Sérgio Rodrigo, narradora de uma *boa bicha*: “Chega um momento em que é preciso lançar o corpo no mundo” (FERREIRA, 2016, p. 16).

A bicha é um jeito de corpo. Uma composição de membros, um modo particular de se mover, uma maneira própria de se portar, um gesto habitual de se expressar e de mexer os olhos e uma habilidade de se aproximar do

outro. É uma inflexão da voz, uma certa arrumação sonora. É um gesto no espaço. Pouco importa o que nesse arranjo é dado pela natureza e o que é artificialidade. A bicha é uma lesão incurável no corpo que é compulsoriamente disposto como macho a partir de uma imposição biológica. A bicha é uma sina de frescor. A bicha é o sujeito que está pintosa, é uma afeminada que aparece como um deslocamento, como um estranhamento da heterossexualidade (FERREIRA, 2016, p. 31-32).

Lançar-se no mundo nos diz mais das montagens, de uma performatividade, de usos do próprio corpo, circulando entre outros corpos e compondo, dessa aparência, suas relações de forças, seus pontos de apego e seus riscos, tudo uma questão de sair do seu armário e cada um deve ter o seu, porque não é de dentro de intimidade nenhuma que um corpo pode se viver e se narrar.



Maria Bethânia dando close, em 1980.

Imagem disponível em:

<http://mariabethaniareverso.blogspot.com.br/2013/08/audio-do-show-mel-1980.html>

### 3. CONDIÇÕES DE UMA ESCRITA FEMININA

#### 3.1 A questão de Virginia Woolf ou indisciplinas do feminino nos corpos

Eis-me aqui a perguntar por que as mulheres não escreviam poesia no período elisabetano, e nem tenho certeza de como eram educadas: se aprendiam a escrever; se tinham salas de estar próprias; quantas mulheres tiveram filhos antes dos vinte e um anos; o que, em suma, faziam elas das oito da manhã às oito da noite. Não tinham dinheiro, decerto; segundo o professor Trevelyan, eram casadas, quisessem ou não, antes de largarem as bonecas, aos quinze ou dezesseis anos. Teria sido extremamente incomum, mesmo considerando apenas essa amostra, que de repente uma delas houvesse escrito as peças de Shakespeare, concluí, e pensei naquele cavalheiro idoso, já morto, mas bispo, creio, que declarou ser impossível a qualquer mulher, do passado, presente ou porvir, ter a genialidade de Shakespeare (WOOLF, 1985, p.58).

A auto-organização de mulheres no curso de psicologia, com o coletivo feminista Filhas de Gaia, é uma das interlocuções nesse percurso narrativo. O projeto apresentado junto ao PPGPSI referia-se à formação de educadores sociais articulando religiosidade e sexualidade, considerando os direitos humanos, sendo campo de pesquisa-intervenção vinculado à atuação profissional desta autora que ora se enuncia. Havia sido motivado pelas inquietações quanto ao fortalecimento da concepção de combate à “ideologia de gênero” nas religiões cristãs e nos planos municipais de educação, afetando as intervenções das ONG’s que atuam na defesa e garantia de direitos (humanos), entre essas, a entidade / estabelecimento do meu vínculo de emprego.

O caminho era certo e bem delimitado, até que as conexões com este coletivo fizeram irromper as porosidades do texto e assim, a escrita com as vozes feministas e com a graduação em psicologia foi tomando fôlego. Essa polifonia se constitui da coexistência espacial e afetiva entre tempos e eventos não contíguos, o que se configura em um campo desconstruído da linearidade experimental. Um lapso de 10 anos entre um encontro de estudantes<sup>12</sup> de psicologia e outro, é a linearidade rompida, por meio da contração entre memória e contemporaneidade, numa vivência presentificada que refaz esse passado não-originário, num evento que, sem qualquer causalidade, mas por efeito dessa conexão, se produz como (re)atualização. Uma década seria a duração desse instante, em que o movimento estudantil se organiza para a realização de um encontro nacional. De um ponto a

---

<sup>12</sup>ENEP 2005 e ENEP 2015, encontros nacionais de estudantes de psicologia que, em ambas as datas, foram realizados no *campus* da UFES.

outro, os modos de organização diferenciam-se, em clivagens, como se os tempos estivessem desde sempre emaranhados nessas mutações.

Um primeiro encontro de contágio apostaria ter sido o de um convite, feito por uma outra Carolina, que assim como eu participava do CALPSI na UFES, e estava construindo um momento de falas sobre o histórico do curso, para a “Semana Calórica”<sup>13</sup>. Fomos convidadas, Beth Barros, José Anézio e eu, com a proposta de falarmos de como essa é uma história de lutas, e muitas delas, lutas por ocupação de espaços. Como primeira reação, pensei no susto de ser testemunho vivo de uma época passada, uma fonte histórica que pode relatar memórias. No entanto, desse susto e dessa ideia de que haveria uma certa expectativa sobre memórias, veio a lembrança de uma conversa, muito breve, muito de passagem, com o José Anézio de anos antes. Dizia a ele que o melhor do movimento estudantil era justamente o seu refazer, esse acreditar que se começa sempre do zero, porque ainda que se entenda como recomeço, o caminho não se repete, ainda que os passos fossem os mesmos, mas nem mesmo são.

Assim, foram dessas memórias, dessas que se fazem presente porque são presentes os efeitos que produzem. E porque os efeitos que produzem as reconfiguram. Dessas memórias fui buscar assunto a conversar com Beth Barros, José Anézio, Carolina Rachel e as calouras e calouros de psicologia no primeiro semestre de 2015. As memórias contaminadas, a partir desse ponto e refeitas, desse ponto aquém, levaram-me a participar da construção do encontro nacional de estudantes de psicologia em 2015. Por essa contaminação fez-se deslocar uma concepção de universidade e de política universitária, que carregava comigo desde meus anos de movimento estudantil, especialmente nos seus tensionamentos quanto às questões de gênero.

Dessa forma, passo a lembrar que, na virada do século XX ao XXI, a universidade ainda se arrogava, de forma quase que indubitável, uma vocação natural para a condução das transformações sociais. Portanto, poderia se pressupor como o lugar da culminância da conscientização quase que missionária das “periferias existenciais”<sup>14</sup>. Ao mesmo tempo, muitas de nós, pessoas estudantes, mesmo aquelas que não tivessem nenhum receio ou dúvida em se posicionarem à esquerda, questionávamos toda forma de mobilização política representacional e identitária, partindo-se da crítica ao aparelhismo partidário nas entidades

---

<sup>13</sup> Semana de atividades de recepção dos estudantes de primeiro período (calouros) em psicologia, organizada por estudantes com participação e apoio de alguns professores.

<sup>14</sup> Expressão utilizada por religiosos e leigos ou praticantes da Teologia da Libertação, para os quais dedico admiração e respeito. A ironia aqui se refere a uma (im)postura missionária que de fato não caberia ao campo universitário, já que advém da sua elitização, como se fosse um campo sagrado ao qual “eleitos” teriam acesso, abençoados por seus líderes e rituais de iniciação.

estudantis. Enquanto isso, à época, as ações afirmativas, tais como as cotas para ingresso na universidade pública e a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) ainda não haviam se promulgado ou efetivado, de modo que esses discursos se colocavam em posição de vanguarda na superação de desigualdades sociais, inclusive, muitas vezes, por supor-se o local de uma consciência crítica mais elevada, pelo acesso aos conhecimentos verdadeiros e legítimos de uma leitura de mundo superior em relação ao senso comum. A popularização da universidade e a ampliação do seu acesso eram pensadas como movimentos de fora para dentro, assimilatórios, pelos quais se reforçava a crença de que o ingresso na universidade seria passaporte para a iluminação necessária, mas pouco ou nada se falava sobre os efeitos que essa posição poderia ter ao ignorar seu local de elite.

Nesse contexto, o feminismo comparecia mais como pauta de militância ou objeto de pesquisa que se voltava para fora do contexto acadêmico. Ou seja, a universidade se colocava como suporte para o avanço do feminismo em outros setores da sociedade, ou como ponto de articulação vinculado a grupos e fóruns organizados por outras demandas e espaços, para além do ambiente acadêmico. Tudo se passava como se o feminismo já tivesse sido superado na universidade, e lhe coubesse apenas o papel de apoio em sua defesa nos demais espaços. Lembro-me de Gabriela Merlo (Gabi), amiga que cursava ciências sociais, que muitas vezes falou sozinha entre nós, no movimento estudantil e que, tantas outras vezes, buscou conversar comigo ou me apresentar autoras feministas, como se reconhecesse que, de alguma forma, eu estivesse evitando um “assunto” que de fato estava ali, o tempo todo, sendo parte importante dos meus interesses. Lembro-me também da amiga Grazielle Rodrigues (Grazi), estudante do Serviço Social, que foi da diretoria do DCE, junto comigo, e era a única de nós a participar do Fórum de Mulheres do ES. Lembro-me, porém, com bem mais riqueza de detalhes, de uma distinção entre espaço acadêmico e extra-acadêmico que assumia limites inquestionáveis mesmo para nós, que andávamos pelos movimentos sociais, a maior parte do tempo em que fomos estudantes – e essas fronteiras nos inseriam na posição de mulheres libertas, como se houvéssemos alcançado o futuro almejado por Virginia Woolf.

Recolocar a questão de Virginia Woolf, quase 90 anos depois da publicação de “Um teto todo seu”, envolve dois ou três movimentos, que não seguem uma orientação única, que não constituem uma reta na ligação entre pontos, como gostaríamos de crer. A autora questionava se com o passar de um século, período que estamos próximas a completar, a mulher teria construído seu lugar na tradição da escrita e na produção de conhecimento, afirmando que, para isso, seriam necessárias condições materiais que garantissem a liberdade e a disponibilidade que são vitais para a *integridade* da escrita. Comparando a literatura

produzida por mulheres inglesas no século XIX a outros clássicos da tradição masculina, como as peças de Shakespeare ou “Guerra e Paz” de Tolstói, Virginia Woolf considera que a escrita feminina pode carecer o que chama de *integridade*, por dois motivos: por falta de experiência, já que suas vivências são limitadas, tolhidas ou rechaçadas pelas convenções sociais, ou por conta do processo da escrita mesmo, que é interrompido, deturpado, degradado ou silenciado por essas mesmas convenções sociais.

Basta examinar os velhos romances esquecidos de modo superficial e ouvir o tom de voz em que foram escritos para adivinhar que a escritora estava recebendo críticas; estava dizendo isto à guisa de agressão, ou aquilo à guisa de conciliação. Estava admitindo que era "apenas uma mulher", ou protestando ser "tão boa quanto um homem". Enfrentava a crítica como ditasse seu temperamento, com docilidade e inibição ou com raiva e ênfase. Não importa qual fosse: ela estava pensando em algo que não a coisa em si. E assim seu livro cai sobre nossa cabeça. Há um defeito bem no centro dele. E pensei em todos os romances de mulheres espalhados, como pequenas maçãs deterioradas num pomar, pelos sebos de Londres. O defeito no centro é que os estragara. A mulher havia alterado seus próprios valores em respeito à opinião alheia (WOOLF, 1985, p. 92).

Apesar da igualdade conquistada no direito ao acesso à universidade, e de algumas liberdades, como a independência possível fora do casamento com um homem, não reconheço, naqueles anos 2000, ou mesmo hoje, nem metade das condições que Virginia Woolf esperava para que as mulheres conquistassem seu “lugar na escrita”. Sendo mãe e estudante, não contei com apoio social nem de um lado, nem do outro. Mesmo o apoio familiar dependia de uma série de concessões nesses modos de viver, até chegar ao ponto em que me vi na situação de ter que escolher entre conviver e cuidar dos meus filhos e concluir a graduação, porque era isso que se julgava o melhor para eles. Apesar da boa vontade de todos que, sinceramente, queriam mesmo me ajudar, o que estava em jogo era ainda a crença de que a vida de uma mulher *estudante* não era apropriada para cuidar de filhos. Talvez, se eu seguisse um roteiro bem restrito a aulas e ao sacrifício da vida social, dedicando todo o resto do meu tempo para um trabalho que pagasse integralmente minhas contas, já que os pais deles também eram estudantes; se pudesse morar num local sozinha com meus filhos, já que não havia me casado; se não gostasse de festas e se não bebesse; se dissesse para todos que vivia para meus filhos, talvez, assim, eu não precisasse “escolher”. Embora seja grata a qualquer ajuda que tenha tido, e não foi pouca, isso não me impede de perceber que esperavam que eu assumisse e expiasse toda uma culpa por ser mãe fora de um casamento heterossexual, por ser mãe e ainda assim continuar estudando e sentindo algum prazer na vida que não seja ligado à convivência e cuidado com os filhos.

E assim, como pari dois dos meus três filhos durante a graduação, sendo eles de pais diferentes, com atitudes bem diferentes diante da paternidade, e sendo os dois tão jovens quanto eu, e ainda estudantes como eu, também não posso deixar de perceber que nenhum deles foi questionado sobre método contraceptivo algum, já que essa responsabilidade era só minha. Receberam apoio da família para que continuassem investindo na sua formação profissional, já que deveriam, eventualmente, assumir a posição de provedores, sem que ninguém lhes perguntassem sobre os cuidados com os filhos, pois quem deveria estar com eles seria eu. Eles também gostavam de sair com amigos, também iam a festas e tudo mais, mas ainda assim não havia maiores questões sobre essa conduta. Ou seja, o conflito entre ser estudante e ter filhos, não era por ser mãe, já que os pais não o vivenciaram da mesma forma, ou até mesmo de forma alguma. Só havia conflito por ser mãe, porque sendo mãe, não posso deixar de ser mulher. Dito de outra forma, sendo mãe, não posso ser como um homem.

Este corpo, porém, recusou-se a se limitar por ser mãe, por ser mulher, e por ser ou não ser como homem, embora sofresse por essa falta de limites, não devo negar. Ao mesmo tempo em que seguia os passos de minha mãe e de outras mulheres da minha história familiar, para as quais era sinal de fraqueza demonstrar que havia para nós sempre um déficit para atingir a igualdade que nos oferecem, por outro lado, não queria repetir esse heroísmo de mártires para viver como acreditava que essa igualdade deveria ser. Nesse caminho, nem fui a mãe ou mulher que tinha por modelo ser, nem fui a estudante ou escritora que poderia ter desejado ser.

Durante a graduação, interessavam-me os estudos de psicanálise em Freud, mas também os processos de subjetivação em Deleuze, Guattari e outros escritos, bem como a problematização do sujeito e das relações de poder em Foucault. No entanto, pouco interessava-me pelo formato de discussão e de escrita estruturado pelas disciplinas, embora tenham sido importantes os artigos, aulas e orientações das professoras e professores do curso, como Nelson Lucero, Robinson Gemino (Robinho), Sônia Pinto (Soninha), Maria Elizabeth Barros (Beth), Leila Domingues e Cristina Lavrador, que me passaram um brilho nos olhos da aposta de uma psicologia ético-estético-política e, portanto, transdisciplinar. Da mesma forma que foi importante o aprendizado de uma especificidade do campo de atuação profissional, o que me traz algumas lembranças desses professores, mas incluindo-se aqui, de modo mais especial, Maria Amélia Lobato, Ana Augusta Miranda, Sávio Queiroz e Luciana Broetto. Contudo, o corpo a que faltava limites, esse corpo indisciplinado levou-me às conexões com outros cursos e percursos, agenciadas especialmente pelas mobilizações e entidades de organização política estudantis: as Assembleias, o Centro Acadêmico – que logo

renomeamos como Coletivo Acadêmico – o Diretório Central de Estudantes e o Congresso de Estudantes da UFES foram pontos de encontro e de contágio entre saberes. Essa trajetória nos levava à experimentação de modos de viver, de proposições de estratégias e de (des)estruturas que geravam organização de ocupações e manifestações ditas políticas, mas também ações e produções artísticas– seja nas festas, seja nas intervenções, saraus ou nos modos de se fazer cultura da circulação cotidiana pelo *campus*.

Entre essas redes respirava esse corpo de mulher, indisciplinado, reafirmando o projeto de uma criança que ainda vivo. Queria ser escritora, desde que escrevo, o que deve ter sido quando ganhei de presente um diário com chave, entre os seis e sete anos. E, desde que escrevo, escrevia diariamente até ingressar no curso de psicologia e durante toda a graduação. Naquele tempo de graduação, amadureci e extirpei alguns poemas e aforismos<sup>15</sup>, produzidos nos 20 e poucos anos que até então havia transcorrido. Não foi a escolha de uma profissão que me levou ao ingresso nesse curso, mas a busca por um vocabulário, era o que eu dizia. E não explicaria de outra forma, ainda hoje, embora tenha mergulhado no ofício titulado, desde a finalização do curso. E então, enquanto cumpria o exercício das atribuições de psicóloga, pouco ou nada investia naquela escrita que me acompanhava desde que me entendo por gente. Relatórios e ofícios, além de registros de atendimentos e de reuniões, era tudo o que esterilmente me consumia a palavra. Lamentava que meu vocabulário talvez tivesse se esgotado, sentia-me estéril, ou infecunda, como se isso fosse indício de ser não produtiva. Mas não era nada disso.

Nesse ponto volto a pensar dessa “integridade da escrita” que Virginia Woolf buscava. E a esse pensamento se soma aquele outro, de que sendo mãe, não poderia estudar, do que se deduz que não poderia tampouco escrever. Não poderia, porque já não posso mais ser como um homem, preciso repetir, para que me faça entender. No entanto, naquele tempo da graduação, em que meus colegas e amigas me viam dia-a-dia a escrever, eu costumava quase sempre dizer a eles, mas não a elas, porque talvez não sentisse que fosse preciso, que eu escrevia “como mulher”, ou que não escreveria de um certo jeito, porque para isso teria que ser um homem. E essa conversa soava, até mesmo para mim, como desculpa ou explicação, como uma legenda, daquelas que se apensam a uma imagem, aos modos de descrição para o que poderia expressar por si mesma. Um desses amigos, também escritor de poemas, respondia-me sempre rindo e dizia “nem dava pra perceber”. Era um riso que tinha algo de irônico, mas que me fazia sorrir de volta, porque havia ali um reconhecimento do que

---

<sup>15</sup>Alguns desses escritos disponíveis em: <http://entrevessos.blogspot.com.br/>

dispensava o dizer-se, não porque fosse tão óbvia a generificação dessa ou de qualquer escrita, mas porque seria algo que não deveria ter essa marca de antemão. A presença do corpo que é de uma mulher. Que necessidade haveria de anunciar esse corpo como rótulo para uma escrita?

Penso que, ao dizê-lo, eu não desejava escrever como mulher. Não desejava escrever como homem, ainda menos. Virginia Woolf questionava-se sobre essa diferença e, poderia dizer, sobre essa oposição binária do sexo na escrita. Embora interrogasse, inicialmente, sobre “as mulheres e a ficção”, ela observou que a escrita da mulher aparece nas prateleiras das bibliotecas de forma gradual, a partir do século XIX, iniciando-se pelos romances, com raras incursões pela poesia e, muito tardiamente, no início do século XX, é que passam a ter presença na literatura acadêmica. A partir dessa pesquisa, vem a questão de Virginia Woolf, a ser recolocada, quase um século depois: como seria a escrita afetada pelo sexo? E além disso: de que modo o sexo feminino foi alijado da escrita durante séculos, como se por sua natureza fosse inapta para o exercício do pensamento e da criação?

Um teto todo seu, ou um quarto que possa fechar à chave. E uma quantia em dinheiro suficiente para o seu sustento, mas não apenas em alimentação básica e condições mínimas de sobrevivência, e sim o bastante para que a escritora não tivesse que se preocupar com isso, e ainda pudesse ter refeições agradáveis, fazer viagens, adquirir bens culturais, enfim, nutrir-se de um ambiente confortável e favorável à “criação”. Essas são as condições que Virginia Woolf considera fundamentais para todas as mulheres e, como ativista da Liga para o Trabalho das Mulheres, seriam condições a se reivindicar para qualquer trabalhadora. Dessa forma, entre as mulheres, aquelas que tivessem o “talento” e o desejo de produzir conhecimento ou de escrever ficção e poesia, poderiam ter a liberdade para fazê-lo. Essas seriam as condições que, em 2028, transcorridos aqueles cem anos, possibilitariam a consolidação de um conhecimento ou de uma literatura femininos. Ao indagarmos sobre o contexto atual da escrita feminina, obviamente constatamos um fracasso na universalidade da garantia dessas condições materiais às mulheres. O que nos leva a outras indagações e outros movimentos.

O próximo deles será interrogar, junto a Simone de Beauvoir e a Judith Butler, se nos cabe ainda considerar, na produção de discursos e de narrativas ou de escritas acadêmicas, uma concepção do feminino sob o crivo do dualismo de um sexo biológico inato. Nesse movimento, uma orientação possível será a de seguir com o feminino, porém sob a alcunha do gênero, como construção (Beauvoir) ou como performance (Butler) e, a partir daí, situarmo-nos quanto a uma certa posição social da mulher, se é que chegaremos a isso, a

partir da qual poderemos atribuir uma autoria feminina na produção de escrita. O movimento a seguir poderia ser o de questionar essa “integridade da escrita”, proposta por Virginia Woolf, se é mais ou menos possível nos dias de hoje, ou antes: se os critérios de análise dessa qualidade não seriam reforçadores de uma cultura colonialista e de parâmetros generificados e masculinos, mas essa pesquisa se ateve aos problemas de gênero, portanto, não seguimos muito adiante nessa segunda inflexão.

Propomo-nos a reposicionar a questão de Virginia Woolf quanto a autoria da mulher, deslocada pela hipótese produtiva do poder em Foucault, e considerando os estudos de gênero. Por essa perspectiva, dispomo-nos a acompanhar práticas curriculares em psicologia e a composição de narrativas das dissidências de um curso que se normatiza por grades, ementas, conteúdos, e que se normaliza por regimes de verdade disciplinares, fundados em binarismos de enunciação e de gênero nos discursos da psicologia. Nesse percurso, chegamos às pistas dos ativismos calcados na distinção em lugares de fala, aliançados à aposta política da concepção de um protagonismo, que iremos discutir em relação aos marcadores sociais de diferença, especialmente quanto às performances e identidades de gênero nos discursos feministas, considerando a posição de um “não-homem” como estratégia e propósito da descolonização do sujeito epistêmico, desconstruído de seu privilégio naturalizado como enunciação masculina universalizada.

Devemos considerar, porém, que Virginia Woolf incide a sua crítica quanto à condição de escrita da mulher precisamente considerando a distinção dualista do sexo, tido como natural e imutável. De todas as limitações, indubitáveis, que a autora reconheceu para uma escrita feminina, nenhuma delas diz respeito necessariamente à sua condição biológica inata. Ao mesmo tempo, ela constata que não há nada de essencial e de definitivo sobre a mulher que seja delimitado pelo sexo, ao menos quanto às suas condições de estar no mundo e de viver em sociedade, e ainda menos quanto às suas capacidades produtiva e inventiva. Desse modo, o ser mulher é concebido por algo que o sexo não consegue nomear. No entanto, não se tratava ainda do gênero, como o conhecemos hoje.

### **3.2 Narrativas das ondas: de sujeitos universais ao diferencialismo pós-colonial**

Um outro ponto inicial, porque este poderia ser o começo, caso houvesse um dentro-fora do texto, que nos caberia mapear, antes do mais. O texto limpo poderia começar por um apanhado de correntes filosóficas, sociológicas ou etimológicas, a listar e alinhar uma ordem

quanto aos feminismos, já definindo o que seria produção acadêmica e o que seria histórico dos movimentos sociais. Este não é um primeiro capítulo, porém, e tardamos em fazê-lo, mas este é um ponto inicial outro, em que poderíamos regressar ao feminismo de uma primeira onda e assim sucessivamente, sendo esta uma forma de descrição desses movimentos. Essa trajetória histórica se refere a uma origem localizada não apenas no tempo, mas também no espaço, considerando as manifestações da passagem do século XIX ao século XX, sendo destacadas as ações ocorridas na Inglaterra, vinculadas às lutas operárias e também às *suffragettes*.

Desde o fim do século XIX, com as revoltas do operariado e o movimento sufragista, os princípios de liberdade e igualdade de oportunidades difundidos pelas revoluções burguesas passaram a ser exigidos pelas mulheres, geralmente excluídas dos processos de efetividade desses direitos. O século das revoluções teria deixado esse legado aos séculos seguintes: a reivindicação das mulheres aos seus direitos de cidadania, que se materializou em uma ação política organizada com discurso próprio e especificidade na luta das mulheres. Assim, as primeiras pautas desses movimentos, pertencentes ao que se denomina primeira onda do feminismo, apresentavam reivindicações por melhores condições de trabalho, como salário, redução da jornada e salubridade, e pela conquista de direitos políticos – de votar e representar interesses nos parlamentos (MARTINS, 2015, p.232).

Essa primeira onda se espalhou pelo continente americano, mas seguindo os passos das sufragistas e das organizações operárias européias. No Brasil, mobilizaram-se pela liderança de Bertha Lutz, bióloga e cientista de destaque. Após a Segunda Guerra Mundial, a segunda onda ganha força, tendo como marco a publicação de “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir, em 1949:

[...] o texto explicita de que forma a mulher se constituiu como a “outra” em relação ao homem, sem que desta relação resultasse reciprocidade. Desse modo, mesmo quando se amplia a visibilidade das mulheres na esfera pública – e se conquistam direitos políticos e sociais, o homem permanece como a medida de todas as coisas, detentores do poder e criadores da cultura, mantendo-se como categoria universal (MARTINS, 2015, p. 233).

Essa imagem dos movimentos que se compõem por uma trajetória de ondas, faz confluir a narrativa para a sensibilidade do singular na primeira pessoa. Nesta condição o feminismo que me é primeiro seria este da segunda onda, e não apenas por uma questão cronológica, já que seria o contexto de minhas avós e até de minha mãe, mas também pelo reconhecimento dessa afiliação a uma posição política e dessa condição política de subjetivação, o que me foi possível pelas vias literárias, sendo Virginia Woolf e Simone de

Beauvoir as primeiras agenciadoras desse discurso na minha trajetória pessoal pelos feminismos.

No ano de 1982, é uma data provável, uma jovem universitária deixou sua graduação incompleta por conta das responsabilidades de maternagem. O pai da criança, também muito jovem, não foi capaz de comprometer-se da mesma forma, e então, aquela mulher assumiu integralmente os cuidados com a criança, compreendendo que seria “a escolha certa” a ser feita. O diploma não alimentaria o bebê, que naturalmente ela deveria sustentar. Alguns anos depois, sua filha ingressaria na mesma universidade e, assim como a mãe, consideraria necessário ter uma profissão para o seu próprio sustento e, provavelmente, para o sustento dos filhos ou filhas que poderia vir a ter, casando-se ou não com algum imaginário pai, o que sequer se passava por sua cabeça.

Décadas antes, em 1950, uma mulher e um homem casaram-se aos 21 anos, uma idade bastante adequada, embora um pouco tardia para a mulher e jovem demais para um homem. Talvez, nos cafés de Paris já se conversasse acaloradamente sobre o mais recente livro de Simone de Beauvoir, e questionava-se sobre os significados do seu “segundo sexo”. No interior de Minas Gerais, porém, na fronteira com o noroeste do Espírito Santo, naquele estado brasileiro que avança ao centro do continente, à distância do litoral, essa mulher ainda se compreendia a partir da função materna e, uma vez casada, mesmo sendo de família de poucos recursos, seria de bom costume que abandonasse o trabalho como secretária, voltando-se integralmente aos cuidados domésticos. Chamavam-se Maria e José e tiveram dez filhos, nascidos no decorrer de quase duas décadas. Maria não deixou o seu emprego, José costumava cozinhar. José era socialista, Maria era católica, ambos eram trabalhadores, provedores e cuidadores da família.

Quando houve o golpe militar de 1964, José precisou se afastar da cidade onde viviam, e passou um período de “exílio” no estado da Bahia. Ao menos, o que se podia chamar de exílio, e não se chamava, para um prático farmacêutico sem formação intelectual e relevância política ou condição financeira para refugiar-se no exterior. Foi trabalhar como madeireiro, enviando algum dinheiro para seu irmão, que não repassava exatamente cada cruzeiro que recebia para Maria. Durante esse tempo, ela sustentou os oito filhos e filhas já nascidos, praticamente sozinha, com os recursos do seu próprio trabalho, que não deixou de ter até a aposentadoria, em idade já avançada além dos 60 anos. “Um cuidava do outro”, é o que ela costuma dizer. Dessa aliança, nasceram filhas que foram educadas a jamais dependerem de seus maridos. Ainda assim, foram educadas para terem filhos e terem maridos. Entre elas, nasceu essa jovem, que abandonou a universidade em 1982 e foi ser

bancária, na mesma região interiorana onde nasceu. Uma jovem que nunca dependeu de maridos, mas casou-se três vezes, talvez porque tentasse corresponder a esse modelo ideal de família, que passa necessariamente pela união conjugal e heterossexual entre um homem e uma mulher, talvez por não ter tido tempo de pensar sobre isso.

Maria e suas filhas jamais se consideraram feministas, embora acreditassem ou acreditem na igualdade entre os sexos, tanto quanto na diferença entre os gêneros – feminino ou masculino, referenciados “naturalmente” ao sexo designado pelo aparelho reprodutivo desde o nascimento. Com a sabedoria do passar do tempo, que algumas pessoas têm a riqueza de conquistar, Maria manteve os seus valores religiosos, mas não os considera justificativa para a discriminação contra outras formas de viver, que sejam diferentes daquelas que ainda se creia naturais ou normais. José mantinha mais preconceitos, mesmo não sendo religioso, reproduzindo machismos que foi ensinado a ter, mas sempre defendeu que as filhas fossem mulheres “independentes” e também viveu uma longa vida de desconstruções, até seus últimos dias. No entanto, nas décadas de 1950 e 1960, durante a infância de seus primeiros filhos e filhas, Maria e José ainda viviam num mundo em que não havia espaço para dúvidas quanto à coerência da moralidade sexual com certa ordem natural, com uma normalidade, que seriam imutáveis desde o nascimento. A partir de diferenças biológicas, determinadas pelas funções reprodutivas dos seres humanos, constituiria-se uma identidade feminina ou masculina, o que chamariam apenas de “sexo”, por correspondência à distinção animal entre macho e fêmea, não havendo qualquer meio de ouvirem falar da palavra gênero. Não havia nessa moralidade que transmitiram às filhas uma ideia incontestável de superioridade masculina nem de subserviência feminina. Contudo, a noção de igualdade que esse binarismo de gêneros pressupõe, é direcionada à ocupação de um espaço modelado pela ou para uma masculinidade que se circunscreve pela naturalização da heterossexualidade compulsória. Assim, as mulheres que foram geradas no atravessamento entre as primeiras ondas do feminismo assumiram como Maria e suas filhas um igualitarismo meritocrático, buscando conquistar posições masculinizadas, como a da função de provedoras da família, segundo um modelo nuclear fundamentado pelo patriarcalismo. Dessa herança, custei muito a escapar, o que não diz só de tempo vivido, mas de uma disposição que nos toma o viver.

O entendimento igualitarista era inquestionável pelas feministas da primeira onda, “empenhadas que estavam em transformar o sexismo, o discurso *misógino* convencional sobre a diferença entre os sexos, num discurso *andrógino*” (PIERUCCI, 2013, p. 122). Portanto, essa é uma história de igualdade, ao mesmo tempo em que é uma história de diferença. Diferença que é resistência em relações e contextos de opressão, mas diferença que

é, sobretudo, marcada pela desigualdade que oprime. Essa complexidade é inerente à constituição do sujeito e dos objetivos do feminismo, a partir da segunda onda, quando foram colocadas questões que culminaram na distinção sexo/gênero, segundo a qual o sexo é “substrato biológico sobre o qual são construídas as práticas socioculturais de ‘gênero’” (PIERUCCI, 2013, p. 124).

As feministas passaram a considerar a diferença sexual, pela noção de construção de gênero, como um dado a se problematizar, especialmente quanto às distinções de natureza e cultura. São essas problematizações que levarão uma terceira onda ao sujeito do feminismo para além do gênero, em suas interseccionalidades de raça, classe, religião, entre tantas outras que farão aproximar o debate e o ativismo feministas dos movimentos de descolonização do conhecimento e da cultura e dos estudos pós-coloniais. De acordo com Pierucci (2013, p. 167), esses estudos se constituem como “uma vertente teórica de esquerda, politicamente empenhada em examinar como o colonialismo – o encontro colonial – vem sendo reconfigurado, mas não extinto, mesmo depois da assim chamada descolonização”. O mesmo autor vai considerar como as concepções pós-coloniais e das interseccionalidades fizeram do feminismo da terceira onda um movimento de “múltiplas identificações”:

É a diferença na diferença que doravante importa buscar, para dar conta das experiências “reais” das mulheres “reais” trazidas à cena pela crescente produção de novas informações factuais (história, geografia, antropologia, sociologia) acompanhadas de novas conceptualidades e terminologias, no intuito de enterrar o mito essencialista. Ante tamanho elã diferencialista, claro que a diversificadíssima “vida real” das mulheres originárias ou habitantes das ex-colônias não poderia ficar fora do alcance dessa *Wirklichkeitshunger* [fome de realidade]. E em nome das mulheres do Terceiro Mundo, da Margem – sobretudo as da “Margem no Centro”, *the Rest in the West* –, surgem agora intérpretes e porta-vozes intelectuais trazendo mais lenha para a fogueira de um diferencialismo de novo formato, menos enrijecido e autocentrado que o da “segunda onda” feminista (PIERUCCI, 2013, p. 143).

Somos levadas a acreditar, como aquela jovem de 1982, que vivemos numa sociedade em que os direitos foram universalizados, que o acesso aos bens, serviços e posições sociais não encontra qualquer barreira de gênero que não possamos transpor seguindo escolhas “acertadas”, ou seja, pela capacidade e pelo mérito individuais. Do mesmo modo, somos levadas ao esquecimento de que a condição feminina foi assimilada a este sujeito universal constituído pela colonização econômica e subjetiva promovida pelos “processos civilizatórios” da modernidade. Quanto à delimitação do que vem a ser “a pessoa humana” dos direitos universais, tendo por fundamento este sujeito universal colonialista, será

atravessada por estes dualismos que segregam cultura e natureza, sendo “o natural” objeto de ação e de conhecimento, enquanto a cultura se coloca como domínio e triunfo do sujeito que, ao conquistar a verdade e o controle sobre a natureza, é que se constitui humano e pode usufruir da posição senhoril que a civilização lhe autoriza a ocupar – uma posição de liberdade em oposição ao que se coloca sob seu domínio.

Ao considerarmos que à generificação feminina são designados papéis e valorizados atributos essencialmente associados à condição do sexo biológico (BEAUVOIR, 1967) e, muitas vezes, de suas funções reprodutivas, compreendemos que à universalidade dos direitos, legalmente conquistada pelas lutas feministas, não acompanha a equidade do acesso às posições sociais que foram por séculos privilegiadamente masculinas. Para essas posições, o requisito é que se possa ser “como um homem”, o que nos coloca não apenas na negação de um corpo, dos nossos próprios corpos, mas de toda precariedade que a condição feminina nos acarreta, inclusive pelo julgamento moral que nos restringe apoio social para escolhas que, sendo homens, nem precisaríamos fazê-las. Contudo, na defesa irrestrita de uma mulher essencializada como “sujeito do feminismo”, incorremos no equívoco de uma identidade generificada de modo a conservar posições subalternas nas *epistemes* hegemônicas

Alcancamos uma pretensa igualdade que nos leva a assumir o ingresso, a permanência e a produtividade acadêmicos como opção indiferenciada em relação aos homens, desde que o problema do gênero permaneça sob o ocultamento dessa universalidade à qual fomos acolhidas sem corporeidade e em silêncio. Desse modo, na perspectiva do acesso a bens e serviços, a igualdade entre os gêneros, além de restrita à concepção dualista de uma matriz heteronormativa, inclui-se entre pautas muito diversas, que se agregam e se invisibilizam umas às outras, assumindo-se como universalidade – “todos são iguais perante a lei” (BRASIL, 1988). Interessante observar que tal universalidade, ao ignorarmos esses processos assimilatórios, nos reconduz a produção acadêmica aos tradicionais modelos de legitimação e de autorização, vinculados a este sujeito epistêmico generificado, racializado e espacializado, de modo a conservar os privilégios e as subalternidades sem que se operem deslocamentos mais significativos nessa produção – já que devemos legitimar escritas/discursos a partir das referências produzidas há séculos pelas posições privilegiadas na mundialização colonialista.

Dizemos agora que, para nos encontrarmos com as dissidências de gênero nos currículos e nas produções acadêmicas, não bastará a pesquisa sobre o que nos é permitido ou negado dizer. É preciso acompanhar o engendramento das práticas discursivas que são positadoras de enunciação dissidente – seja pela assimilação ou pelos deslocamentos, seja pela marginalidade ou pelo ativismo. Logo, tampouco bastará a investigação das ementas ou

fazer levantamentos de plataforma *lattes*. Trata-se de buscar o “fazer funcionar”, ainda que pelo desvio, pela *sabotage* das máquinas, tomando parte nesse aparato produtivo ao mesmo tempo que desnordeando suas finalidades ou objetos, como bons perversos que somos, desde a psicanálise freudiana<sup>16</sup>.



Escritoras feministas. Mulheres escritoras. Escritas femininas.  
Imagem disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/282144-1>

---

<sup>16</sup>Alusão aos Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade, onde encontra-se a definição da estrutura psíquica perversa. Freud distingue a etiologia das então chamadas “aberrações sexuais” quanto aos “desvios” de objetos ou de alvos / finalidades sexuais, refutando que a normalidade fosse estruturalmente diferenciada dos sujeitos aberrantes, afirmando que no curso do desenvolvimento tido como normal, a sexualidade infantil é sempre perversa e polimorfa.

## 4. TENSIONAMENTOS CURRICULARES E DISSIDÊNCIAS TRANSVERSAIS

### 4.1 Proposições de uma *trans-disciplina*

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais terríveis poderes (FOUCAULT, 2003, p.9-10).

O ensino, a pesquisa e a extensão. Composição básica das instituições de ensino superior no Brasil, seguindo o princípio orientador e preceito legal da indissociabilidade, constituindo funcionamento que não poderia ser compartimentado. De tal forma, a produção universitária assumiria uma perspectiva ternária, articulando a transmissão de conhecimentos, pelas atividades de ensino, à intervenção nos processos sociais, por meio da extensão, ao mesmo tempo em que se produzem novos saberes, por meio da pesquisa, e essas atividades articuladas qualificariam a formação profissional nesse nível de ensino (MOITA; ANDRADE, 2009). No entanto, a indissociabilidade, nessa forma e ordem em que os termos se apresentam definidos, promove uma delimitação, segundo a qual as demandas sociais, sempre por último, são setorizadas, assim como a transmissão e a produção de conhecimento, cada qual associando-se a uma série de procedimentos, atividades e metas que devidamente os caracterizem, de modo prescritivo e hierárquico.

Entre as prescrições definitivas das atividades de ensino, estariam as disciplinas e suas ementas, enquanto conjunto de aulas e conteúdos. Portanto, apesar da indissociabilidade, ainda se formaliza um *espaçotempo* que visa correspondência a um desenho curricular engradado, margeado por disciplinas optativas e obrigatórias, entre as quais se justapõem, se entrelaçam ou se interseccionam as linhas da pesquisa e da extensão.

Buscando as rasuras desse desenho, e procurando desconstruir a segmentação no sentido de planos hierárquicos estanques, construímos<sup>17</sup> uma proposta de campo para a pesquisa a partir do estágio em docência, dispondo-nos à oferta de disciplina optativa, com ementa aberta, a qual informalmente denominamos “Sexualidade e Política”, sendo selecionada pelo Colegiado de Psicologia a disciplina com o nome oficial “Estudos Especiais em Psicologia III”, para a qual atribui-se o “debate de temas atuais vinculados aos novos campos de atuação da Psicologia”, como definição de ementa. Contando com a carga horária de 60 horas no período letivo, elaboramos as seguintes definições programáticas:

●**Objetivo geral:** Discutir processos de produção de sexualidades a partir de suas relações com políticas, militância, subjetividades e processos de constituição de sujeitos.

●**Objetivos específicos:** Desenvolver conceitos de Michel Foucault referentes a poder, biopoder, e corpo; analisar os processos de constituição e produção do corpo e suas relações com as sexualidades; discutir textos do feminismo clássico e suas relações com as lutas na atualidade; apresentar os estudos *queer* a partir das produções de Judith Butler, Paul Beatriz Preciado e Guacira Lopes Louro, além de leituras críticas a essa mesma teoria; dialogar as questões apresentadas na disciplina com processos presentes em nossos cotidianos.

A disciplina foi apresentada no primeiro dia de aula, com a presença do professor responsável, Prof. Dr. Fábio Hebert, então coordenador do PPGPSI, e com a presença do orientador de nossas pesquisas e coordenador do NEPS / GEPS, Prof. Dr. Alexandre Rodrigues, sendo estas as vinculações institucionais às quais estávamos associadas. No entanto, para além ou aquém das institucionalidades, essas vinculações nos situam junto a apostas metodológicas que se voltam a composição de coletivos pesquisantes, segundo é o nosso entendimento. Ou seja, apresentamos esses pontos de articulação e de referência como a constituição de uma rede de produção de conhecimento ou de exercício de pensamento, que fazem mobilizar e operar afetos e investimentos ético-estético-políticos.

Nessa composição, nos situamos associados a essa coletividade, que é o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades (NEPS), que já se articulava ao PPGPSI por meio da participação de estudantes no grupo de estudos (GEPS), ou por ações pontuais envolvendo professores e estudantes, mas formaliza-se essa interlocução integrando-se o seu coordenador

---

<sup>17</sup>A disciplina foi ofertada e elaborada não apenas por esta autora, mas em parceria com Mateus Pedrini, mestrando no mesmo programa de pós-graduação e participante do GEPS – NEPS / UFES.

ao corpo docente do Programa. Dessa aglomeração PPGPSI/NEPS, sentimo-nos convocadas à proposta da disciplina, pelas inquietações que vivenciamos nos contornos e atravessamentos entre formação acadêmica e saberes ativistas, especialmente com as dissidências sexuais e de gênero. Pretendíamos, com essa proposta, o exercício de práticas curriculares situadas nesses tensionamentos, e não que fossem supostamente conciliatórias por abordagens teóricas.

Na primeira etapa, matricularam-se trinta estudantes, ocupando o total das vagas ofertadas. No entanto, após a apresentação do conteúdo programático, do tema e ementa da disciplina, algumas matrículas foram canceladas na segunda etapa, e outras foram efetivadas até a terceira etapa. Ao término das etapas de matrículas chegamos a mais de trinta estudantes de graduação em psicologia freqüentando a disciplina, sendo uma delas apenas ouvinte, já que havia se matriculado com o mesmo código de disciplina em período anterior. Chegamos a uma composição bastante diversa tanto pelas vivências em relação aos conteúdos propostos, quanto pelas trajetórias no curso, sendo estudantes de períodos iniciais, finalistas e intermediários, alguns com experiências em pesquisas e estágios acadêmicos, outros de militâncias e muitos trazendo relatos de que não tiveram qualquer experiência anterior com os temas a estudar.

Os referenciais do programa foram propostos a partir de duas pesquisas diferentes, sendo distribuídos por três módulos programáticos: corpo e sexualidade; estudos e políticas *queer*; feminismos e políticas – sendo o segundo deles vinculado à pesquisa sobre corpos e experiências trans desenvolvida por Mateus Pedrini, de modo que os objetivos específicos e conceitos relacionados a este bloco não encontram-se contemplados na presente escrita.

Os textos selecionados e as dinâmicas ou avaliações que compõem o conteúdo programático e os planos de aula, intencionavam aliançar os métodos dialógicos da educação popular de Paulo Freire (1986; 2009) com os referenciais metodológicos de Foucault (1977; 1981; 1999; 2003; 2004; 2012; 2014; 2015). No entanto, o interesse nessa articulação proposta não se orientava a uma perspectiva de conscientização pedagógica, mas pelo investimento na aprendizagem enquanto construção política, portanto, processo atravessado por relações de poder e não pela transmissão vertical de conteúdos puros. Daí a aposta na estratégia de transversalidade, buscando dos textos alguns modos de fazer operar essa estratégia, quanto aos temas de gênero e sexualidade, em relação a outros campos da psicologia, bem como a outros saberes, mobilizando recursos para uma *trans-disciplinariedade*.

Nesse contexto, da modalidade de ensino disciplinar, Silvio Gallo (2000) afirma que as propostas interdisciplinares, respondem a problemas que as ciências modernas e suas

abordagens compartimentadas não seriam mais capazes de responder, a partir de meados do século XX, justamente, período histórico em que os discursos da liberação sexual ganham forças e formas nos ativismos das pautas de gênero e de diversidade sexual. Gallo (2000, p. 27) se refere a *problemas híbridos*, que se constituem como um “novo território de saber, marcado pela interseção de vários campos de saberes”. Contudo, a respeito desse espaço de interseção e da produção de saberes múltiplos que viria a indicar, discute-se que:

As propostas interdisciplinares – com todas as suas adjetivações e mesmo os outros conceitos próximos a ela, de multidisciplinariedade e transdisciplinariedade – surgiram exatamente para possibilitar esse livre trânsito pelos saberes, rompendo com suas fronteiras e buscando respostas para assuntos complexos como os ecológicos e os educacionais, por exemplo. Devemos, portanto, perguntar: a interdisciplinariedade dá conta de romper com as barreiras entre as disciplinas? [...] A afirmação da interdisciplinariedade é a afirmação, em última instância, da disciplinarização: só podemos desenvolver um trabalho interdisciplinar se fizermos uso das várias disciplinas. E, se a fragmentação e compartimentalização dos saberes já não dão conta de responder a vários problemas concretos com que nos defrontamos em nosso cotidiano, precisamos buscar um saber, não-disciplinar, que a interdisciplinariedade não seria capaz de nos fornecer. Para pensar *problemas híbridos*, necessitamos de *saberes híbridos*, para além dos saberes disciplinares. [...] A interdisciplinariedade contribui para minimizar os efeitos perniciosos da compartimentalização, mas não significaria, de forma alguma, o avanço para um currículo não-disciplinar (GALLO, 2000, p. 28).

Sílvio Gallo não esteve lá, porém, quando propomos o programa da disciplina. Ainda era o conteúdo que mais nos importava, como ponto de partida pelo qual poderíamos desenhar o arranjo do quando e do como fazer no ensino-aprendizagem. Essa é a conversa de uma costura feita para a finalidade da escrita, e da escrita que emerge das implicações nessa pesquisa, as quais foram atravessadas por uma palavra, que é rizoma, compondo com orientações na qualificação do projeto de dissertação, quando havia uma transversalidade proposta. As análises, que concernem à persistência de um paradigma disciplinar, ainda que por uma aposta *trans*, produzem essa costura de uma experiência emaranhada como interface da proposição de conteúdos, do convívio em sala de aula, das orientações e encontros no grupo de pesquisa, das conversas na qualificação. E de cada ponto desses, que situa linhas em conexão, tantas outras linhas que nestes pontos se confrontam ou se convergem. É dessa multiplicidade, e das implicações que conectam as linhas que a compõem e também as linhas que a desfazem continuamente, é disso que se trata na aposta de um currículo não-disciplinar, das práticas curriculares que se constituem rizomaticamente, e não pela forma disciplinar da metáfora de uma árvore do conhecimento. Assim, ao invés da transmissão de conhecimentos,

a transversalidade é a forma e o sentido dos trânsitos e dos fluxos de saberes, o que se coloca na proposta e vivência da disciplina, bem como na escrita dessas análises de implicações.

Preocupado em desenvolver uma terapêutica coletiva e não-hierárquica, Guattari propôs a transversalidade, como forma de atravessar as relações entre as pessoas. Mais tarde este conceito foi estendido para o conhecimento, e alguns começaram a falar em saberes transversais, que atravessam diferentes campos de conhecimento, sem identificar-se necessariamente com apenas um deles.

Podemos, assim, tomar a noção de transversalidade e aplicá-la ao paradigma rizomático do saber: ela seria a matriz da mobilidade por entre os liames do rizoma, abandonando os verticalismos e horizontalismos que vemos no paradigma da árvore, substituindo-os por um fluxo que pode tomar qualquer direção, sem nenhuma hierarquia definida de antemão (GALLO, 2000, p. 32-33).

A transversalidade não apenas faz rasurar o programa e o percurso da disciplina de Sexualidade e Política, como campo inicial e como ponto de articulação dessa pesquisa, mas sobretudo é um eixo de torção que desloca e deforma o plano enrijecido de ensino-pesquisa-extensão. Dessas rasuras e tensões, que se fazem *extensãopesquisa-pesquisaensino-ensinoextensão*, e que se desfazem desses limites também, ensejamos a produção de narrativas, disparadas pela constituição e pela destituição dessa disciplina, processo que se perdura antes e depois, que se enovela e se emaranha fora da linearidade que se poderia representar por um momento. Desse modo, acompanhamos suas associações e rupturas que não se restringem ao *espaçotempo* de aula.

Não buscamos antecedentes e causas, tampouco resultados e conseqüências da intervenção-pesquisa proposta. Atravessamos a memória que se atualiza e o projeto que se tensiona das conversas que vivemos e por implicações nas práticas de docência, buscando dissidências da formalidade do currículo, da veridificação dos discursos e da normalização dos sujeitos e das sexualidades. Portanto, não foram de entrevistas de qualquer espécie ou de observações participantes, mas de uma contaminação rizomática a aposta metodológica de cartografia da composição narrativa.

## 4.2 Práticas contradisciplinares nos cotidianos

Nos anos 2000, a lacuna do gênero na formação em psicologia da UFES era abarcada pela distinção dualista do sexo, somente borrada pelas orientações sexuais diversas, que até então se restringiam a três ou quatro letras, numa sigla bem mais comedida do que hoje

exitamos ter. Em alguns meios, ouvia-se dizer, de modo mais ou menos próximo à universidade (estava eu nessa vizinhança), algo *sobre* uma militância GLBT, que apenas se colocava na política acadêmica pelo posicionamento de poucas pessoas “fora do armário”, contando com o apoio de alguns grupos afins, como dos direitos humanos, da saúde coletiva, entre outros. A sigla GLBT, que já indicava uma expansão e uma retificação à original GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), com a inserção de Bissexuais e de Travestis ou Transexuais, logo seria acompanhada por uma inversão, quando a letra L toma a frente da sigla.

As mulheres primeiro, não por “cavalheirismo”, mas por uma tensão, indicando que o problema do gênero, colocado em pauta por um feminismo lésbico, reivindicava o primeiro plano nas lutas pelo reconhecimento da diversidade sexual e de seus direitos. No entanto, esse feminismo pautado não reivindicou a mesma posição às mulheres bissexuais, às mulheres trans, às travestis, às pessoas intersexuadas que se identificam com o gênero feminino, ou menos ainda a uma feminilidade que faz transicionar corpos e expressões borrando os binarismos sexuais e de gênero. A propósito, algum feminismo estava presente desde o início da organização em torno da sigla, mas este feminismo, singular ou plural, situava-se entre as lésbicas como se em paralelo às bandeiras homossexuais, mais frequentemente identificadas aos gays. O movimento gay que se voltou a reivindicações mais legalistas (FACCHINI, CRP-SP), sempre encontrou contestações internas ao viés assimilacionista das mobilizações por direitos, mas também por sua condição de privilégios, sendo homens cis. No contexto mais amplo da sociedade, porém, os movimentos representados por essa sigla ampliaram-se pela organização de grupos e associações independentes ou de atuação nos órgãos públicos, e conquistaram espaços nas políticas públicas, avançando em muitos campos no reconhecimento de direitos, ao longo da década de 90 e anos 2000, inclusive no meio acadêmico.

No que diz respeito à produção de conhecimento acadêmico, há um incremento significativo da pesquisa sobre sexualidade em várias áreas do conhecimento a partir dos anos 1990. Os anos 2000 trazem consigo o surgimento de grupos ativistas em prol da diversidade sexual no interior das universidades e a organização, a partir de 2003, dos Encontros Nacionais Universitários de Diversidade Sexual (Enuds), reuniões anuais que aglutinam estudantes e professores em torno dessa temática. A partir de meados dos anos 2000, acompanhamos, ainda, a formação de grupos e núcleos de pesquisa voltados para a diversidade sexual nas universidades brasileiras e a inclusão de grupos de trabalho sobre o tema sexualidade em encontros nacionais de associações científicas (FACCHINI, CRP-SP).

Ressaltamos que essa perspectiva histórica não se pretende aderida a outro dualismo, no qual haveriam saberes libertários em oposição aos repressores, já que importa-nos os processos de constituição dos saberes e não a sua formalização em conteúdos instituídos. No plano dessa verticalidade, cristalizam-se práticas curriculares normalizadoras de modos de viver. Reconhecemos um lugar de saber do qual apropria-se a psicologia, em que se designa a autoridade de um discurso verdadeiro sobre sexualidades e gênero, associada ao *status* científico hegemônico. No entanto, o conhecimento hegemônico, apesar de pretensamente irrevogável, não se mantém intacto, sendo atravessado, de forma incessante, por saberes que emergem nas expressões dissidentes e contradisciplinares.

Nesse sentido, passamos dos conflitos na formalidade curricular às práticas cotidianas que os perpassam e aos tensionamentos e rasuras nessas demarcações, interessando-nos o *foradentro* dos saberes acadêmicos. Perguntar-nos “*o que temos feito de nós mesmos?*” é um desses caminhos e o coletivo feminista Filhas de Gaia, é uma das interlocuções que tensionam e rasuram essas demarcações entre o *foradentro* dos saberes acadêmicos. O grupo tem realizado uma discussão do feminismo e de práticas machistas nos processos formativos, por meio de intervenções e eventos, debates em salas de aula, nos departamentos e nos espaços de gestão democrática, sejam eles representacionais ou participativos<sup>18</sup>. “*Onde estão as autoras feministas? As autoras negras? E as outras autoras e autores que não são da Europa?*” interroga-se ao currículo em sua formalidade de ementas e conteúdos programáticos.

Referindo-nos ao currículo do curso de graduação em Psicologia da UFES, como desenho e carta de intenção, não podemos deixar de considerar que coexiste com a concepção dura de grade curricular outras formas de conhecimento que se produzem nos cotidianos. Esse praticar e desejar dos cotidianos é o que buscamos afirmar como contradisciplina. Ao afirmarmos os currículos praticados e negociados como campos de possibilidades, buscamos dialogar com as concepções de currículos pensados, praticados e desejados como aposta política. Nilda Alves vai nos dizer que a ela interessa pensar os currículos como *redes de conhecimentos*. Uma vez que esse só acontece:

(...) em um processo, a que poderíamos chamar de tessitura de conhecimentos em redes, tecemos nossos conhecimentos com os conhecimentos de outros seres humanos, permitindo, assim, a produção/criação de novos conhecimentos. Por isso mesmo, não só não

---

<sup>18</sup>Mais informações na página do facebook *Coletivo Filhas de Gaia*, disponível em: [www.facebook.com/Coletivo-de-Mulheres-da-Psicologia-UFES-Filhas-de-Gaia-104967933206229/?fref=ts](http://www.facebook.com/Coletivo-de-Mulheres-da-Psicologia-UFES-Filhas-de-Gaia-104967933206229/?fref=ts).

podemos identificar todas as origens de nossos tantos conhecimentos como todos eles só podem começar a ser explicados se nos dedicarmos a perceber as intrincadas redes nas quais são verdadeiramente tecidos, enredados (ALVES, 2015, p.185).

A concepção de currículo restrita aos *espaçostempos* das salas de aula ou dos conteúdos acadêmicos e resultados de pesquisas, estende-se às relações e às ações que ultrapassam tais limites, nos processos cotidianos em que as práticas curriculares se fazem e se desfazem. Pensando com Tomaz Tadeu da Silva, “o currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder” (2010, p.150). Dito isso, torna-se importante destacar como o curso de psicologia da UFES se produz nos cotidianos de estudantes, professores e servidores que circulam nos espaços da Universidade, bem como por onde transitam e que relações estabelecem em diversos espaçostempos.

### **4.3 Dos conteúdos, dos encontros e dos silêncios: *foradentro* de um programa disciplinar**

Sim, havia um programa. Com os conteúdos e módulos definidos. Havia referência a autores acadêmicos, a alguma literatura, vídeos e filmes, como disparadores para conversas, mas que muitas vezes geravam silêncios. Os silêncios são o contrário de uma conversa? Nem sempre. Havia interesse e escuta, a maior parte do tempo, mas quando começaram as apresentações de trabalhos, em que falas de estudantes seriam os disparadores das conversas, as faltas, assim como os silêncios, apareceram mais. Talvez como cansaço, mas também pelo costume de uma transmissão, o que a fórmula programática de uma disciplina nos direcionou a fazer. Da mesma forma, um currículo de conteúdos nos levou à armadilha de considerar a disciplina como progressão, o que avaliamos quanto à proposta de situar a elaboração da escrita como culminância avaliativa, ferramenta de um modelo educacional em tudo diverso do que nos propomos de início com o método de Paulo Freire. Não omitiremos os silêncios, tampouco as armadilhas conteudistas. No entanto, escolheremos alguns pontos e linhas entre os possíveis relatos da disciplina, apenas aqueles que nos permitiram trilhar as pistas dessa cartografia de práticas curriculares, que em certo e suposto ponto de partida, entenderiam-se excluídas dos desenhos formais dessa formação.

## **Pista 1: Protagonismo e lugar de fala nas redes sociais e Paulo Freire**

Durante os dias de janeiro e fevereiro de 2016, navegamos por uma dezena de páginas e suas dezenas de *links*, em um *site* de buscas na *internet*, o qual direcionava a pesquisa a partir das palavras-chave “protagonismo e lugar de fala” e, em seguida, somente “lugar de fala”<sup>19</sup>. Os sítios encontrados foram muito semelhantes, embora a referência ao protagonismo traga uma série de artigos e arquivos relacionados às áreas da educação, do jornalismo e ao que se convencionou atribuir como área da “juventude”, nos quais não há qualquer discussão sobre questões de gênero. A partir de 2013, porém, o lugar de fala, com ou sem referência ao protagonismo, tem se orientado especialmente a questões identitárias e aos movimentos sociais, em sua maioria referentes a raça e etnia, muitas vezes em interseccionalidade com problemas de gênero, e às discussões feministas e LGBT, com destaque para a letra T, que comparece inclusive nos debates feministas sobre o pertencimento de mulheres trans e travestis. Está em anexo, como que um mapa de alguns pontos de encontro que se fizeram no percurso dessa escrita. Essas conversas com *blogs* e outros *sites* foram disparadoras de outras conversas na construção e nas dissipações da proposta de pesquisa-intervenção numa disciplina.

Assim como partimos da concepção de protagonismo e lugar de fala como fundamentais para as políticas de gênero e sexualidades contemporâneas, consideramos que as apostas curriculares de Paulo Freire seriam catalisadoras dos primeiros movimentos no deslocamento proposto do *foradentro* de sala de aula. Fazendo funcionar a estratégia de palavras ou temas geradores da pedagogia freireana (FREIRE, 2009), dispomos alguns objetos em uma mesa, apresentados aleatoriamente, mas selecionados com a intencionalidade de mediação para o debate. Cada participante poderia escolher um desses objetos dispostos, sendo possível escolherem um mesmo objeto, mas sendo orientados a partilharem individualmente as associações produzidas com as palavras sexualidade e política (temáticas e propostas em ementa da disciplina).

---

<sup>19</sup> Essa pesquisa levou à produção do artigo “Do lugar de que se fala: territorialidades discursivas sobre gênero e sexo nas redes” (FERREIRA; ROSEIRO; SANTIAGO, 2016). A lista dos sites utilizados nas análises desse artigo encontra-se em anexo.

## **Pista 2: Coisas de meninas, subserviência, erotização, chá e consentimento**

A fotografia de um bebê sendo amamentado traz à conversa o papel da mulher vinculado à maternidade, enquanto uma boneca, um carrinho de brinquedo, uma peteca, bijuterias e uma embalagem de perfume conversam com a distinção entre coisas de meninas e coisas de meninos. A peteca é muito extravagante e colorida para pertencer a um menino, mas ainda poderia ser objeto da brincadeira de ambos os gêneros. As bijuterias, a boneca e o perfume, porém, marcam uma fronteira bem mais rígida quanto ao comportamento atribuído ao feminino, assim como os carrinhos seriam marcadamente objetos de uma masculinidade do comportamento. As bijuterias são adereços que, em sua falta, mostram um desvio de padrão feminino, fazendo com que seja vista a pessoa como menos mulher. O perfume, rotulado como feminino, de embalagem vermelha e aroma frutal ou floral, vem reforçar a generificação, isto é, a atribuição de gênero, por estereótipos: cabelos lisos, pele clara, e uma sensualidade feita sob encomenda para a exploração de um outro sobre o corpo da mulher. A boneca faz pensar em notícia recente sobre o assassinato de uma mulher em Vila Velha. O namorado se justifica nos meios de comunicação: “ela não me obedeceu”. A boneca constrói uma infância de meninas que devem caber a esse lugar de subserviência.

Também é sobre a violência na produção de corpos e de gêneros a eles atribuídos que vamos conversar quando aparecem o sutiã, o leque, uma garrafa de rum e o creme anti-celulite. O sutiã é muito bonito, mas é inflexível e obviamente desconfortável. Um modelo feito para agradar aos homens, mas também para que se escondam os seios deles. Não se usa porque se quer. Traz para a mulher uma culpa – você deve se esconder para que se proteja. Ao invés de ensinarem as meninas a se protegerem, poderíamos ensinar os meninos a não agredirem. Com o creme anti-celulite, vem à palavra a fetichização dos corpos femininos, do que também se fala com a narrativa do leque. Consome-se a expectativa de corpos femininos perfeitos, construídos para causar excitação sexual. As pernas e os mamilos, quando expostos, se dispõem a uma erotização. Lembra-se da foto da amamentação. E também das delegacias da mulher, nas quais os *shorts* e saias mais curtos são motivadores atenuantes para quem comete agressão.

Então, a caloura que usava um leque no trote da psicologia nos conta que estava sendo divertida a fantasia de cigana, ou de pomba-gira, que o leque vinha compor em seu corpo. Todas usavam fantasias e os calouros também usavam. Elas e eles pediam dinheiro no sinal de trânsito, em frente à universidade. Não havia dúvidas de que evento se tratava. No entanto, todas as calouras, em algum momento, foram abordadas como se estivessem sensualizando

seus corpos por essas fantasias. A moça do leque decidiu evitar carros que tivessem homens. Para se proteger, mais uma vez. A essa situação, ela se refere como fetichização. Os homens fetichizaram as fantasias que, para elas, não tinha intenção de seduzir sexualmente, mas de ganhar algum dinheiro para a turma toda. Onde o dinheiro entra nessa história? Esse foi um registro que não fizemos na ocasião, mas cabe dizer: nenhum dos calouros fantasiados foi abordado dessa forma, seja por homens ou por mulheres.

Parece que o dinheiro associa-se aos corpos das mulheres como acesso indubitável ao seu consentimento. Daí a garrafa de rum, entrando nessa história, já que o álcool é outra senha para o que vem à conversa como uma cultura de estupro na socialização feminina. Sob efeito de álcool ou pela mediação do dinheiro, os corpos femininos se objetificam de tal forma que não há mais negativa possível, pairando sempre a dúvida ou quase sempre determinando a certeza absoluta de um consentimento.

Lembramos de um vídeo que circulava pelas redes sociais e, ao pesquisar imagens deste vídeo, encontro sua reprodução em *sites* de conteúdos muitíssimo diversos em termos de posicionamento político, mostrando como as fontes, nas redes sociais, geram conexões de consistências duvidosas.

08 de Fevereiro de 2017 Acompanhe

# Forum

Política Brasil Global Direitos Movimentos Cultura Mulher LGBT Blogs Sócios English Español

## Com metáfora da xícara de chá, vídeo explica o que é abuso sexual; assista

2 de junho de 2015 2687

Facebook Twitter Google+ LinkedIn

A ideia é simples: se você prepara uma xícara de chá e seu acompanhante aceita, ofereça a ele. Se negar, não o force a bebê-la. Se a princípio disse que sim, mas mudou de ideia, não obrigue. Se estiver inconsciente, nem tente e leve-o para um lugar seguro

Por Redação

Rede de Blogs

- Fala Que Eu Discuto
- HOMONORMATIVIDADE: Orgulho ou preconceito? Os Entendidos
- Em Jundiá, vereador tenta cassar título de Genoio e é derrotado Blog do Rovai
- Até Astrid Fontenelle é contra Moraes no STF: "Não à indicação do ministro da Justiça 'pessimista' de Moraes" Segunda Tela
- Alexandre Moraes no STF: a política do genocídio chega a mais alta instância da Justiça brasileira Quilombo

Blog das Charges

Por mais que "consentimento" e "abuso sexual" sejam termos bastante claros e simples de se entender, muitas pessoas ignoram o primeiro e, conseqüentemente, cometem o segundo. Por isso, a blogueira britânica Rockstar Dinosaur Pirate Princess trabalhou em parceria com a produtora Blue Seat Studios e produziu um vídeo que, por meio de uma metáfora com uma xícara de chá, explica por que não devemos forçar homens e mulheres a fazer sexo se não quiserem.

Tea Consent (Chá e Consentimento, na tradução para o português) já foi visto mais de 500 mil vezes depois que foi lançado no Youtube, em 30 de abril. Já sua primeira versão em inglês, publicada na plataforma Vimeo, acumula mais de 2.500.000 visualizações. Assista (para ver com legendas em espanhol, clique no botão Legendas/CC).



### Pista 3: Coisas de gay, Madonna, objetificação. Mas que fetiche é esse?

Conversamos ainda com Madonna, a mesma que na década de 80 usava um cinto onde se lia *Boy Toy*, brinquedo de garoto, vestida de noiva, mas com a *lingerie* exposta, cantando *Like a Virgin* no seu primeiro álbum. Foi a capa do vinil de *Like a Prayer* que levamos para a conversa. Nesta capa, não se vê rosto ou genitália, apenas uma cintura, mas sabe-se que é uma mulher, e era Madonna. Não se disse nada sobre isso, porém. Madonna atravessa a sala de aula em conversa sobre a música e as divas *pop* como marcadores de estereótipos gays. Gays gostam de boates e são engraçados, divertidos. Madonna é uma fronteira : isso é de gay, isso não é de heteros. Ao mesmo tempo, essa segmentação também é uma estratégia de visibilidade e de afirmar-se uma posição política. Madonna não é gay. Madonna performa-se bissexual em seus cliques e fotografias, mas na sua vida privada,

também se apresenta hetero. Desloca-se entre fronteiras, como um ícone de afetos e identificações muito diversos.



Imagem disponível em: <http://madonnaonline.com.br/2016/03/21/album-like-a-prayer-completa-27-anos-de-lancamento/>

Não há bordas de fato, há uma guetificação que, sendo sempre equívoca, faz mais contaminar do que purificar os segmentos. Onde se vê o estereótipo nessa narrativa, de uma Madonna diva-pop-gay, poderia também se tratar da fetichização como relatada nessa intervenção. Não era de Marx ou de Freud que se falava, mas de alguma concepção feita entre um e outro, no senso comum de movimentos sociais. Esse fetiche não poderá ser referenciado, a não ser como este saber subalterno, sem autoria, que assume estatuto de verdade pela proliferação discursiva de coletivos, *blogs*, *youtubers* e redes sociais.

Fetichizar como processo de objetificação erótica, associada a uma violência que é simbólica, mas que se consuma em episódios de agressão física e coerção sexual, e que recorta identidades ou comportamentos generificados por uma relação que é de controle sobre os corpos, em geral, mas que é sempre de domínio sobre o feminino. Madonna-fetiche é a de uma performance bissexual.

A bissexualidade feminina como se necessariamente disposta ao *voyeurismo* e ao *ménage à trois* com a presença fantasmagórica de um homem faltante. Essa história, porém,



não vem da conversa com Madonna, que só na escrita dialoga com o objeto-livro “Duas damas bem comportadas”. Ser uma dama, é sentença que as muitas performances de Madonna têm em comum no fazer-se inquietar. Na blusa rendada que transparece os seios fartos, em cena *noir* no videoclipe de *Vogue*<sup>20</sup>. Ou na performance de 1990, no palco do *MTV Music Awards* com figurinos da nobreza do século XVIII<sup>21</sup>.

Imagem disponível em:  
<https://br.pinterest.com/pin/439523244861999581/>

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GuJQSAiODqI>

<sup>21</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ITaXtWWR16A>



Cena de *Vogue* (videoclipe oficial). Imagem disponível em:  
<http://classic.atrl.net/forums/showthread.php?t=196657>

Madonna bate o leque, levanta as saias e inscreve na Grande História da Cultura Ocidental a batalha de vogue feita nas boates obscuras das gays, das drags e das *dikes* (sapatonas) americanas dos anos 80. E mesmo no fetichismo de *Erotica*, a posição de *dominatrix* não é de um sensualismo convencional. Não é para agradar homens, mas para fazer do corpo seu próprio objeto e instrumento de prazer. Mas essas últimas conversas são de outros tempos e espaços que não se atualizaram naquela ocasião.

#### **Pista 4: Fora dos gêneros – (sem) tesão, avesso das coisas, texturas, hipertrofismo, interdição**

Outros objetos-livro foram destacados e estes conversaram com um boneco e um estojo de maquiagem. “Sem tesão não há solução”<sup>22</sup> foi a única conexão direta com o prazer que se experimenta pelas práticas sexuais, ainda assim, a narrativa se dispara com estudos sobre amor, sendo entendido o tesão, por essa narradora, como aquilo que nos excita e dá sentido, por isso sendo conectado à narrativa por uma concepção que se pode deduzir acadêmica, já que se “estuda sobre” o amor. “O avesso das coisas”<sup>23</sup>, aforismos de Drummond, foi escolhido “por falta de opção”. E não havendo escolha, a narradora colocou-se a pensar sobre como a literatura toca as pessoas, e daí, sua atenção ao título: é avesso o que está por dentro, mas quando fica ao contrário. As coisas são escondidas. Os conceitos limitam a existência e as sensações.

<sup>22</sup> Roberto Freire (1987), Ed. Guanabara.

<sup>23</sup> Carlos Drummond de Andrade (1988), Ed. Record.

Imagem disponível em:  
<http://www.marvel616.com/2013/01/mais-novidades-do-homem-de-ferro-3-para.html>



A narradora traz um relato, que aqui ganha uma ou outra palavra e um outro encadeamento, considerando que esse avesso da sua leitura é uma forma de sexualidade. Assim é que essa narrativa conversa com o estojo de maquiagem. Não como atribuição ao feminino, mas a uma sexualidade fora do gênero: de texturas e cores como formas de se apresentar para o mundo. Uma composição. Contrapõem-se essas narrativas, num primeiro movimento, ao binarismo do boneco que representa o personagem *Iron Man*. Esse Homem de Ferro, que é brinquedo de meninos, poderia ser mais um ícone entre vários do sexismo e do binarismo de gêneros biologicamente determinados. No entanto, essa narrativa vem falar de um corpo inumano que é tido como modelo de masculinidade... uma sexualização hipertrofiada que, no entanto, interdita as genitálias. Essa interdição está no Homem de Ferro assim como estaria nas *Barbies*, se estivesse alguma sobre a mesa.

#### **Pista 5: O corpo que ofende – religião, casamento, agressão masculina e afeminação**

O corpo ofende como objeto sexual. E no entanto, é sempre objeto desse investimento. Essa foi a conversa vinda da imagem de Nossa Senhora. Em todas as religiões, é o que nos diz a narradora, a interdição à exposição do corpo é muito mais minuciosa e abrangente quando se trata de um corpo feminino. São os seios, as pernas, o colo, por vezes até os ombros que devem ser cobertos. Outra narradora traz à conversa o casamento, ligado às religiões cristãs, como forma de criar obrigações para a mulher, em relação ao homem, levando muitas mulheres a práticas sexuais sem prazer, sem desejo. Então, esse homem, que em todas as conversas está posicionado como agressor, violador ou como o sujeito de uma perspectiva, de um olhar que é dominador, que regula e que “fetichiza”, vai se apresentar

ainda pelo objeto-livro “O Homem”<sup>24</sup>, que vem à conversa não pelo seu conteúdo, embora coubesse sê-lo, mas ao se afirmar que em psicologia as autorias são majoritariamente masculinas. E eurocêtricas. Desse homem-branco-europeu vêm muitos dos discursos acadêmicos que são referenciais para a disciplina como proposta e como transcorrida, assim também para esta dissertação, ainda que se propusesse como descolonização de uma escrita.

Dessas conversas, rascunhamos no quadro branco, em outra aula, algumas inquietações. Ao lançarmos sexualidade e política como palavras geradoras, as narradoras e narradores em sua maioria fizeram relatos vivenciais, os quais foram marcados pela construção social da mulher, das meninas ou da feminilidade, construção esta relacionada a noções como comportamento, papel social, padrão social e exploração ou assédio sexual. As narrativas associaram a essas noções uma condição objetificada e fetichizada da mulher, sendo criticadas a sua submissão em relação aos homens, a fetichização de uma imagem feminina mediante o olhar masculino e um mercado de consumo, por meio da educação e da propaganda. Fala-se em produção e controle de corpos nessa construção social de uma posição ou papel feminino. Desse modo, ao situarmos algumas narrativas como referentes ao masculino, percebemos que todas se colocam em oposição ao feminino, como o lugar do domínio, e em sua maioria, como sujeitos de agressões, assédios, violências. Com exceção de um único relato, disparado pelo livro (infantil) “Tal pai, tal filho”<sup>25</sup>. Conta-se a história de um menino bailarino, que foi expulso de casa pelo pai. A narrativa fala de um amigo que pratica dança, mas que só dança com mulheres para não “olharem mal”, sendo que não acontece o mesmo quando mulheres dançam juntas. Este homem não aparece como agressor, mas apenas porque se coloca como vítima, a partir de um olhar de afeminação sobre o seu corpo que dança, que só será masculino se estiver usando na dança o corpo de uma parceira mulher.

**Pista 6: Das referências e das faltas delas, entre o que se escapa e o que “não representa”.**

Nesse ponto situamos as discussões com Foucault e Butler que estão no programa da disciplina, considerando que a regulação dos corpos produz a normalização dos gêneros, por esse sistema binário em que o feminino situa-se como objeto de domínio, mas sendo essa posição tão investida de poder quanto a sua polaridade oposta. Não é o masculino o lugar que detém poder, mas o poder que se investe na segmentação binária dos gêneros. Algumas

---

<sup>24</sup> Aluisio Azevedo, Editora Martin Claret, 1ª edição, 2000.

<sup>25</sup> Georgina Martins (2011), ilustrações de Sérgio Serrano, Editora Scipione.

narrativas, ao relatarem dos objetos a sua funcionalidade como marcadores de diferença entre os gêneros, trazem para a conversa essa operação de cisão, mais do que as posições já marcadas. Todas as narrativas, porém, relacionadas a generificação, vão apresentar problemas de corpos e identidades binarizadas. Apenas três narrativas foram atravessadas por relatos e questões fora da oposição binária heterossexual. A narrativa sobre a fetichização de lésbicas – com “Duas damas bem comportadas”, a narrativa dos estereótipos gay – com Like a Prayer da Madonna e um livro sobre turismo LGBT, a respeito do qual comentou-se quanto ao *pink money* e a apropriação mercadológica das lutas. Por fim, algumas narrativas trouxeram às conversas linhas que se escapam do esperado a partir do par sexualidade-política. O Karma, como troca de energias ou de afetos; o tesão como aquilo que dá sentido, e que dá sentido porque excita; o avesso como aquilo que está dentro em seu sentido contrário; a sexualidade como apresentação para o mundo em cores e texturas que se criam; o binarismo biológico que se desconstrói por uma hipertrofia de atributos sexuais secundários que se plastificam interditando a genitalidade. O Karma<sup>26</sup>, Roberto Freire e Sem Tesão Não Há Solução, Carlos Drummond de Andrade e O Avesso das Coisas, Um Estojo de Maquiagem e O Homem de Ferro. Linhas emaranhadas e disruptivas na linearidade biunívoca de uma hipótese repressiva quanto ao sistema de gêneros da heteronormatividade. Narrativas de vida e poder. De um bio-poder, que atravessa todos os pontos desse sistema, que não se polariza.

Foram pouquíssimas as narrativas que tivessem referenciamento no discurso acadêmico em psicologia. Não se trata de dado ou de resultado para análise, mas de uma cisão que aparece nas redes sociais, nos coletivos feministas, e em muitos dos *blogs* pesquisados, e que não chegamos a considerar na proposição da disciplina. Existe uma valoração de verdade atribuída a partir da polarização entre o vivencial e o “teórico”, este último polo identificado às produções acadêmicas, consideradas como um “falar sobre” ou um “falar por”, ou seja, como “roubo de protagonismo” e de “lugar de fala”, todos esses termos compondo critérios de falsidade, bem resumidos pela fórmula “não me representa”. Mas esta foi uma conversa incipiente e que emergiu muito secundariamente nesses primeiros encontros.

---

<sup>26</sup> “Karma – A justiça infalível”, publicação Hare Krishna.

## **Pista 7: De Freud a Almodovar, passando por RuPaul e Foucault: histórias das sexualidades**

A Vontade de Saber, disse-me o companheiro Getulio, muitos dias depois dessa aula, não é expressão original de Foucault. Embora a questão da origem não seja para nós o interesse da disciplina ou da dissertação, não é sem surpresa que encontramos termo semelhante em Freud, que vai considerar A Pulsão de Saber<sup>27</sup>. Uma surpresa que vem da obviedade dessa conexão, já que as discussões sobre uma hipótese repressiva, como chave de leitura e de interpretação para uma história da sexualidade, atravessam os discursos psicanalíticos e o papel, a esses discursos atribuído, da liberação de um sexo que fala.

Na conversa com Foucault, vamos considerar o poder como relações de forças, buscando as composições de alianças e de rupturas políticas – entre as militâncias, as ações de coletivos, os saberes acadêmicos, os blogs e postagens de maior acesso, as intervenções estatais, as relações dos cotidianos – que vão contornar e transbordar os regimes de verdade sobre os corpos generificados. Nessa primeira aula-conversa, uma das estudantes nos diz não entender como o poder exercido pelas grandes instituições, como a igreja católica, por exemplo, não era repressivo sobre a sexualidade – antes da era vitoriana –, uma vez que os livros de história nos mostram uma opressão muito forte daqueles que ousavam questionar as prescrições morais de sua época. O que nos coloca essa questão? Interroga-se sobre uma concepção de história, segundo a qual as formas sociais têm uma origem, uma genética, um desenvolvimento evolutivo, enquanto Foucault propõe que as relações de poder constituem seus objetos, portanto, não haveria uma sexualidade a ser reprimida assim como não haveria uma forma de repressão se as relações de poder e os processos de subjetivação não incidiam sobre esses problemas.

Quanto à essa leitura da história, que investiga as formas de poder e as relações que as constituem, trouxemos para a data de 30 de março de 2016, uma aula de Foucault de 17 de março, 40 anos antes, presente no livro *Em defesa da sociedade*. No poder soberano, a figura de autoridade exercita um fazer morrer e deixar viver, cabendo a ele o poder da condenação à morte. No biopoder, inverte-se a lógica soberana, na medida em que sobre a vida incide uma produção de políticas, permitindo-se a um fazer viver e deixar morrer, sem a necessidade de uma figura autoritária que exerça suas funções.

---

<sup>27</sup>Em *Os Três Ensaio sobre Sexualidade*, pág. 183.



Em seguida à aula de Foucault, assistimos um episódio do *reality show* *Rupaul's Drag Race*<sup>28</sup> programa vinculado à rede televisiva americana em que um grupo de *drag queens* competem entre si para saber quem é a próxima super estrela drag americana. Propomos a leitura do texto “*Cavalheiros, liguem seus motores... e que vença a melhor mulher*” (DALLAPICULA et. all, 2015), em referência ao bordão da apresentadora do mesmo, presente no livro *Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação* (RODRIGUES et. all, 2015), sendo interlocução proposta para a discussão do programa quanto a formas de controle biopolítico e relações de soberania entre RuPaul (apresentador do programa) e as participantes. Entretanto, algumas estudantes expressaram seus incômodos com o episódio: “*Eles fazem essa caricatura de mulher, mas em muitos momentos exageram bastante. Aquele momento em que uma delas entra no programa e sai um bebê quando abre as pernas: o que foi aquilo?*”, disse uma delas. “*Eles usam termos estranhos, tipo ‘pepeca’ e ‘amapô’. Sei que é gíria gay, mas fico bem ofendida com isso*”, disse outra. Assim, mesmo que nossas intenções fossem específicas com o episódio de RuPaul’s, as conversas disparadas foram outras, quanto ao tensionamento entre a cultura gay-travesti-drag, que faz proliferar caricaturas de uma normatividade feminina, o que muitas vezes aparece em chistes e piadas que beiram a misoginia e que se confrontam com os discursos feministas. Ao mesmo tempo, sendo essas caricaturas uma imitação que deve sempre apresentar-se como espetáculo, como ficção, como “cópia imperfeita” de uma realidade imperfeita, de uma perspectiva parcial, tem-se por efeito a desconstrução de um sujeito feminino totalizado, puro e absoluto.

---

<sup>28</sup>O episódio em questão pode ser assistido no seguinte link: [www.youtube.com/watch?v=KLG\\_m1GIqIo](http://www.youtube.com/watch?v=KLG_m1GIqIo)

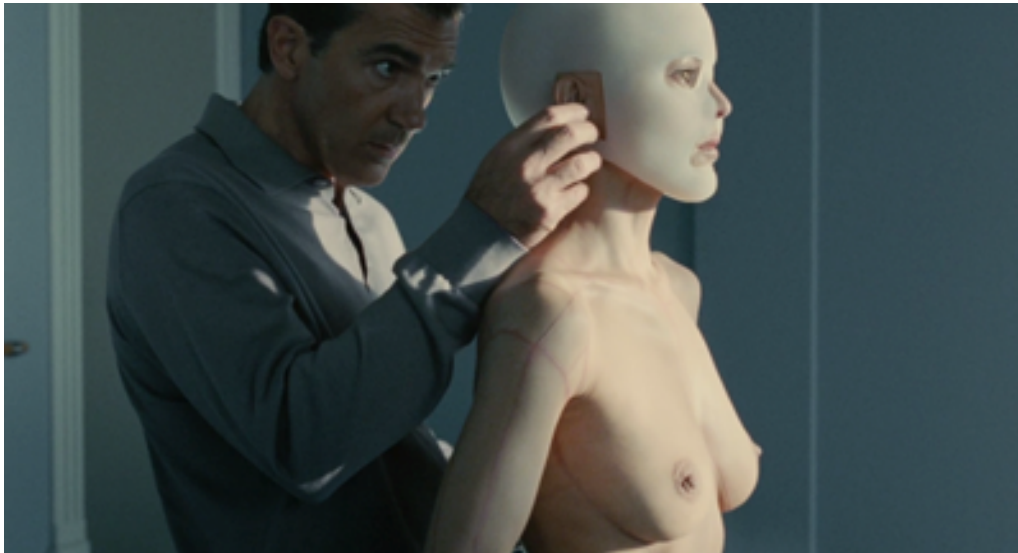


A performance drag, como em RuPaul, é a performance dos gêneros em grau superlativo, denunciando a ficção de toda e qualquer identidade de gênero. O que não necessariamente vai reafirmar padrões femininos normalizadores. A discussão fica mais complexa quando se pensa que, em meio às drags e travestis que se apresentam nos espetáculos, encontram-se também as mulheres trans, e é nessas condições que a reprodução de normalidade no binarismo de gêneros encontra suas controvérsias mais insolúveis.



Imagens de RuPaul disponíveis em:  
<http://www.emneon.com.br/2014/03/rupaul-pequena-biografia-de-uma-grande.html#.WJuEQWQrInU>  
<http://www.marieclaire.com/culture/news/a13716/rupaul-drag-race-terms-to-know/>

Depois de RuPaul, voltamos a conversar com Foucault, na interlocução entre *O corpo utópico* (2013) e *A pele que habito* (2011), de Almodovar. Esse texto de Foucault é de uma escrita muito poética, o que poderia justificar os longos silêncios, se a leitura tivesse sido feita. No entanto, a maioria não chegou a ler o texto, o que nos levou a uma “aula expositiva”, sendo as articulações com o filme demasiadamente orientadas por essa nossa leitura, da posição de docência como transmissora. Certamente, a despeito disso, houve escuta e afetação com o filme, o que pode não comparecer em sala de aula ou pode vir a responder dias depois, como aconteceu com um dos estudantes, que nos procurou para conversar sobre o filme, na semana seguinte. Tal situação, de conversas logo após o término da aula, foi bastante comum ao longo do período letivo, sendo essa busca uma recorrência tanto de pessoas que já se expunham bastante durante as aulas quanto de pessoas que não



*A pele que habito* (2011), de Almodovar.  
Imagem disponível em: <http://www4.cinemaemcena.com.br/gabinetedokas/>

costumavam se colocar diante do grupo. E, embora alguns estudantes chegassem bem atrasados, não eram essas ou esses que nos buscavam. Eram aqueles para quem o espaço da fala coletiva não era suficiente e outros para os quais poderia ser demasiado. Lamentavelmente, não registramos esses momentos, essas conversas, restando delas apenas essas vagas impressões.

## **Pista 8: Sujeitos dos feminismos e interseccionalidades – identidades, subversão e colonialismo**

A proposta de um módulo disciplinar para discussão sobre feminismo inicia-se com a subversão da identidade na leitura de Problemas de Gênero, com Judith Butler. Em seguida, já que Butler é marco inaugural para os estudos *queer*, trataríamos de seus desdobramentos, com Paul Beatriz Preciado e a concepção de uma contrassexualidade e das tecnologias do gênero na produção de corpos e com Guacira Lopes Louro, uma das pioneiras das leituras *queer* no Brasil. Pensamos que esses pontos referenciais teriam o propósito de marcar nossas apostas políticas em gênero e sexualidades dissidentes. E, a partir dessas apostas, traçaríamos um percurso desde Simone de Beauvoir, passando pelo feminismo classista, quando apresentariamos a leitura de uma história feminista construída por ondas, já que as ondas têm um sentido de progressão, mas também de movimentos que se repetem e se refazem. Desse modo, finalizaríamos com a interseccionalidade como a possibilidade de um feminismo pós-identitário – trazendo Nina Simone e Chimamanda Ngozi Adichie para considerarmos os marcadores e opressões de cor, ponderando o racismo nas questões de gênero. Apesar dessa trajetória proposta, a narrativa que passará por Butler e Preciado, chegará a conversar outras com a Teoria King Kong de Virginie Despentes, que não estava no programa, assim como não chegaremos a falar das aulas sobre produção de corpos e estudos *queer*, porque seguimos outras pistas e implicações nesse percurso. Além disso, por conta de imprevistos que reduziram o nosso calendário, como dias de manifestação, paralisação de rodoviários e suspensão de aulas na UFES (por falta de abastecimento de água, por exemplo), a aula sobre feminismo classista ficou agregada ao dia da leitura de Simone de Beauvoir, quando falamos também das três ondas históricas do feminismo. Os textos referentes a essa aula ficaram como leitura “suplementar”, mas não foram discutidos.

Se iniciamos com Butler, vamos começar por dizer que “gênero é uma falha, é sempre uma falha.” E é muito bom que seja, conclui Judith Butler em vídeo gravado em Paris<sup>29</sup>. Nesse mesmo vídeo percebemos o quanto essa tarefa de referência a Butler sempre nos coloca num exercício complexo de pensamento, não apenas pelos conceitos que mais comumente interessam em sua produção, como a performance de gênero, ou as vidas precárias (passíveis de luto), ou a subversão da identidade que vai tomando consistência desde Problemas de Gênero, chegando ao Desfazendo Gênero, que é nome de livro da autora

---

<sup>29</sup> Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z0bpayvVy58>

Outros trechos farão referência a esse vídeo, o que será mencionado situando as falas de Judith Butler em Paris.

e de Seminário no Brasil<sup>30</sup>. Que exercício é esse? Butler nos diz que recoloca uma mesma questão, uma questão em processo, que se inicia com a sua tese, sobre desejo em Hegel, em todas as suas produções. No entanto, afirma que esse processo não compõe um sistema, de modo que faz conversar autores como Spinoza e Kafka, mas não tenta *reconciliar* esses autores. É desse modo que Butler vai nos apresentar ao conceito de gênero performativo, considerando discussões da psicanálise e do feminismo de forma crítica e reposicionando esses campos ao colocar em questão os seus cânones fundamentais: o falocentrismo e o drama edípico, na psicanálise, e o sujeito político identitário, no feminismo.

O que é um problema? É a interrogação primeira em Problemas de Gênero. Na língua inglesa, problema como algo a ser resolvido se refere a *problem*, usualmente, enquanto o termo *trouble*, que é utilizado pela autora, refere-se mais comumente ao problema como um incômodo, um transtorno, uma perturbação. Portanto, o primeiro reposicionamento que Butler propõe se refere à concepção do que é um problema, afirmando que não seja considerado de forma tão negativa:

No discurso vigente na minha infância, criar problema era precisamente o que não se devia fazer, pois isso traria problemas para nós. A rebeldia e sua repressão pareciam ser apreendidas nos mesmos termos, fenômeno que deu lugar a meu primeiro discernimento crítico da artimanha sutil do poder: a lei dominante ameaçava com problemas, ameaçava até nos colocar em apuros, para evitar que tivéssemos problemas. Assim descobri que problemas são inevitáveis e nossa incumbência é descobrir a melhor maneira de cria-los, a melhor maneira de tê-los (BUTLER, 2015a, p.7).

Judith era uma criança-problema e por isso foi expulsa da escola regular, sendo forçada a estudos particulares com o rabino, já que era de família judia. Ela nos conta<sup>31</sup> que, embora tenha sido obrigada a isso, secretamente comemorava, pois matava aulas para ver os sermões desse rabino. Então, com muita desconfiança, já que era uma criança-problema que lhe entregavam para educá-la, o rabino lhe pergunta o que gostaria de estudar. E ela responde que gostaria de saber por que Spinoza foi expulso da sinagoga e se a filosofia idealista alemã estava ligada ao triunfo do nazismo. Tempos depois, essa criança-problema nos conta uma história sobre o que a incomoda, o que a perturba: “essas situações em que o gênero, como norma, se exerce de maneira coercitiva”. Essa história, ela nos diz, de um garoto que vivia no Maine (EUA), em uma pequena cidade, e ele caminhava pelas ruas nessa cidadezinha.

---

<sup>30</sup><http://www.desfazendogenero.ufba.br/>

<sup>31</sup> Trecho de documentário disponível em vídeo em: <https://www.youtube.com/watch?v=KkB8O7-jGoM>

Quando ele andava, seus quadris se mexiam de uma forma feminina. Ele cresceu e, aos 14 ou 16 anos, esse modo de caminhar ficou ainda mais feminino. Os garotos da cidade começaram a assediá-lo e um dia, três garotos interromperam o seu caminhar, o espancaram e o jogaram de uma ponte e o mataram. “Então, nós temos que nos perguntar por que uma pessoa deve ser assassinada, deve morrer pelo seu modo de andar. Por que esse modo de andar incomoda tanto aqueles outros garotos?”. Entre o garoto que caminha e, que ao caminhar é feminino, e os garotos que interrompem o seu caminhar há uma norma que pressupõe a determinação correlativa entre o corpo, macho ou fêmea, e a expressão de gênero que lhe concerne. Essa norma se constitui, se contorna, pela repetição sempre falha de um modelo inatingível. Daí a angústia inerente à produção dos gêneros e daí a afirmação de que os gêneros são produzidos por atos performativos. Essa é a angústia que se procura eliminar, para que a sua própria precariedade seja negada, e desse modo, colocar-se em corpo e discurso como um sujeito absoluto.

No entanto, tornar-se mulher ou homem ou alguém, esse *becoming*, esse *devenir*, que Butler interpela, não deve presumir dessa construção de gênero um outro determinismo, “sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável” (BUTLER, 2015a, p.28). O “corpo” é em si mesmo uma construção. Desse modo, não se opera a distinção sexo/gênero, como reflexo do dualismo corpo/mente para que o essencialismo não seja transferido de um polo a outro na interpelação do sujeito por uma posição feminista:

Embora se veja freqüentemente em Beauvoir uma defensora do direito de as mulheres se tornarem de fato sujeitos existenciais e, portanto, de serem incluídas nos termos de uma universalidade abstrata, sua posição também implica uma crítica fundamental à própria descorporificação do sujeito epistemológico masculino abstrato. Esse sujeito é abstrato na medida em que repudia sua corporificação socialmente marcada e em que, além disso, projeta essa corporificação renegada e desacreditada na esfera feminina, renomeando efetivamente o corpo como feminino. Essa associação do corpo com o feminino funciona por relações mágicas de reciprocidade, mediante as quais o sexo feminino se torna restrito a seu corpo, e o corpo masculino, plenamente renegado, torna-se, paradoxalmente, o instrumento incorpóreo de uma liberdade ostensivamente radical. A análise de Beauvoir levanta implicitamente a questão: mediante que ato de negação e renegação posa o masculino como uma universalidade descorporificada e é o feminino construído como uma corporalidade renegada? A dialética do senhor e do escravo, aqui plenamente reformulada nos termos não recíprocos da assimetria do gênero, prefigura o que Irigaray descreveria mais tarde como a economia significativa masculina, a qual inclui tanto o sujeito existencial como o seu Outro (BUTLER, 2015a, p.34-35).

Desse ponto em que fomos da aula-conversa com Butler até a conversa de Butler com Beauvoir, e da aula que se fez por essa conversa, retornamos à discussão sobre o problema de um sujeito político do feminismo, a partir da definição por sua identidade, fundada pelo essencialismo culturalista do gênero, como representação ou significante de um corpo que é natureza, que é sexo, mantendo-se o dualismo inviolável. Discutimos sobre essa suposição de uma categoria unitária de “mulheres”, que seria preenchida por vários componentes ou atributos – raciais, de classe, sexualidade. Butler propõe a subversão da identidade não apenas como argumento de crítica ontológica, na perspectiva da performance de gênero, mas também como objetivo ou estratégia políticos, o que nos interessou nas conversas dessa disciplina:

A “unidade” é necessária para a ação política efetiva? Não será, precisamente, a insistência prematura no objetivo de unidade a causa da fragmentação cada vez maior e mais acirrada das fileiras? Certas formas aceitas de fragmentação podem facilitar a ação, e isso exatamente porque a “unidade” da categoria das mulheres não é nem pressuposta nem desejada. Não implica a “unidade” uma norma excludente de solidariedade no âmbito da identidade, excluindo a possibilidade de um conjunto de ações que rompam as próprias fronteiras dos conceitos de identidade, ou que busquem precisamente efetuar essa ruptura como um objetivo político explícito? Sem a pressuposição ou o objetivo da “unidade”, sempre instituído no nível conceitual, unidades provisórias podem emergir no contexto de ações concretas que tenham outras propostas que não a articulação da identidade. Sem a expectativa compulsória de que as ações feministas devam instituir-se a partir de um acordo estável e unitário sobre a identidade, essas ações bem poderão desencadear-se mais rapidamente e parecer mais adequadas ao grande número de “mulheres” para as quais o significado da categoria está em permanente debate (BUTLER, 2015a, p.40-41).

De Butler passaríamos às conversas com Preciado, pela seqüência cronológica do programa e também pela continuidade das aulas. No entanto, considerando a incompletude da categoria “unitária” das mulheres, em suas interseções por marcadores de diferença outros, vamos avançar para a literatura de Chimamanda Adichie, romancista nigeriana que circulou pelas redes sociais com uma belíssima narrativa, sobre “o perigo de uma história única”<sup>32</sup>, quando ela se apresenta como uma “contadora de histórias”. Chimamanda, aos quatro anos já lia alguns livros, mas ela nos conta que eram todas histórias britânicas e norte-americanas. Então, quando começou a escrever e a ilustrar suas primeiras histórias, aos sete anos, todas eram exatamente como as que costumava ler. Com personagens brancas, de olhos azuis, que brincavam na neve e comiam maçãs.

Imagem disponível em:

---

<sup>32</sup>Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc>



**“O problema com o gênero é que ele prescreve como nós deveríamos ser, ao invés de reconhecer como nós somos.”**  
(Chimamanda Adichie, tradução nossa)

Imagem disponível em:

<http://theculture.forharriet.com/2015/09/10-life-giving-quotes-from-feminist.html#axzz4ZqCb6XCG>

Até que Chimamanda pôde conhecer outros livros, de personagens e escritores africanos, foi levada a acreditar que a literatura só poderia ser estrangeira, para ela, e que não haveria personagens com os quais ela pudesse se identificar e se reconhecer. Anos depois, veio a ser a escritora nigeriana que conhecemos hoje e que levamos à sala de aula por sua afirmação: “*sejamos todos feministas*”. Título de palestra transcrita e publicada em livro impresso e digital. “A meu ver, feminista é o homem ou a mulher que diz: ‘Sim, existe um problema de gênero ainda hoje e temos que resolvê-lo, temos que melhorar’. Todos nós, mulheres e homens, temos que melhorar” (ADICHIE, 2014, p. 19). Além dessa proposição de um feminismo que é interseccional, mas que não é identitário, já que se volta para as alianças e para as práticas cotidianas, e não para uma categoria unitária, a conversa proposta e acolhida durante a aula versou sobre esse deslocamento que o feminismo promove no discurso acadêmico, contribuindo com o recurso ao relato vivencial, questionando a autoridade científica que fala sobre e fala por sujeitos deslegitimados como “senso comum”.

Poderíamos seguir por aí. E encontraríamos na alcunha feminista um salvo conduto humanitário para a generificação. Para que essa convocação de Adichie – sejamos todos feministas – não nos leve a um outro universalismo, de um feminismo humanista que reivindique certa igualdade entre os gêneros, sem que a categoria dos gêneros se japroblematizada, já que são categorias produzidas por um regime significativo excludente, e para que dessa forma, não sejamos reféns de qualquer objetivo unitário, porque nas práticas concretas pouco nos valem, vamos nos desviar desses argumentos e desses relatos e avançar meses depois do término da disciplina, no encontro com Virginie Despentes, escritora de um manifesto autobiográfico, publicado pela editora n-1, exemplares que têm todos uma de suas bordas cortadas, com o título “Teoria King Kong”. Mas, antes do inominável feminismo de Despentes, é preciso dizer da referência dessa editora a Deleuze e Guattari, no rizoma de seus mil platôs (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Pois contrapomos a um feminismo que faz a soma dos gêneros uma proposta da subtração, como produção de multiplicidade.

Na verdade não basta dizer Viva o múltiplo, grito de resto difícil de emitir. [...] É preciso fazer o múltiplo, não acrescentando sempre uma dimensão superior, mas, ao contrário, da maneira mais simples, com força de sobriedade, no nível das dimensões do que se dispõe, sempre n-1 (é somente assim que o uno faz parte do múltiplo, estando sempre subtraído dele). Subtrair o único da multiplicidade a ser constituída [...] (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

Quero conversar com Virginie, e então, não trarei o relato que é dela, já que poderia ser o meu, apesar da distância geopolítica, e de uma década de diferença na idade. Talvez, até mesmo porque as equações França-1969 e Brasil-1980 venham a ser equivalentes, situando-nos pontos em linhas paralelas, num certo *delay* da importação subjetiva que era tão acentuada à época. Da leitura de historiadores, fui saber que foi na década de 1970 que um feminismo ou movimento de mulheres ganhou espaço e expressão no Brasil, ainda como produto de importações, mas fazendo despontar uma produção local.





Com o golpe militar no Chile, em 1973, fecharam-se todas as portas da América do Sul para perseguidos políticos, e Paris passou a concentrar grande parte da esquerda exilada. Foi lá que as brasileiras entraram em contato com um feminismo com o qual tinham afinidade: um movimento autônomo de mulheres, com presença significativa de comunistas e socialistas, ligado a outros movimentos sociais e com uma editora de obras feministas, a Editions des Femmes. E extremamente solidário com as exiladas latino-americanas. As queixas das ex-guerrilheiras não se diferenciavam muito do padrão feminino francês, especialmente no tocante às tarefas domésticas e aos cuidados com os filhos (MORAES, 2015, p. 16).

Não duvido que essa dita afinidade com um feminismo francês tenha classe e cor muito específicas no contexto brasileiro, já que o acesso ao exílio não caía do céu como milagre, mas dependia de recursos financeiros, materiais e relacionais que uma classe intelectual mais privilegiada socialmente poderia dispor, de um modo geral. Não era bem esse o caso da minha herança de família, embora tivessem algum envolvimento com partidos ou sindicatos associados pela repressão a uma “ameaça comunista”, não havia entre meus avós nenhum prestígio intelectual, político ou econômico que os levassem à França, no máximo para o interior da Bahia, vender madeira, abandonando o pouco que tinha de propriedade. Sou o atraso latino-americano de Virginie, como primeira geração, aqui abaixo do Equador, em que “ser do sexo feminino não me impedia de fazer muita coisa” (DESPENTES, 2016, p.15).

Frequentei a mesma escola que os meninos, e sempre soube que eles não eram mais inteligentes do que eu. Vesti as roupas que eu quis, transei quando eu quis e tive oportunidade. Sem qualquer preocupação muito importante a respeito da minha reputação. Sempre me pareceu natural, inquestionável, que eu teria uma profissão e um dia trabalharia, e não seria obrigada a suportar ou conviver com nenhum homem para pagar minhas contas. E se, por um acaso, decidisse conviver com um homem, não dependeria da sua permissão para que pudesse trabalhar ou fazer coisa alguma. Quanto ao uso de pílulas e acesso ao aborto, França e Brasil têm um abismo de desigualdades, sendo eu responsabilizada pelos filhos que tive, por não ter usado pílulas e sendo um risco de vida em nosso país, a prática, até hoje clandestina, do aborto. Ainda que tantas mulheres sofram efeitos colaterais gravíssimos, um outro risco de vida, pelo uso de anticoncepcionais hormonais, também é colocado na nossa conta, mas assim como não escolhi ser mãe e ainda assim desejei os filhos que tive, não desejei ter outros filhos e ainda assim não escolhi as reações adversas das pílulas de hormônios. Apesar disso, e agora é preciso replicar a fala de Despentes:

As mulheres da minha idade são as primeiras que podem viver uma vida sem sexo sem ter que entrar para um convento. O casamento forçado virou uma coisa absurda. O dever conjugal não é mais tão óbvio. [...] E isso porque a revolução feminista aconteceu. Parem de dizer que antes éramos mais satisfeitas. Os horizontes foram ampliados e os territórios foram brutalmente abertos até o ponto em que achamos, hoje, que eles sempre foram assim (DESPENTES, 2016, p.14-15).

É plausível que essa condição possa ter sido mais plenamente alcançada na França, até mesmo porque são eurocentrados os efeitos dessa revolução. Obviamente, nem mesmo na França, essa plenitude de direitos significaria uma totalidade das experiências vividas, mas possibilidades mais ou menos acessíveis a se viver. No entanto, negar a revolução feminista só tem nos levado a um sentimento de culpa, ao medo diante de uma ameaça constante de punição. Sabemos que não somos inferiores, mas somos a todo momento advertidas de que seremos punidas por isso. O discurso dominante pré-feminista está falido, e nunca teve



sucesso, a não ser como tragédia e farsa, que ainda encenamos porque “nosso poder nos envergonha” (DESPENTES, 2016, p.15).

Imagens de Despentes disponíveis em:

<http://www.parismatch.com/Culture/Livres/Virginie-Despentes-prefere-le-Goncourt-au-Femina-891337>  
<http://www.babelio.com/auteur/Virginie-Despentes/3412/photos>

Não é tanto a ideia de nossa própria inferioridade que assimilamos; quaisquer que tenham sido as violências dos instrumentos de controle, a história cotidiana nos mostra que os homens não eram naturalmente nem superiores nem tão diferentes das mulheres. É a ideia de que nossa independência é nociva que está incrustada em nós até os ossos. Algo que os meios de comunicação reforçam com insistência: quantos artigos foram escritos nos últimos vinte anos sobre mulheres que amedrontam os homens, que ficam sozinhas e são punidas por suas ambições ou singularidades? Como se ficar viúva, ser abandonada, ficar sozinha em tempos de guerra ou ser maltratada fossem invenções recentes. Sempre tivemos necessidade de nos virar sem a ajuda de ninguém. Fingir que homens e mulheres se entendiam melhor antes dos anos 1970 é uma inverdade histórica. Nós nos freqüentávamos menos, só isso (DESPENTES, 2016, p.17-18).

Virginie Despentes foi companheira de Paul B. Preciado por alguns anos e devem ter mantido suas conversas, das quais não temos notícia. Há uma forma e um fluxo de escrita, porém, que dançam juntas, que têm a paridade rítmica de um comum, que é o de políticas e estéticas subversivas das identidades sexuais, pela desnaturalização das noções de sexo e gênero. A contrassexualidade seria o dispositivo de superação das dicotomias de gênero e sexo e do essencialismo nas diferenças de gênero, calcado na heteronormatividade (LIBLIK, 2016, p. 653) . Transicionar gêneros é nossa proposta estética e ético-política que se investe no deslocamento da polarização dos lugares de fala e dos agenciamentos de enunciação – marcados pelos dualismos masculino/feminino ou ativo/passivo ou ainda emissor/receptor.

O dispositivo da contrassexualidade tensiona as bordas de um sujeito universal do regime de verdade que se fundamenta nesses dualismos pressupostos, sendo o mais fundamental deles a cisão entre natureza/cultura, ou corpo/mente. Desse modo, cada um desses pares de polarização binária, acarreta a reprodução do modelo dialético senhor/escravo, no qual a categoria dominante será sempre a de um polo ativo – masculino, emissor, mental ou cultural, sendo esses os pólos concernentes ao campo da razão. Por conseguinte, não nos restringimos à categoria do gênero, como superfície de uma transição. Toda essa cadeia de significações vem de arrasto, sendo necessário o deslocamento da própria cisão binária e não de cada polo dos pares, o que ainda remeteria ao seu oposto.



Paul Beatriz Preciado. Imagem disponível em: [http://paroledequeer.blogspot.com.br/2014\\_11\\_01\\_archive.html](http://paroledequeer.blogspot.com.br/2014_11_01_archive.html)

Daí a proposta de “um texto performativo situando-se nas fronteiras e bordas entre teoria, prática e ensaio” (LIBLIK, 2016, p. 653), como descrito em resenha sobre o Manifesto Contrassexual de Preciado, do qual o impacto poético busca ressonância em nosso texto. Além disso, pelos relatos de Liblik (2016) nessa resenha, a produção do Manifesto vincula-se às experiências de Preciado com o grupo Le Zoo, que reivindicava disciplinas sobre estudos de gênero e gays/lésbicos no final da década de 1990, compactuando na presente pesquisa com a proposta de contradisciplinas das sexualidades, como modo de “compensar a orientação e a matriz heterossexuais de outras disciplinas ensinadas” (LIBLIK, 2016, p.653).



Imagem disponível em:  
<http://www.publicseminar.org/2013/12/testo-junkie-by-beatriz-preciado/#.WLN00mQrInU>

A contrassexualidade não é a criação de uma nova natureza, pelo contrário, é mais o fim da Natureza como ordem que legitima a sujeição de certos corpos a outros. A contrassexualidade é. Em primeiro lugar: uma análise crítica da diferença de gênero e de sexo, produto do contrato social heterocentrado, cujas performatividades normativas foram inscritas nos corpos como verdades biológicas (Judith Butler, 2001). Em segundo lugar: a contrassexualidade aponta para a substituição desse contrato social que denominamos Natureza por um contrato contrassexual. No âmbito do contrato contrassexual, os corpos se reconhecem a si mesmos não como homens ou mulheres, e sim como corpos falantes, e reconhecem os outros como corpos falantes. Reconhecem em si mesmos a possibilidade de aceder a todas as práticas significantes, assim como a todas as posições de enunciação, enquanto sujeitos, que a história determinou como masculinas, femininas, perversas (PRECIADO, 2014, p.21).

O último texto que discutimos nesse semestre foi a introdução do livro *O Segundo Sexo I: Fatos e Mitos*, de Simone de Beauvoir (1970), no dia 01 de junho. Com ele, compreendemos que a universalidade dos direitos, legalmente conquistada pelas lutas feministas, não acompanha a equidade do acesso às posições sociais que foram por séculos privilegiadamente masculinos. Além disso, a produção de uma identidade generificada, quanto às mulheres, que são historicamente “o sujeito do feminismo”, faz perpetuar a posição subalterna em sua assimilação a epistemes hegemônicas. Vimos, portanto, que as primeiras ondas do feminismo buscaram e buscam, nas suas ressurgências, legitimar suas escritas e discursos a partir das referências produzidas há séculos pelas posições privilegiadas na mundialização colonialista, isto é, por uma tomada de um lugar de fala que foi cabível ao



homem como categoria universal, em seus padrões brancos e ocidentais, que europeizaram e masculinizaram a produção de conhecimento.

Simone de Beauvoir, 1952.

Imagem disponível em:

<https://br.pinterest.com/pin/128423026846423759/>

Pensando nessas questões trazidas por Simone de Beauvoir, finalizamos nossas atividades no dia 15 de junho, assistindo ao documentário *What happened, miss Simone?* (2015), discutindo questões envolvendo movimento social, negritude e lutas sociais do feminismo negro. Para esse debate, almejando atingir certa coerência com o tema

da aula, convidamos uma psicóloga negra, Sabrina Cordeiro, que estava iniciando pesquisa, junto ao PPGPSI, relacionada à sua experiência com adolescentes em conflito com a lei, o que aproximava suas discussões das lutas de movimentos sociais da negritude, já que em sua maioria esses adolescentes são jovens negros e pardos de bairros periféricos, nos termos das estatísticas, condição esta que tem sido denunciada por ativistas como um extermínio da juventude negra, efeito de uma criminalização da pobreza que tem recorte racial. Durante essa aula, questões surgiram quanto ao adoecimento gerado pelas opressões, bem como pela patologização das expressões de sofrimento psíquico geradas dessa forma, mas também nos ativismos e nas militâncias. Algumas situações foram relatadas sendo vivenciadas no próprio curso de psicologia, sendo ressaltadas as experiências das pessoas negras diante de um currículo extremamente colonizado e embranquecido, além de alguns relatos sobre as mobilizações contra fraudes na seleção por cotas.





Imagens de Nina Simone disponíveis em:  
<http://www.notesontheroad.com/Ying-s-Links/Today-s-Birthday-in-Music-Nina-Simone.html>  
<https://acasadevidro.com/2015/12/20/nina-simone-rebelde-com-causa/>  
[http://www.huffpostbrasil.com/olavo-barros/nina-e-seu-piano\\_b\\_7716818.html](http://www.huffpostbrasil.com/olavo-barros/nina-e-seu-piano_b_7716818.html)

### **Trabalhos discentes: desaprendizagens no ensino**

Como atividade programada, pedimos para que participantes da disciplina se dividissem em grupos e formulassem problemas e/ou elaborassem proposições a partir das temáticas discutidas em sala de aula. O trabalho deveria ser apresentado para turma em forma de seminário, articulando essas discussões com os “temas transversais” da disciplina: sexualidade e política. Além dessas apresentações, seriam avaliados trabalhos escritos, que poderiam referir-se aos mesmos temas dos seminários, com a mesma composição de grupos, ou poderiam ser elaborados a partir de outros interesses. Não havia qualquer restrição quanto às fontes e referências, desde que atendessem a essa orientação. Em sua maioria, redigiram trabalhos com os mesmos grupos e temas das apresentações. Apenas um dos grupos

se desfez, gerando dois trabalhos em duplas e dois trabalhos individuais. No entanto, optamos por não produzir análises nessa dissertação quanto aos trabalhos escritos, já que não foram realizadas entrevistas com essas e esses estudantes. Após o término da disciplina, procuramos agendar essas conversas por e-mail, mas sem retorno. Somente estudantes que receberam notas mais baixas nos trabalhos escritos é que chegaram a se encontrar conosco, mas apenas para serem orientados a uma reelaboração que aumentaria suas notas. No semestre seguinte, buscamos novamente o agendamento por e-mail, ainda sem sucesso, o que supomos dever-se a algumas conclusões de curso e ao envolvimento de boa parte da comunidade acadêmica em pautas ligadas ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, e em seguida aos movimentos Fora Temer e suas ramificações. Próximo ao encerramento do ano letivo de 2016, foram as ocupações estudantis, iniciadas entre secundaristas, nas escolas de ensino médio da rede pública, que interromperam ou dissolveram quaisquer outras formas e modos de organização e de pautas políticas, especialmente essas vinculadas a ativismos identitários ou minoritários, já que essas e esses ativistas estavam presentes nas ocupações, levando para esses espaços os debates e modos de se relacionar vivenciados nos seus coletivos antes dispersos. Infelizmente, não pudemos acompanhar com este texto esses processos de muitos analisadores e implicações, o que não lamentaremos por mais tempo do que essas breves linhas, já que em nosso grupo de pesquisa e em tantos outros comparecerão produções que cartografaram os atravessamentos que esses movimentos tiveram entre si. Vamos passar às conversas com as apresentações dos seminários, não apenas as conversas que se fizeram nas datas do cronograma, mas os seus entrelaces com outras conversas, disparadas pelas anotações feitas então.

### **Ideologia de gênero e as bichas do documentário**

No dia 11 de maio, o primeiro grupo apresentou os equívocos em torno da ideologia de gênero. O grupo discutiu como o conservadorismo político, ligado ao fundamentalismo religioso, pode interferir nos planos nacionais e estaduais de educação, visto aqueles que defendem a retirada das discussões de gênero e sexualidade nos espaços de ensino argumentarem que as distinções binárias do masculino e do feminino sejam determinadas pelas características inatas de um sexo biológico, portanto, qualquer debate a respeito dessa suposta natureza da sexualidade seria de ordem ideológica, questão para a intimidade das famílias, para a educação privada de cada núcleo familiar, responsáveis pela transmissão de valores morais. De acordo com esses argumentos, à escola caberia somente o ensino de conteúdos de uma neutralidade científica, mas ao mesmo tempo, uma ortopedia moral “em defesa da família”, que se justifica por um caráter de proteção, produzindo contenções, isolamentos e invisibilidade.

Imagem disponível em:  
<http://revistaladoa.com.br/2016/02/noticias/documentario-bichas-conta-historias-saidas-armario-debate-empoderamento-homossexual>



**BICHAS**   
UM DOCUMENTÁRIO DE MARLON PARENTE

Para esses “protetores das famílias”, a escola deve se recusar ao que designaram como ideologia de gênero, à qual se contrapõem por argumentos biologicistas, ou seja, que se apóiam em recortes das ciências biológicas para conferir veracidade aos seus moralismos. Ao mesmo tempo, ignora-se e frequentemente inspira-se violência institucional, verbal, simbólica e física contra crianças que são identificadas ou que se autodenominam bichas, sapatões e trans (ainda que nem sempre usem esses termos, mas existem aquelas que ousam se nomear). Aprende-se a violência de gênero e as opressões sexuais nas escolas, com o aval e condescendência dos defensores da família, que não têm qualquer pudor ou senso crítico em reclamar estatuto de verdade para seus discursos religiosos e moralizantes, ao argumentarem que a família nuclear e heterocentrada monogâmica seja a base da sociedade e destino biológico da espécie humana. O que não encontra coerência nem consistência em

nenhum referencial científico e muito menos na materialidade empírica de qualquer aglomerado de humanos.

A conversa toda se encaminhou junto aos relatos compartilhados no vídeo *Bichas – o documentário*, falando das vivências de cada narrador com a palavra bicha. A palavra que machuca na escola, que faz não querer ser, não querer existir. Porque o primeiro aprendizado da bicha é uma caricatura de que se ri ou que ri de si mesma, mas também aquela que é xingada com o nome que apenas seria de se dizer.

### **Modelações e controle dos corpos: prazeres e mutilações**

No dia 25 de maio, houve a apresentação de mais dois grupos cujos trabalhos se complementavam. O primeiro deles discutiu a respeito do prazer feminino, um assunto do qual este grupo tratou a partir de documentário em vídeo apresentado. Considerou-se que o prazer (do sexo) feminino seria fortemente negligenciado nos saberes científicos, os quais referenciam as formas de prazer, nas relações ou práticas sexuais, quase sempre em relação ao corpo do homem. Já o segundo grupo apresentou sobre modelações de corpos e suas relações com o social, exemplificados pela prática de raspagem dos seios, pela circuncisão masculina, pela prática ocidental da depilação e incisão feminina. Ambos os grupos apresentaram trechos do filme *Flor do deserto* (2009) que conta a história real de Waris Dirie, modelo somali que sofreu na infância com mutilação genital e é fundadora de uma ONG que combate tal prática, contando com apoio da ONU não apenas para ações internacionais, mas com alguma intervenção na cultura local. Novamente, conversamos sobre a universalização de saberes e práticas por meio da dominação cultural colonialista. No entanto, a questão que se coloca, a respeito dos princípios humanitários que justificam essas intervenções em culturas alheias, é como se propõem ou se impõem os critérios de julgamento do que sejam práticas e valores humanitários ou não. O grupo considerou ser necessária a intervenção em situações que causam sofrimento humano, ou até risco de vida, como era o caso da cultura somali em relação às crianças que nasciam meninas. Ao mesmo tempo, observam que essas práticas sequer encontravam respaldo nos textos religiosos de referência para aquela cultura, tratando-se de um costume, um hábito cultural sem qualquer fundamento.

As últimas apresentações aconteceram nos dias 01 e 08 de junho, mas começaremos pelo último dia, que se conecta de forma mais próxima ao debate das práticas culturais, e

também porque a apresentação do grupo sobre as vertentes do feminismo nos possibilitou analisadores que nos inquietaram quanto à proposta de metodologia e de conteúdos da disciplina, tomando a consistência do que seria mais fundamental nessa pesquisa-intervenção com as práticas de docência.

### **Corpos de propaganda, feminismo contra o fetiche e a solidão da mulher negra**

No dia 08 de junho, o primeiro grupo discutiu a respeito das mulheres na mídia, uma vez que elas são tratadas como objeto de consumo em muitas propagandas, além de outras formas de veiculação de imagens, como novelas, filmes, videoclipes. Além disso, o grupo afirmou que há uma fetichização do corpo feminino transformado em mercadoria.

O segundo grupo discutiu a solidão da mulher negra, uma forma diferente de se pensar a opressão contra a mulher negra, que não necessariamente passa pelo feminismo, mas que também não se restringe ao racismo. Iniciaram sua apresentação marcando a diferença em relação ao grupo anterior, afirmando que essa discussão sobre o corpo da mulher na mídia não pode ser feita sem considerar que mulheres brancas e negras são fetichizadas de formas diferentes. Além disso, para mulheres negras, precede o debate sobre ampliar a sua inserção e representação nas grandes mídias. Nesse sentido, a mulher na mídia é retratada em muitos momentos a partir do corpo da mulher branca e magra, considerado padrão, mas que diz respeito a uma parcela pequena da população. Foi ressaltado o isolamento não apenas afetivo e sexual, já que homens e mulheres, inclusive negros, “preferem” se relacionar sexualmente com mulheres brancas, mas também a solidão política da mulher negra. No movimento negro a questão de gênero é negligenciada e no movimento feminista as questões de raça, cor e etnia, bem como as questões de classe, são invisibilizadas.

### **Vertentes do feminismo: recortes de pautas, lugares de fala e ativismos anti-acadêmicos**

No dia 01 de junho, logo em seguida à discussão com Simone de Beauvoir, o grupo se dispôs a apresentar as várias correntes do feminismo, a partir de posicionamentos feitos nas redes sociais, tendo por referência vídeos compartilhados no *Youtube*. O primeiro vídeo foi apresentado por uma mulher, por volta de 20 anos de idade, em um canal dessa rede, chamado “Deixe a Esquerda Livre”. O vídeo foi dividido em duas partes, com o tema

“Vertentes do Feminismo”<sup>33</sup>, utilizando-se de uma linguagem mais simples e “jovem” e de um tom didático, mas “não-acadêmico”, sendo anunciado como uma produção a partir de “conversas com mulheres”. Essa *youtuber* se apresenta como *radfem*, ou feminista radical, portanto, não deixa de fazer a leitura dessas vertentes segundo essa perspectiva. Na primeira parte ela fala dos feminismos liberal, interseccional e radical, como descreveremos nas próximas linhas, destacando as falas que nos levam aos analisadores dessa pesquisa.

O feminismo liberal seria “de direita” ou de “mulheres burguesas”, contemplando pautas como igualdade salarial, que dependem de uma posição social em que já se ocupa cargos de competição com homens. No entanto, essa competição não exclui a participação de homens nesse movimento, contando não somente com aceitação, mas também sendo desejável que participem, o que reforça essa noção de igualdade “burguesa”. A apresentadora faz críticas a esse “tipo” de feminismo, a começar por não acolher questões de “mulheres periféricas”, passando por essa inserção de homens, sendo citada a campanha “*He for She*”, que tem por referência a atriz britânica Emma Watson. No entanto, a sua crítica mais explícita se refere à “Marcha das Vadias”, que ela define como mobilização de cunho liberal, embora não explique essa vinculação. Suas críticas voltam-se à proposta de ressignificação do nome “Vadias”, que seria criticada pelo feminismo radical, como estratégia “não empoderadora”. O que essa crítica tem de relação com o liberalismo, ficamos sem compreender, mas talvez seja uma pista o fato dela considerar que tenham posicionamentos “neutros” quanto a prostituição e “mudanças estéticas”.

Ao falar do feminismo interseccional, a apresentadora afirma que se refere somente ao “recorte de classe”, portanto, teria o propósito de inclusão das “mulheres periféricas”. No entanto, ela pontua que o feminismo radical também faça esse recorte o que, segundo ela, faz com que seja questionado seu *status* de vertente, dizendo ainda que muita gente “não acredita” que exista o feminismo interseccional.

Ator protagonista do filme *A Garota Dinamarquesa* (2015)

Imagem disponível em:

<https://br.pinterest.com/kskinner72/he-for-she/>



<sup>33</sup>Parte 1 <https://www.youtube.com/watch?v=AAyWqtzGRX8>

Parte 2 <https://www.youtube.com/watch?v=OeAYgWS5rJA>

Logo em seguida, reafirma a desqualificação da interseccionalidade, considerando que o posicionamento dessas feministas seja “muito próximo” ao feminismo liberal, exemplificando com os debates sobre prostituição e “performance de feminilidade”. Podemos inferir, assim, que também as feministas interseccionais teriam uma neutralidade sobre esses temas, o que chega às vias da desonestidade intelectual, se não estivéssemos falando de uma questão de “opinião”, ou de um conhecimento “vivencial”, como a *youtuber* afirma ter.

Mais frutífero será discutirmos como essa distinção entre o que se aprende nos livros e o que se aprende “na vida”, feita nos primeiros minutos do vídeo, produz esse ponto de vista que, de tão fechado, fica quase cego, espantosamente insensível às nuances da própria perspectiva. Assim ocorre quando ela faz a ressalva de que esse feminismo “avança” em relação ao liberal, já que não se inserem os homens nesse movimento, de modo que partilharia da concepção radical de que o machismo é um sistema em que homens oprimem e



Cena de *A Garota Dinamarquesa* (2015).

Imagem disponível em:

<http://www.cinemaqui.com.br/a-garota-dinamarquesa/#.WMGw-WTysnU>

mulheres são oprimidas e não que sejam ambos prejudicados, uma percepção que não converge com a ideia de que a interseccionalidade seja “pós-moderna”, sendo uma posição em demasiado estruturalista para isso. O que parece não ser importante para a *youtuber*, já que o julgamento feito sobre essas vertentes aparece fundamentado na sua referência de um feminismo radical, como será descrito a seguir.

Nota-se, já por essas primeiras descrições, que os argumentos para as distinções e valorações feitas é muito mais acadêmico do que a apresentadora quer acreditar e expor. Talvez se fossem assumidas essas articulações conceituais que distinguem liberalismo e classismo, por exemplo, a apresentadora poderia ter recursos mais consistentes, inclusive,

para defender a “vertente” de sua filiação. E não seria difícil compreender que a interseccionalidade, se acolhe recortes diversos, posiciona-se de formas diversas, mas em referência a pertencimentos sociais, sendo bem pouco próxima, na verdade, ao liberalismo das escolhas individuais como foi descrito. E, embora de um modo geral essas feministas não compartilhem de uma acepção estruturalista do poder, podendo ser considerado um feminismo mais “pós-moderno”, nos termos utilizados, é uma militância muito à esquerda para que possa ser associada ao liberalismo. Além disso, a intersecção de classe pode aproximar essas ativistas ao marxismo das feministas classistas.

Sobre a pós-modernidade no feminismo interseccional, ela explica que se deve a sua ligação ao *queer* e às causas trans, sendo a vertente que aceitaria a participação de pessoas trans binárias ou não. A confusão maior parece ser mesmo entre os termos pós-moderno e liberal, ambos utilizados nesse vídeo como diametralmente opostos ao materialismo e ao classismo. As relações entre esses termos aparecem na sua fala sobre o feminismo radical que, segundo a mesma, é “o mais odiado dentro do próprio feminismo”, mencionando uma “treta com o feminismo interseccional”, por conta das causas trans. Ela nos conta que o “radical” desse feminismo não significa “extremo”, mas um “retorno a origem”, o que leva a “análises materialistas” da opressão feminina, considerando que os papéis de gênero são instrumentos de opressão, segundo os quais os homens são ensinados a dominar e as mulheres a serem dominadas. Por isso, o objetivo do feminismo radical seria “acabar com o gênero”, isto é, com esses papéis de gênero, referindo-se especialmente às distinções voltadas ao casamento heterossexual, segundo as quais o homem seria o chefe provedor da família, enquanto a mulher seria educada para o trabalho doméstico e para a maternidade.

É curioso que essa descrição se aproxima muito dos estudos de gênero ligados ao feminismo interseccional, justamente por essa acepção de uma generificação performativa. Além disso, não há qualquer referência necessariamente materialista nessa análise. Em seguida, ela começa a explicar por que o feminismo radical não apóia os movimentos trans de modo geral e não apenas a sua participação no feminismo.



**“Sou bicha, sou preta. Mas não sei se sou homem ou mulher” (Liniker)**

Imagem disponível em:  
<http://revistatrip.uol.com.br/tpm/liniker-e-a-nova-voz-da-musica-brasileira-e-a-nova-cara-da-liberdade-de-genero>

Definindo as pessoas trans como aquelas que não se identificam com os papéis de gênero atribuídos ao seu sexo biológico (ter vagina ou pênis), ela discorre sobre o fato de que tais pessoas buscariam adaptar-se a esses papéis, enquanto as feministas radicais têm o objetivo de acabar com esses papéis, portanto, seria “incoerente” aliar-se às causas trans. A seguir, argumenta que o movimento trans seja lesbofóbico, por defenderem que “mulheres lésbicas” se relacionem com “pênis”, referindo-se dessa forma metonímica a mulheres trans, e pontuando que a causa trans tem muitas pautas “problemáticas” que deveriam “abrir para o diálogo”. Então, expressa sua preocupação quanto a “segurança” das mulheres caso as pessoas possam usar o banheiro referente ao gênero com o qual se identificam. E enfim, ela conclui dizendo que há uma “questão de divergência teórica”, embora tenha iniciado o vídeo dizendo que não estava baseando-se em “leituras”.

Não precisamos seguir adiante em outros tópicos, como a afirmação de que “prostituição é estupro pago” ou de que é preciso ter “consciência” da opressão nos papéis de gênero e ser contra a nossa socialização de atributos femininos, mas ao mesmo tempo em que se julga “errado” pintar unhas ou se depilar, não haveria escolha possível, já que a crítica feita não “nos isenta” dessa socialização. Tampouco precisamos avançar na discussão sobre os feminismos abordados na segunda parte do vídeo, por uma economicidade do texto. Da segunda parte, vale destacar que a apresentadora pouco fala sobre o feminismo negro, dizendo que, sendo branca, está “de fora”, e fazendo referência a mulheres negras, inclusive divulgando *link*, para vídeo de outra *youtuber* (cis e negra), como sendo mais legítima para explicar essa distinção. Por outro lado, ao falar do transfeminismo, apesar de dizer que é uma vertente reconhecida, embora volte a afirmar que pelo seu ponto de vista não deveria existir, em nenhum momento ela menciona ativistas trans, o que seria bem plausível, seguindo o mesmo argumento utilizado a respeito do feminismo negro.

Vale destacar ainda a diferença que ela marca quanto ao feminismo marxista ou classista. Embora ela fale da participação de homens nessa vertente do feminismo, já que situa-se a opressão de gênero no capitalismo, o que seria superado pela revolução comunista, na qual mulheres e homens participariam, bastaria que houvessem mulheres na liderança para que fosse legitimado o seu caráter feminista. Portanto, sendo um feminismo de análises materialistas, seria “perfeito” e “impecável”, assemelhando-se ao feminismo radical que a apresentadora defende. O que nos interessa é a crítica de que seja um feminismo “muito acadêmico” e por isso “precisa ter muita leitura pra entender”, por isso, “não contempla todas as mulheres”, “principalmente as periféricas”. Segundo ela nos diz, o feminismo marxista “não é baseado em vivência”, mas em leitura. Esse é justamente o principal analisador, e uma das pistas cartográficas mais importantes deste trabalho.

Logo depois, o grupo apresentou outro vídeo, que se coloca contrário ao feminismo, ao defender a igualdade de forma meritocrática. Esse vídeo informa dados que atestam, porexemplo, que a porcentagem de homens estuprados nas prisões americanas seja superior à porcentagem de mulheres vítimas de estupro nos EUA. O que essas porcentagens têm de relevante para desqualificar a necessidade de políticas para mulheres, é difícil compreender, já que, afinal, não são estatísticas que negam haver uma população de mulheres que demandam atenção por terem sido vítimas de estupro. Apenas comprova que também há demanda para atendimento a homens vítimas de estupro nas prisões. O vídeo foi escolhido por ser umacrítica ao feminismo feita por uma mulher, Lauren Southern<sup>34</sup>, Lauren afirma que a Terceira Onda do feminismo não seja igualitária, já que não considera os problemas de ambos os gêneros. O comentário que as estudantes fizeram sobre o vídeo observava que as críticas apresentadas eram de um “senso comum”, a despeito de todas as estatísticas e dados apresentados, com o propósito de comprovar que homens e mulheres têm problemas, e que alguns problemas sociais afetam mais os homens do que as mulheres, as quais contariam com “benefícios do estado”, enquanto os homens não contariam com nenhum “benefício” por serem homens. Dos comentários sobre esse vídeo irão nos interessar essas indagações sobre um “senso comum” que se utiliza de estatísticas e outros instrumentos de validade científica para desqualificar uma perspectiva que é contrária à sua.

---

<sup>34</sup>*Why I am not a feminist* – Canal Rebel Media, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vNErQFmOwq0>

## Conclusões e escolhas de um curso

Estudantes dessa (contra)disciplina interrogaram-se conosco quanto a produção de currículos em psicologia no campo das dissidências sexuais e de gênero. E pensamos, juntas e juntos, que essa discussão é necessária para além dos interesses de militância e de ativismos dispersos. São demandas para a atuação profissional constantes em documentos oficiais da psicologia e das áreas da saúde, da assistência social, da cultura, da educação, entre outras, de modo que poderiam constar em ementas de disciplinas obrigatórias e em estratégias mais explícitas de integração ao currículo formal.

Nesse sentido, um analisador disparado por muitas conversas com estudantes, é a divisão entre disciplinas obrigatórias e optativas, que tende a ser definida como distinção pelo *quantum* de liberdade que a institucionalidade acadêmica possibilitaria ao corpo discente e, de alguma forma, também ao corpo docente no meio acadêmico. Pelos termos com que são nomeadas, o entendimento mais corrente é de que as ementas fechadas fazem restringir as possibilidades de currículo, cerceando, pela obrigatoriedade, a ordenação de conteúdos delimitados como o mínimo necessário para a titulação almejada.

Na graduação em psicologia da UFES, o desenho curricular atual, proposto por reestruturação recente, ampliou a carga horária de optativas. Poderíamos comemorar essas mudanças como ampliação do grau de liberdade nos conteúdos curriculares? Talvez, se a palavra liberdade pudesse ser despida de outros sentidos que carrega, mas para que se assumia em sua pronúncia o sentido e a força intencionados, é uma palavra que apenas se afirma pela sua interrogação. Logo, indagamos que sentidos se atribui a essa liberdade afirmada em relação à docência e à discência quanto à distribuição de disciplinas e à definição de suas ementas.

Parece-nos que a liberdade do corpo docente, quanto à oferta de optativas, com ementas abertas ou fechadas, é quase tão limitada quanto a oferta de obrigatórias, ainda mais ao considerarmos que a formação generalista em psicologia foi desmontada, a partir da organização por ênfases curriculares definida pelas atuais diretrizes nacionais do MEC, normativa à qual a nova matriz curricular visou adequação. Não é por acaso que, obrigatórias ou optativas, ainda são chamadas disciplinas – o conjunto dessas práticas de ensino, segmentadas em aulas, no cumprimento de uma carga horária pré-estabelecida. Curioso é que o nível mais elevado da carreira acadêmica seja nomeado “livre docência”. Fica-nos uma pergunta, entre outras, à qual não nos coube responder nessa dissertação, mas que de forma

alguma pode ser ocultada daqui: às práticas disciplinares se contrapõe o espaço da liberdade de ensino?

Quanto ao corpo discente, podemos caminhar para a noção existencialista de escolha, apesar de fugir ao escopo dessa pesquisa, segundo a qual, o engajamento da consciência é o que faz do sujeito mais ou menos livre em seus juízos e decisões (SARTRE, 2004). Por essa concepção, estamos sempre e inevitavelmente fazendo escolhas. O que nos faz mais livres é a consciência disso, na medida em que assumimos posicionamentos no mundo – para si e para os outros – e, dessas posições, o campo de possibilidades se restringe, ao negarmos outras. Contudo, se o engajamento é inerente às escolhas, como diria Sartre, não será a liberdade que se coloca em questão, uma vez que toda escolha será livre, na medida em que estiver engajada por um posicionamento que se assume. Mas, ao ponderarmos a liberdade discente quanto às possibilidades de oferta de disciplinas que o corpo docente pode disponibilizar, uma segunda palavra parece fazer mais sentido, ou antes, parece fazer sentido que tem mais força para o discernimento entre disciplinas obrigatórias e optativas. Não se trata de consciência nas escolhas das disciplinas, nem da ampliação de conteúdos, da mesma forma que não se trata de um engajamento que posicione discentes em relação a docentes e práticas docentes em relação aos enquadramentos e mecanismos institucionais. O que nos parece ser necessário avaliar em relação às atividades de ensino é um exercício de pensamento que se viabilize por análise das implicações.

Embora sejam conceitos muito distintos, engajamento e implicações têm em comum o fato de que afirmam o exercício de pensamento que não é de uma intimidade individualizada, da experiência empirista, e tampouco é o pensamento de uma neutralidade objetivista. Afirmam-se por um pensamento que se produz nas relações, que se posiciona no mundo, que faz alianças, que emerge de um plano de forças na dimensão do público e da coletividade. Por conseguinte, a formulação e a distribuição das disciplinas, assim como os arranjos de matrículas de estudantes, não se fazem em um campo neutro, mas em uma arena de tensões entre saberes, onde a transversalidade contradisciplinar se daria pela autonomia nos trânsitos por nossas implicações. Desse modo, nos encaminhamos para os processos autogestionários da produção de conhecimento, que se transbordam, embora tomem parte, do eixo instituído ternário, de ensino-pesquisa-extensão, o que teríamos, possivelmente, encontrado nas ocupações de estudantes no final de 2016.

Finalmente, embora essas conclusões nos indiquem outros começos, situar sexualidades e gênero entre as temáticas optativas faz com que a abertura da ementa possa instrumentalizar posicionamentos inconsistentes e/ou normalizadores, tanto quanto as

ementas fechadas. De toda forma, sabemos que estar no currículo, em seu desenho formal, não é garantia de que a formação e a atuação profissional sejam afirmativas para as dissidências sexuais e de gênero – enquanto vidas que importam. Além disso, compreendemos que essa posição não se pretende aderida a um outro dualismo, no qual haveriam saberes libertários em oposição aos repressores. O confronto a que nos propomos se faz nos tensionamentos desses modos de produção – subjetivadores e objetivadores – na constituição dos saberes psi e nos processos formativos que os ratificam e trans-formam continuamente.

## 5. CALEIDOSCÓPIOS DE FALAS: DOS BINARISMOS DE GÊNERO AO COLETIVO DAS ENUNCIÇÕES

### 5.1 Fragmentos e multiplicidades em movimentos dissidentes

Restaria situarmo-nos em algum ponto desse arco-íris. E encontraríamos, assim, a produção discursiva necessária para que uma voz contrahegemônica ecoasse no meio acadêmico, considerando a concepção do combate às opressões, em referência ao patriarcado e ao falocentrismo, ou considerando a ruptura com a hierarquia entre gêneros da heterossexualidade compulsória. Por esse caminho, estaríamos buscando por uma fala que é protagonista, legitimando a representatividade, que concerne a uma adesão ao grupo (das “mulheres”) como categoria uma vez por todas assumida. Por outro lado, esses movimentos, engajados pelo reconhecimento social da diversidade, são representativos, mas de identidades que são aliançadas estrategicamente, visto que, cada identidade dessas – lésbicas, gays, bissexuais, trans, travestis, pretas e pretos – também seria um agrupamento ou uma associação de sujeitos diversos entre si, perpassados por outras categorias ou marcadores sociais de diferença que se articulam e se rearticulam contextualmente, produzindo, a cada vez, uma enunciação múltipla em sua singularidade contingente. O que poderia ser argumentado em relação a qualquer grupalidade, especialmente no que tange a uma mobilização política, nas questões de gênero e sexualidades é um modo de organização que parece inerente, sob qualquer ponto de vista, o que costuma ser denunciado como “fragmentação” nesses movimentos.

Quanto ao que chamamos de dissidências, até esse ponto do texto, poderíamos afirmar que há uma opressão que incide com a mesma violência sobre os corpos e vivências de qualquer classe, cor, sexo e latitude, já que estamos falando de expressões sexuais e de gênero abjetas para a sociedade. No entanto, para que sejam antes aviltados como dissidentes, é preciso que tenham atentado contra o pudor esperado para um ou mais desses marcadores, e isso faz com que as formas da violência sejam muitíssimo diferentes e as combinações possíveis tendam ao infinito e ao infinitesimal. Contudo, se há quem afirme por isso, a necessidade ou necessariedade de engajamento às categorias unitárias, buscamos da fragmentação o que tem de estratégica, não como dispersão de forças, mas como a sua multiplicidade rizomática, a n-1.

De tal forma que este texto poderia ter se iniciado por uma apresentação – de certa composição identitária que me abriria senhas de acesso ao lugar de fala de determinados grupos. E de outros não. Consideremos, enfim, bem tardiamente, que encontro-me situada em algum ponto dos discursos e/ou de suas conexões no campo entre feministas, antirracistas e LGBT's. E apesar dessas posições sociais ou políticas autodeclaradas, possivelmente, se eu pudesse apertar outras mãos agora, o que se veria de imediato é a minha cor branca, um certo vestuário, o meu cabelo, toda uma série de marcadores que se configuram como a visibilidade de uma aparência, o mais das vezes identificada como condição de privilégios, de tal forma conformando-se um quadro em que viria a ser designada mulher cis, de uma “classe média”, provavelmente, heterossexual.

Ao somar a essa edificação perceptual e afetiva algo como categorias a serem apreendidas, apensariam-se legendas como “trabalhadora”, “acadêmica”, “intelectual”, a depender de enunciados interpretativos. Categorizações, percepções e afetos interpelam-me de modo associativo ou analítico, constituindo um reconhecimento que é referencial de identidades – marcadores culturais de diferença, vários deles, que constituem sujeitos de fato multifacetados, mas que, em cada face, refletem-se como expressão coesa de uma unidade homogênea, de uma coerência inequívoca diante de qualquer interlocução.

Nesse caleidoscópio de conexões é que os marcadores encontram potencial de singularidades – em movimentos que têm se referenciado como interseccionais (por uma outra identidade ou por uma identidade outra?), mas também pelas dissipações e contaminações que os encontros e os trânsitos sempre produzem, embora por vezes a entropia seja excessiva e gere deserções, ou seja insuficiente, gerando inércia e cinismo. Ademais, a interseccionalidade, levada muito a sério como bandeira hasteada, coloca-nos na armadilha entre o que é singular e o que é particularismo. Podemos enumerar marcadores infinitamente, se assim for preciso. Tudo em nome de um pertencimento ainda que mínimo. Podemos também, por esse pertencimento obviamente equívoco, advogarmos de um empirismo vivencial que é a máscara subalterna do liberalismo, ao contornarmos espaços coletivos como somatório de relatos individuais que não se contradizem, que jamais possam se atritar.

Daí a importância de narrativas como a daquela *youtuber* de 20 e poucos anos, ou menos, e de outras que defendem, como ela, que o posicionamento político será mais abrangente, verdadeiro, revolucionário, “empoderador” e anti-liberal quanto mais se afaste de “leituras” acadêmicas. O vídeo foi publicizado em um canal que tem quase 4.000 usuários inscritos, que contou com 29. 812 visualizações e com 567 comentários, cada um deles somando outros usuários e usuárias pelos *replies* (respostas). Nos primeiros comentários,

argumentos muito consistentes criticam a associação entre liberalismo e interseccionalidade, refutam os posicionamentos contrários às pautas trans e indicam que as descrições feitas pela *youtuber*, apesar de sua ampla repercussão, são pouco representativos do que sejam os debates feministas em cada vertente e dessas vertentes entre si. Outros comentários e respostas a comentários, em nada acrescentam aos debates feministas e tampouco a essa pesquisa, apenas sendo expressões de ódio contra modos de viver dos quais se discorda – se é que poderia caber aos modos de vida uma questão de “opinião”.

Ainda não pude agradecer o bastante às estudantes que levaram esse vídeo à sala de aula, porque junto com ele vieram à pesquisa uma profusão de análises que não se restringem a esse campo, mas que, nesse espaço de escritura viável a que chegamos, já nos possibilitou muito que dizer. E dissemos. Dissemos que, não sendo ingenuidade, é no mínimo negligente essa distinção extrema entre o vivencial e o “teórico”. Dissemos que a proposta dessa disciplina era justamente discutir os referenciais acadêmicos que estão presentes – queira-se ou não – nas práticas das militâncias. Não é nada inofensivo, tivemos de dizer, que sejam reproduzidas palavras de ordem sem que se considere que articulações as engendram – um exercício crítico que leva a pertencimentos ou, em termos que são mais nossos, a implicações de fato vivenciais. Como também nos orientam, inclusive por essas vivências, ao encontro com certos campos e modos de produção de conhecimento, quanto aos quais também podemos e devemos, fazer o exercício da crítica, da desconstrução, ou da subversão.

Além disso, afirmar que é preciso “leitura”, e associar essa atividade a um saber acadêmico, para que seja transmitida uma “mensagem” de ativismo, dizendo ainda que esses processos necessariamente excluem as mulheres ou pessoas periféricas, é uma sentença de um capacitismo tão escancarado que, mesmo se bem intencionado, vai reforçar justamente o elitismo acadêmico que se pretendia, supostamente, criticar. O marxismo das feministas classistas foi debatido com mulheres proletárias que sequer sabiam ler e escrever, há um século atrás. O existencialismo feminista de Simone de Beauvoir, por mais hermético e eurocêntrico que seja, não se descola de leituras de mundo que pessoas sem tanto estudo formal possam fazer: o questionamento ao destino biológico da mulher; a mulher que não se nasce, torna-se; o feminino que se atribui como masculinidade faltante... será impossível fazer esses debates com mulheres periféricas? Cabe-nos sim, pontuar o afastamento das leituras acadêmicas dessas conversas com os espaços não-formais de circulação dos saberes; cabe-nos criticar esse distanciamento como forma de hierarquização do conhecimento e como silenciamento de discursos mantidos como subalternos. Pode ser que, por essas conversas, as mulheres periféricas nos digam que não precisam de marxismo ou de feminismo para suas

lutas cotidianas, e nisso podemos discordar, mas ainda assim encontrar pontos de aliança, sem que para isso precisemos ser condescendentes com tudo aquilo que situamos em posições de desfavorecimento. “Falar com” não é uma propaganda da Coca-Cola, em que todos os povos aparecem reunidos em harmonia perfeita<sup>35</sup>.



“Hilltop”, anúncio de Coca Cola (1971).

Imagem disponível em: <https://mott.pe/noticias/coca-cola-triunfa-como-protagonista-en-el-final-de-mad-men/>

Então, onde estariam as coletividades dos agenciamentos de enunciação? E onde estariam aqueles que se encontram entre as dissidências sexuais de gênero, nos movimentos de descolonização das normalidades desses discursos? Situar os agenciamentos coletivos, que produziram tais singularidades, em narrativas femininas ou no lugar de fala de um não-homem, parece-nos conduzir aos discursos de uma essência refletida sobre a escrita ou sobre os modos de produzir conhecimento, uma essência que se opõe diametralmente à masculinidade da matriz heteronormativa. Mas, voltemos a Virginia Woolf, para constataremos que, a despeito de uma lacuna vocabular e da necessidade premente de definição do lugar da mulher na vida pública – de onde fora alijada, especialmente no campo da produção de escrita e do conhecimento – apesar de todo esse contexto, a diferença na escrita é compreendida pela autora a partir de uma precariedade contingenciada pela sociedade, o que seria superado por condições materiais necessárias (“um teto todo seu”), mas também por uma concepção da escrita e do conhecimento que ela vai chamar de

---

<sup>35</sup>“It’s the real thing. Coke.” “É a coisa real. Coca.”, em tradução literal nossa. Propaganda veiculada em 1971. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1VM2eLhvsSM>

*andrógina*, porém, apenas para afirmar o que podemos afirmar como multiplicidade no pensamento, que *transitaria entre a feminilidade e a masculinidade*.

[...] é preciso ser masculinamente feminina ou femininamente masculino. [...] É preciso haver um perfeito entendimento, na mente, entre o lado feminino e o masculino antes que a arte da criação possa realizar-se. Algum casamento entre opostos precisa ser consumado. A totalidade da mente deve estar escancarada, se quisermos ter o sentimento de que o escritor está comunicando sua experiência com perfeita integridade. É preciso haver liberdade e é preciso haver paz (WOOLF, 1985, p.127).

Dessa forma, os processos e práticas curriculares, bem como a produção de escritas que os acompanham, no sentido da composição com as dissidências de gênero, nos levam aos ativismos feministas, contudo não aos sujeitos essencializados do feminismo, isto é, ao lugar de fala de uma mulher que se situa na matriz heteronormativa do binarismo de gênero, fundada na divisão naturalizada entre os sexos.

Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. [...] A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito (BUTLER, 2015a, p.26).

Os binarismos de gênero reafirmam uma “natureza” normalizada quanto às expressões de gênero e às práticas sexuais, partindo da pressuposta compulsoreidade heterossexual. Nesse sentido, não buscaremos uma escrita feminina soterrada pela cultura patriarcal. A descolonização do pensamento e a posição feminista quanto ao lugar de fala se faz pelo percurso de composição narrativa, em seus deslocamentos desse sistema binário.

Seria mil vezes lastimável se as mulheres escrevessem como os homens, ou vivessem como os homens, ou se parecessem com os homens, pois se dois sexos são bem insuficientes, considerando-se a vastidão e a variedade do mundo, como nos arranjariamos com apenas um? Não deveria a educação revelar e fortalecer as diferenças, e não as similaridades? Pois atribuímos às semelhanças um valor exagerado; se algum explorador voltasse e trouxesse notícias de outros sexos espiando por entre os galhos de outras árvores em outros céus, nada prestaria maior serviço à humanidade; teríamos, de quebra, o imenso prazer de ver o professor X sair apressadamente em busca de sua régua para provar-se "superior". (WOOLF, 1985, p.109.)

## 5.2 Agenciamentos coletivos ou da polifonia de uma enunciação

A polifonia do enunciado é o que nos leva a buscar, quanto às identidades, uma multiplicidade de expressões, de montagens e de desmontagens, levando-nos a reconsiderar a necessidade de situar a produção acadêmica dissidente quanto ao gênero na voz protagonista da mulher, ou de toda enunciação proveniente do lugar de um não-homem, que deveriam ser libertados de um sistema repressivo, para que a sua verdade possa se expor. Esse movimento irá compor com as concepções de Michel Foucault, quanto a uma produção histórica da sexualidade humana, que seria dispositivo de poder cuja estratégia fundamental é o “fato discursivo” ou a “colocação do sexo em discurso”:

[...] não é tanto saber o que dizer ao sexo, sim ou não, se formular-lhe interdições ou permissões [...], se policiar ou não as palavras empregadas para designá-lo; mas levar em consideração o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz. [...] Daí, enfim, o fato de o ponto importante não ser determinar se essas produções discursivas e esses efeitos de poder levam a formular a verdade do sexo ou, ao contrário, mentiras destinadas a ocultá-lo, mas revelar a “vontade de saber” que lhe serve ao mesmo tempo de suporte e instrumento (FOUCAULT, 2015, pp.16-17).

Não se trata de desconsiderar os procedimentos de interdição e tampouco as opressões que incidem sobre aqueles e aquelas a quem a posição enunciativa é interdita. Os procedimentos de interdição demarcam sobre quais objetos determinados sujeitos podem se pronunciar, ao mesmo tempo em que se recusa uma atividade enunciativa à sua (pré-dis)posição em outros campos de saber-poder. Em termos dos jogos de verdade, esses procedimentos concernem à distinção dos especialismos, quanto aos quais justamente se contrapõem as apostas de militância que se aliam por um lugar de fala, as quais se fundamentam nesse protagonismo dos sujeitos, na produção e autoria de discursos a respeito das vivências que referenciam pertencimentos identitários. Foucault (2003) nos propõe uma produção e um posicionamento na ordem do discurso que não seriam mais dessa propriedade enunciativa, mas de uma composição, de um aglomerado na enunciação, o que conversará com Guattari logo a seguir.

Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa (FOUCAULT, 2003, p.5).

O que pretendemos, portanto, não se trata de afirmar uma utopia de puro fluxo na produção dos discursos, como se partisse de um não-lugar e devesse alcançar daí uma (outra) harmonia de paz eterna, pelas vias da dissipação. Apostamos é que os contornos se admitam provisórios, como são transitórias as formas das sinergias que os compõem, formas essas que se configuram por meio de articulações e que funcionam pela cooperação e não pela homogeneidade, mas que ao mesmo tempo estão sempre se desfazendo.

A ênfase se transfere então, de uma relação de discursividade, que implica uma espacialização linear, o desdobramento de uma temporalização “enquadrada”, em direção a uma intensificação existencial, a afirmação da passagem de um tempo a um outro, de um *topos* a um outro (GUATTARI, 2006, p.74).

O lugar de fala, por conseguinte, desloca-se pelo espaço de um trânsito, veiculando-se como produções polifônicas que se propagam em multiplicidades expressivas, corrompendo-se a autoria, que se faz legião enunciativa e abdicando-se da privatividade e do intimismo de uma essência de significação. O que se assume, desse modo, é que não há qualquer enunciação isolada dos planos coletivos de expressão. Cabe-nos a disposição por mais ou menos sensibilidade ao contágio, por mais ou menos permeabilidade para as afetações.

Fundamentalmente, a questão da enunciação se encontra aí descentrada em relação à da individuação humana. Ela se torna correlativa não somente à emergência de uma lógica de intensidades não-discursivas, mas igualmente a uma incorporação-aglomeração pática (GUATTARI, 2006, p.34).

Dispomo-nos a essa interlocução que é *passagem*, que é transicional, que se posiciona, porém não como pertencimento. Desse modo, suspeitamos de uma certa cautela, a que associações do protagonismo ao lugar de fala nos conduz, porque limitam-se a uma autoria, a um ponto de origem, que é desse sujeito de enunciação. A constituição de domínios é produtora de privilégios tanto quanto de subalternidades. Fazer aderir as subalternidades a um certo domínio, ainda que visando a superação dos privilégios, é manter-se no mesmo circuito de engendramento da sua condição interdita. A fala que estamos afirmando é a que se faz na conversa entre *criadores*, e que são criadores de problemas, não de respostas, como nos diz Parnet (1998, p.34) sobre as referências de Deleuze, que não seriam tratados como autores ou *objetos de reconhecimento*. A cautela de que suspeitamos é a de uma recusa ao contágio que a *função-autor* faz persistir, e da qual nos desencaminhamos ao investirmos na expropriação dos domínios e assumirmos as estratégias das *funções criadoras*.

[...] usos não conformes do tipo rizoma e não mais árvore, que procedem por interseções, cruzamentos de linhas, pontos de encontro no meio: não há sujeito, mas agenciamentos coletivos de enunciação; não há especificidades, mas populações, música-escritura-ciências-audiovisual, com suas substituições, seus ecos, suas interferências de trabalho. O que um músico faz em um lugar servirá para um escritor em outra parte, um erudito faz domínios bem diferentes se moverem, um pintor tem sobressaltos com uma percussão: não são encontros entre domínios, pois cada domínio já é feito, em si mesmo, de tais encontros. Só há intermezzo, intermezzi, como focos de criação. É isso uma conversa e não uma conversação nem o debate pré-formado de especialistas entre si, tampouco uma interdisciplinariedade que se ordenaria em um projeto comum (PARNET, 1998, p. 38).

Entre criadores, a enunciação não se interdita por lugares, mas circula nas interferências do encontro. Como o corpo que se lança no mundo, as palavras se evadem desses significados íntimos que se prendem na garganta. Um jogo de palavras, é uma conversa. A conversa como instrumento de composição, e o jogo de palavras feito modo de invenção. Em 1973, assim se fez o encontro entre Chico Buarque e Gilberto Gil, na composição de *Cálice*<sup>36</sup>, buscando uma via de expressão que despistasse a censura do regime militar. Ainda assim, na ocasião, foram impedidos de apresentá-la ao público, e a música pôde ser executada somente em 1978, quando Milton Nascimento fez o dueto com Chico Buarque. O que se calava, então, além das imagens poéticas da canção? Calava-se a possibilidade de expressão em si, e o processo inventivo, que poderiam fazer proliferar oposição à interdição totalitária do regime ditatorial. Calava-se o espaço da divergência, sendo permitida uma única posição política e, portanto, um lugar de fala único, ao qual não cabia disputa, a não ser pela violência. Contudo, os ditos novos movimentos sociais já estavam reivindicando direitos e lugar ao sol, constituindo os discursos de minorias que entravam nas disputas sociais com suas pautas específicas, como vozes subalternas dentro das mobilizações pela liberdade democrática. Encontravam-se aí os *gays*, as lésbicas, as travestis, as pessoas negras e algumas correntes feministas.

A partir dos processos constituintes, desde as *Diretas Já* (1984), os grupos políticos, partidários ou não, voltaram-se à disputa por espaços de representatividade, confrontando-se ou aliando-se os atores sociais diversos que participaram da sua construção, ou que manifestaram-se nas ruas pela derrubada do regime. As violências e os silenciamentos seguem, seja pela impunidade dos apoiadores da ditadura, e de uma elite herdeira do

---

<sup>36</sup> *Gilberto Gil explica a música "Cálice"*. Nesse vídeo o músico conta sobre a criação e sobre a censura da canção. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8CnSiaP-jL4>

colonialismo que apoiou e sustentou o golpe, seja pela perpetuação de privilégios e de segregações operando até mesmo nos movimentos sociais de contestação, incluindo-se aqueles que foram incorporados às organizações não governamentais, aos partidos políticos e, ao longo dos anos, às políticas públicas estatais.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, esse lugar de fala, de um regime democrático, passa a ser garantido universalmente, como dignidade da pessoa humana, a todos os “sujeitos de direitos”, condição estendida a todo o “povo brasileiro”. No entanto, esse direito fundamental de livre expressão não é acessado com equidade entre as classes sociais, categorias profissionais, religiões, etnias e cores, gêneros e sexualidades. O lugar de fala não se restringe, portanto, a essa suposta permissão instituída. Constitui-se como posição enunciativa nos discursos, assumindo importância estratégica para ativismos e militâncias pelo regime de verdades em que opera, engendradas por relações de poder que constituem objetos, sujeitos e uma série de procedimentos que o produzem, assim como produzem os saberes e as instituições que o atravessam, e quanto aos quais agenciam-se suas implicações.

Imagem disponível em:

<http://veja.abril.com.br/educacao/enem-protestos-historicos-no-brasil-diretas-ja-impeachment-de-collor-e-atuais-manifestacoes/>



Desse modo, o discurso, assim como o poder, sendo produtor de interdições, autorizaria certas expressões refutando-se outras, para as quais seria deslegitimada a posição enunciadora. Trata-se de uma concepção fundamental quando a luta por direitos demanda disputas por espaços de representação. No entanto, que espaços seriam esses?

Para além dos espaços governamentais e de controle social, como secretarias e conselhos, ou na universidade em departamentos de curso e entidades estudantis, a representatividade busca a adesão de uma opinião pública, ou a visibilidade e o protagonismo nos espaços formadores de opinião. Desse modo, as mídias e redes sociais digitais, com a

ampliação do acesso à *internet*, são utilizadas como veículos alternativos à *massmedia*, promovendo descentralidade na produção de conteúdos. Se é possível dizer de uma popularização do uso de mídias sociais, seria por essa proliferação de vozes nas redes digitais

Para os ativismos minoritários, essa descentralização e conectividade possibilitou disseminar pautas, imagens, léxico e expressões culturais não hegemônicas. Contudo, a proliferação discursiva seria acompanhada pela capilarização do controle, de modo que o lugar de fala, como produção de conteúdos, não parece ter sido acompanhado por uma efetiva popularização do acesso aos meios produtivos, isto é, nesse caso, dos procedimentos que constituem os regimes de verdade, quanto aos quais a “opinião pública” seria apenas um de seus efeitos. Por outro lado, as mídias digitais e suas redes sociais, ao consolidarem-se como ferramentas para os ativismos, ao mesmo tempo transformam suas formas de expressão e modos de funcionamento. Portanto, a ênfase contemporânea quanto às questões indentitárias, especialmente no que se refere à visibilidade e ao lugar de fala, tem se colocado, mesmo nas pautas e ambientes *offline*, de uma forma *suigeneris*.

Movimentos de camadas populares agora dividem espaço com movimentos sociais de outras camadas, como a dos ambientalistas, das mulheres, dos *gays*. Tais movimentos não lutam por resultados tão calculados, como o dos operários; os movimentos da sociedade em rede são, essencialmente, de valores culturais e não têm um objetivo concreto em que o Estado possa intervir. São mobilizações que buscam maior visibilidade, identidade social e respeito perante o resto da população. Os ativistas desses movimentos sociais utilizam a *internet* para expandir suas ideias e alcançar mais adeptos às manifestações (CASSIANO, 2011, p. 13)

Certamente, podemos considerar que cada categoria, grupo ou classe social seriam melhor representados por uma forma apropriada de expressão dos interesses que se entendem em comum, o que implicaria afirmar um pertencimento identitário, a partir de um conhecimento empírico, vivencial. Contudo, a estratégia representacional remete a um agente de enunciação que se define por certa relação dualista, na qual a dialogia é restrita a uma permeabilidade em que as superfícies do contato seriam absolutamente inalteráveis, cabendo à transmissão inequívoca da mensagem todo o processo comunicacional, pelo qual o emissor detém a propriedade e, dito de outro modo, a autoria do discurso verdadeiro.

Por conseguinte, em tal regime de verdade há um circuito linear no qual os contornos do enunciado tem como início e causa um polo de enunciação, restando ao polo receptor uma posição assimiladora de conteúdos, meramente expectadora da informação, de modo que a

enunciação se daria de um ponto a outro, sempre verticalmente, apesar da suposta horizontalidade dialógica de uma alternância possível do sujeito da enunciação. Quando os ativismos minoritários promovem a articulação do lugar de fala ao conceito de protagonismo, afirmando-se a estratégia da visibilidade, situa-se o sujeito, enquanto agente de enunciação, em uma posição de liberação do discurso ou de um espaço social, cabendo à recepção o lugar da interdição. Nessa relação de desigualdade, o lugar de fala não apenas contextualiza os enunciados, mas faz da enunciação um objeto de disputa que circunscreve, define e delimita sujeitos políticos.

A problematização da ordem do discurso como apresentada por Foucault (2003, p.9), propõe, de outra forma, que a produção discursiva não se faça a partir da “tomada da palavra”, sendo antes “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos”, incluindo-se a interdição entre esses. O interesse se volta ao caráter produtivo do poder na constituição de discursos e de sujeitos. Desse modo, o “contexto”, que delimitaria o protagonismo no lugar de fala, desloca-se como a abertura à produção de sentidos múltiplos e não como código de validação e de enclausuramento da sua significação. Trata-se de ponderar que as interdições advêm de relações de poder que são positadoras mais do que repressivas, de modo que o discurso prolifera onde aparentemente pretende-se ocultar (FOUCAULT, 1988. p.22).

Ao buscarmos a heterogênesse nos discursos, isto é, a produção de diferença, vamos nos articular com os agenciamentos coletivos de enunciação da *Caosmose* de Guattari (2006), o que nos leva a exorbitar dessa ordem do discurso e das suas interdições, assim como da sua disciplinarização, processos discutidos por Foucault (2003). O descentramento da individuação, ou da expressividade individuada, nos insere em um plano de coemergências na enunciação, em que se fala com e não se diz sobre.

Por essa via, buscamos das narrativas as bordas dos discursos, onde os contornos se dissipam pela provisoriedade de suas linhas de composição, sendo vivenciados em “um desfiladeiro estreito como uma borda ou uma fronteira que vai fazer do conjunto uma multiplicidade, independentemente do número das partes” (DELEUZE, 1998, p.107). Nessas bordas, queremos assumir uma posição de luta: sendo necessário enfrentarmos “o fascismo que está em nós todos, que martela nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar esta coisa que nos domina e nos explora”(FOUCAULT, 1977).

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso.

Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 1981).

Essa posição implica-nos em buscar, nos saberes subalternos, não o salvo conduto absoluto de uma verdade vivencial, a ser liberada da dominação repressiva, o que direcionaria a pesquisa a posições dicotômicas em que inocentes sofreriam a incidência de um poder que deveria ser tomado a outrem. Buscamos, nas produções discursivas desses saberes, além do investimento repressivo que o poder possa efetuar, o seu caráter sobretudo produtivo – de práticas, de políticas, de sujeitos.

\*\*\*

Dessas linhas emaranhadas, foram circunscritos os problemas da presente pesquisa, os quais orbitam em torno de uma afirmação: a formação em psicologia, quanto a (contra)sexualidades e gêneros dissidentes, tem nos convocado a estratégias mais explícitas de integração ao currículo formal, em qualquer das ênfases e habilitações que a graduação possa ter. Não pretendemos assumir ou reforçar uma perspectiva estrita da transmissão de conteúdos, numa concepção capacitista. Trata-se de produzir conhecimentos a partir de dispositivos de saber-poder que afirmem a desconstrução da heteronormatividade e dos pressupostos teóricos da heterossexualidade compulsória. Portanto, ao considerarmos que toda afirmação teórico-metodológica emerge de um plano ético-estético-político, inerente à produção de saberes, investimos na construção coletiva de conhecimento, apostando em percursos curriculares que promovam coalizões dissidentes e que façam funcionar outros modos de saberes-poderes, não apenas pela assimilação de ativismos e coletivos como se fossem conteúdos extra-acadêmicos. Dessa forma, propomos que os dispositivos sexualidade e gênero sejam operados transversalmente, o que não justifica a omissão quanto a conteúdos programáticos, que tem por efeito a reprodução de uma hierarquização nos currículos, em detrimento dos modos e conteúdos tradicionalmente preteridos ou silenciados nas formas hegemônicas de produzir conhecimento. Apesar de apostarmos na transversalidade como estratégia que venha a dissolver as fragmentações disciplinares, não podemos abandonar os currículos formais como campo de lutas.

Por essas vias da disciplinarização e dos especialismos, ao manter-se a sexualidade enquanto objeto de alguns domínios teóricos e, visto que as reformas curriculares em psicologia atenderam a tais parâmetros ora considerados, ocorre que a transversalidade, como

estratégia inter ou contradisciplinar na produção de conhecimento, fica mais a depender de ativismos e movimentos sociais que ainda se situam como vivências extra-acadêmicas, subalternizadas pela égide do “senso comum”. Os temas associados às suas lutas e pautas permanecem delimitados ora na objetificação pelos debates conceituais, e não como ferramentas dessas produções, ora no salvo conduto da veracidade de um vivido, que estaria apartado de qualquer “referencial teórico” – ambas as condições atravessadas pela cisão teoria-prática ou erudito-popular, entre séries intermináveis de outras, todas referendadas por paradigmas binários, nos quais não se encontra vias de deslocamento dos pólos hegemônicos, restando ao pólo minoritário movimentos e contraposições em que se arriscam à própria dissolução.

Contudo, ao produzirem resistências que não se eximem da tarefa de colocar em discussão as suas práticas e táticas na universidade, inclusive nas relações de forças com as produções acadêmicas, os coletivos como Filhas de Gaia, ainda que se dissolvam, porque duram o tempo e o espaço da sua auto-organização, intervêm na naturalização e na sacralização dos conceitos e paradigmas dos quais nos utilizamos como atestados de boa vontade em relação a essas lutas, mas que nem sempre estamos dispostos a ceder quando se denuncia a desqualificação que produzem em relação a saberes outros. Embora muitos desses conceitos tenham coemergido nos levantes libertários de décadas atrás e, apesar das normativas conquistadas por essas coletividades e atos contestatórios, todo esse arcabouço edificado ou imiscuído nas formações e atuações profissionais em psicologia não nos garantem de uma vez por todas como aliadas e aliados de qualquer luta contra opressões, explorações e outros termos que se refiram a condições e práticas hegemônicas.

Dessa forma, quanto aos binarismos de gênero e ao falocentrismo patriarcal do pensamento heteronormativo, percebemos que os currículos em psicologia seguem como instrumentos da sua naturalização e de transmissão verticalizada, o que não se refere apenas a conteúdos e desenhos formais disciplinares, mas especialmente aos cotidianos dos processos formativos, inclusive sendo utilizados argumentos de produções acadêmicas contrahegemônicas para justificar a adesão a uma posição de privilégio ou para comprovar, como se fosse possível e necessário, que não se tem apego a esse lugar. Assim é que as ações das Filhas de Gaia contra a invisibilização do machismo no curso de psicologia e contra assédios e violências no *campus*, tiveram nesse texto muito afeto das amigadas, mas também esses analisadores fundamentais para esse trânsito, para esse encontro no meio, entre o dentro e o fora do desenho curricular, produzindo-se *foradentro*, chegando às práticas cotidianas que se inventam formação e fluxo na graduação.

Entretanto, não são de respostas as conversas feitas entre nós, mas de problemas que se ousam fazer, ainda que pareçam óbvios, ou que pareçam disparatados, porque é dessas ousadias, e não das “profundidades” que se desvelam, é que se engendram os analisadores. Nesse sentido, apesar de muito que se diga dos contrastes entre a letra das normas e da rigidez das formas dos currículos e das orientações profissionais, em relação ao que é praticado e vivido, seja quanto a defesa dos modos disciplinares ou seja pela sua desconstrução, também é comum que essa compreensão de uma não correspondência reafirme essa distância como um paralelismo intransponível.

Há uma mobilização, é inegável, em diversos campos acadêmicos e científicos, inclusive na biologia, na psiquiatria e na psicanálise, no que diz respeito à despatologização das dissidências sexuais e de gênero e ao reconhecimento do discurso do próprio sujeito sobre si. Porém, os currículos preconizados e praticados nos cursos de graduação em psicologia, insistem na reprodução de discursos vulnerabilizantes das sexualidades e gêneros dissidentes, ou que neutralizam essas experiências pela meritocracia assimilatória. Esses discursos, da vulnerabilidade e da patologização ou da assimilação, produzem terreno aberto às práticas profissionais baseadas e justificadas em conservadorismos religiosos e outros moralismos hegemônicos que, pela via de um senso comum, legitimado por uma noção de “maioria” que se arroga unânime, ou por alinhamentos bastante duvidosos, mas devidamente legitimados, a pressupostos acadêmicos signatários de certa ordem e progresso no conhecimento.

Vulnerabilidade, patologia e assimilação são os pré-requisitos da universalidade de acesso que o reconhecimento meritocrático condiciona ao ingresso e à autoria nos discursos acadêmicos. Formas e estratégias de um ajustamento, que se incide compulsório, às tradições de pensamento das quais as dissidências e subalternidades foram historicamente destituídos de enunciação. Devemos ressaltar novamente, todavia, que esses processos estão menos associados a um poder repressivo, a interdições e supressões do que gostaríamos de afirmar. A permissão do acesso, desse modo circunscrita, é estratégia de um poder produtivo, que legitima e autoriza, ao mesmo tempo em que delimita o que pode e como pode ser dito, designando práticas e modos de subjetivação bastante específicos em conformidade ao lugar de saber hegemônico. Este processo, que é de apropriação dos modos de produzir conhecimento, foi descrito por Lapassade ao referir-se a uma *pedagogia burocrática*. A burocracia é definida pelo autor como forma de apropriação da coletividade:

O burocrata sabe perfeitamente que a verdadeira riqueza, a que nos traz segurança, conforto, prosperidade, independência não consiste – ou não consiste mais como consistia antigamente – na fortuna em dinheiro colocada

no banco, nos bens móveis ou imóveis, no “capital”, mas no trabalho da coletividade, na competência dos outros, nos instrumentos coletivos de produção. O problema é tomar conta desse conjunto, controlando-o, fazendo-o servir em proveito próprio (LAPASSADE, 1977, p.202-203).

Essa concepção aborda um poder que opera no “fazer trabalhar”, um poder conforme o qual a coletividade deve ser controlada e dirigida por administradores vinculados a essa posição por uma “demonstração de conhecimentos – ou seja, pela justificação em termos de uma formação que se considera como própria a tornar uma pessoa apta ao desempenho de funções de direção” (LAPASSADE, 1977, p. 204). Lapassade afirma que esse sistema de dominação é sustentado pelas instituições, as quais relaciona com uma autoridade garantida pela exibição de diplomas, convergindo com a concepção de poder disciplinar em Foucault.

Dessa forma, a produção de discursos que buscamos junto aos feminismos e a uma crítica feminista da ciência, será a do exercício de descolonização do pensamento, e de destituição dessa autoridade na administração e na apropriação do conhecimento, pela qual temos sido compelidas a uma universalidade assimilatória. Além disso, o que nos convoca como praticantes dos currículos são os deslocamentos na afirmação de um *ethos* entre as dissidências da heteronormatividade, enquanto marco epistêmico na formação em psicologia. Buscamos, portanto, colocar em questão os modos normalizadores de intervenção junto a essas práticas dissidentes. Nesse sentido, a proposição de grades curriculares, com suas ementas e conteúdos disciplinarizados, poderia nos conduzir a protocolos formativos, mas essa rigidez já está dada e não se garante, sendo atravessados, a todo tempo, por tensionamentos que equivocam qualquer projeto de modelização. Felizmente, não são essas garantias de capacitação que nos importam, mas o *espaçotempo* para o estranhamento e problematização dessas formas de conhecimento, do que elas produzem nos modos de vida e do que elas deixam morrer. A partir dessa aposta, será por antropofagia que constituiremos esse espaço de descolonização nos discursos e regimes de verdade? Poderemos, por essa pesquisa dizer?

\*\*\*

A imagem das ondas, no percurso do feminismo, fez escapar dessa narrativa a indeterminação plural de um sujeito da enunciação em primeira pessoa. Não se pretendeu que viesse a constituir, no entanto, a individuação ou o intimismo de um lugar de fala, apesar dos relatos biográficos e da inspiração por um fluxo de consciência. Desse tempo de uma vida, ou

fluxo de consciência, Virginia Woolf compõe uma narrativa de quatro séculos, em *Orlando*, a narradora de um só dia, em *Mrs. Dalloway*, e a narrativa de uma geração, em quatro décadas, no seu último livro, *Os Anos* (BIVAR, 2011, p. 10). A esse modo de escrita que nos dispomos, quando nos coube nessa dissertação, transicionando entre a estética argumentativa e a literária, em articulação com Virginia Woolf como uma das precursoras e também uma das primeiras críticas da escrita de enunciação feminina. Essas narrativas se fazem por enredamentos com as muitas vozes que conversam nas memórias que evocam um tempo vivido, mas também a passagem por tudo que o excede, pois essa é a temporalidade da consciência, de uma finitude, que é tão ínfima em suas formas, mas que é imensurável nas intensidades, onde são virtualmente infinitas as possibilidades de conexão. Seria a forma narrativa de Virginia Woolf uma proposta de integridade para além do sexo, como ela dizia, ou do gênero, como hoje dizemos?



Androginia da personagem de Virginia Woolf, em *Orlando* (1928). Imagens do filme homônimo (1992). A personagem que dá nome à obra, atravessa mais de três séculos fazendo a transição do masculino ao feminino. Imagem disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/17310779793993939/>



Imagem disponível em: <http://www.almanaqueliterario.com/orlando-de-virginia-woolf>

A questão de Virginia Woolf, desse modo, poderia vir a ser, tantas décadas depois, se as escritas de uma generificação que é descolonizada e feminista poderão aparecer marcadas em corpos e em narrativas que não se restringem à articulação das palavras de uma mulher ou de um lugar de fala feminino, o que pensamos junto à crítica ao sujeito do feminismo que encontramos em Butler e na sua proposta de subversão da identidade, chegando a outros modos de enunciação. Dos códigos de pertencimento e de seus processos identificatórios, atravessamos as descontinuidades, na condição de passagem, desviantes das assimilações, onde encontramos as identidades não mais como fronteira estática, mas como um território em trânsito, através do qual nos aliançamos por contágio, por disseminação.

Nos agenciamentos coletivos de enunciação, temos a aposta em posicionamentos discursivos, relações de forças e, enfim, práticas curriculares e narratividades que fazem transicionar as identidades, que se performatizam contaminadas, equivocadas, porque se produzem nos fluxos de um rizoma. Tais agenciamentos são desantropomórficos da autoria e, desse modo, desmancham qualquer totalidade ou universalidade subjetiva, na heterogênesse que emerge “no cruzamento de inúmeros vetores de subjetivação parcial” (GUATTARI, 1992, p.127) – seus componentes maquínicos, animais, incorporais, aglomerados às instâncias humanas.

Recusar a reapropriação do lugar de fala e fazer desse espaço um terreno baldio. É de uma expropriação reversa que se trata a estratégia de corrosão dessa política do seqüestro e do amordaçamento que o conhecimento e a verdade de um sujeito universal nos legaram, legitimados pela constituição das disciplinas. Desse modo, o feminismo de que podemos nos aliançar não se propõe a uma igualdade humanitária, mas a um animalismo, como afirma Preciado (2014).

O feminismo é um animalismo. Dito de outro modo, o animalismo é um feminismo dilatado e não antropocêntrico. Não foram o motor a vapor, a imprensa ou a guilhotina as primeiras máquinas da Revolução Industrial, mas sim o escravo trabalhador da lavoura, a trabalhadora do sexo e reprodutora, e os animais. As primeiras máquinas da Revolução Industrial foram máquinas vivas. Assim, o humanismo inventou um outro corpo que chamou de humano: um corpo soberano, branco, heterossexual, saudável, seminal. (...) Liberdade, igualdade, fraternidade. O animalismo revela as raízes coloniais e patriarcais dos princípios universais do humanismo europeu. O regime de escravidão, e depois o regime do trabalho assalariado, aparece como o fundamento da liberdade dos “homens modernos” (...). O Renascimento, o Iluminismo, o milagre da revolução industrial repousam, portanto, sobre a redução de escravos e mulheres à condição de animais e sobre a redução dos três (escravos, mulheres e animais) à condição de máquinas (re-) produtivas (PRECIADO, 2014).

São as condições de produção subjetiva que nos importam descolonizar e, desse modo, descentrar do antropomorfismo patriarcal, o que nos leva a afirmar a produção de conhecimento e as performances de gênero como instrumentos de dissolução da propriedade privada e do privatismo da fala. Cientes, porém, de que todo esse vocabulário e argumentos têm berço nas referências de muitas autorias branco-europeias ou mesmo norte-americanas, de uma colônia que sempre esteve mais próxima do império do que de subalternos, precisamos ainda avançar por dois pontos dessas análises, dessas implicações. Primeiro quanto a esse berço, que situaria a latitude de um polo dominante, onde necessariamente só poderíamos encontrar discurso hegemônico. Sabemos que a homogeneidade desses locais, assim como a coesão interna que se atribui a suas produções hegemônicas, sempre foram de uma ilusão de totalidade. Ilusões e hegemonias que foram denunciadas e contestadas pelos movimentos político-culturais que, na segunda metade do século XX, viraram a Europa, os EUA e os costumes ocidentais pelo avesso, e os quais foram vivenciados e não apenas “teorizados” por esses autores/criadores aos quais nos articulamos.

Reconhecer a história de seqüestro do pensamento, da sua colonização, leva-nos a afirmar que todo e qualquer conhecimento produzido deve herança aos povos dominados. No entanto, não há como reverter essa desapropriação ao estado de uma essência selvagem, a uma pura natureza que nos resgataria essa identidade primordial, como o caldo darwinista da origem das espécies, no instante da diferenciação primitiva de uma forma de vida. O deslocamento reverso que podemos buscar é o da expropriação da condição de propriedade nos meios e modos de produção do conhecimento. Como incitar e disparar essa reversão? O que encontraremos nesse deslocamento?

### **5.3 Expropriações antropófagas e involuções heterotópicas**

Os modernos encontraram a antropofagia e, por essa metáfora utópica, uma via de crítica que se volta a um colonialismo passado, projetando-se no horizonte um primitivismo matriarcal idealizado a se libertar da repressão civilizatória. Ainda se trata de uma oposição natureza-cultura, tendo por referente a forma de um modelo cultural europeu, como síntese dialética da deglutição mútua. Por esse modelo da síntese, apesar da contestação à dominância colonizadora, a antropofagia modernista, como produto nacional para exportação, não deixa de alimentar o mito de uma reciprocidade possível no encontro colonial.

O matriarcado evocado é o de uma ancestralidade freudiana, do ideário de um judeu ateu que jamais presenciou os seios nus de uma mulher tupiniquim ou guarani. Do útero fértil desse matriarcado ideal, pelas núpcias imaginárias entre o psicanalista austríaco e a brasilidade de uma poética modernista, nasce o desejo de uma vanguarda popular brasileira, que vai gerar filhos bastardos do samba, devorando os gametas da contracultura norte-americana e européia. A Tropicália é feminina nos gestos de Caetano, na pele de Bethânia, no super-homem de Gil, nos cabelos de Rita Lee e nos gritos de Gal. Os Novos Baianos são femininos, apesar do artigo mal escolhido, no seu comunitarismo prolífico, como um útero que só aceita parir belezas disformes. São expropriações de encontros coloniais, digeridas ao avesso, na superfície que emerge.

Fomos saqueadas e muito de nós foi dizimado. No entanto, acreditar que essas vozes subalternas estejam ausentes nas produções dos impérios coloniais, é o mesmo que supor que tenham sido absolutamente subjugadas e exterminadas, o que nos recusamos a engolir, por antropofagia ou não. Ou por acaso a cultura européia e seus herdeiros mais diretos, os norte-americanos, são de fato consciências iluminadas capazes de inventar por conta própria toda a

história que nos contam? Prefiro acreditar que tudo isso pertence às colônias tanto quanto aos colonizadores. Ou melhor, que pertencem a espaços outros e que, muitas vezes, a nada pertencem, porque se fazem no avesso, porque se *involuem*, como nos conta Deleuze (1995).

Buscando esse movimento involutivo, que se subtrai da totalidade, intencionamos encontrar os processos de descolonização dos saberes, nesse sentido o interesse nas bordas, nas fronteiras por onde se conectam esses elementos dispersos de uma composição narrativa. A perspectiva é a de um ritmo, de movimentos, a montagem de um quadro narrativo que é feito da sobreposição de imagens, efeito de tensionamento dos seus contornos. São olhares diversos que não intencionam a reprodução de um enquadramento real, de linhas e formas reconhecíveis por uma primeira pessoa que se transparece. São opacidades que se interseccionam em uma duração, na espacialidade que se apreende por estranhamentos e não por identificações. Narrativas heterotópicas, ou heterotopias que se narram.

Atores humanos e inumanos descartados pelo quadro normalizado, que se colocam à margem ou que se deslocam, se dissipam, se confrontam por esses lugares. Sacralizamos espaços por oposições binárias, como privado-público, íntimo-social, lazer-trabalho, acadêmico-vulgar, teórico-prático. Dessa sacralidade, evadimo-nos por outra, por sua via negativa, isto é, das polaridades que se opõem, passamos aos arranjos harmônicos das utopias, e também às suas antíteses distópicas. Há narrativas, porém, que se situam em seus limites, que se desviam, para os espaços outros.

A heterotopia se contrapõe à utopia no sentido de que a utopia seria o lugar do não-lugar, que perpassa todos os outros, como esse espaço irreal das harmonias infinitas. A heterotopia é o espaço concreto de diferentes lugares, de espaços outros que se justapõem por contestações, fragmentações, inversões e conflitos (VALVERDE, 2009, p.11). As distopias também não se confundem com os espaços heterotópicos, sendo idealizadas como representação de um estado de extrema degradação moral, sendo a polaridade negativa que constitui binarismo em relação à benevolência utópica. Heterotopias são localizáveis, mas não constituem arranjo coeso – “marcado por superposições de espacialidades e por dinâmicas competitivas que se sucedem” (VALVERDE, 2009, p.11) ... “esse tipo de espaço causaria uma sensação de desconforto a todos aqueles que o vivenciam” (p.12).

As heterotopias geram inquietações (...) porque elas minam secretamente a linguagem, porque elas impedem a nomeação disto ou daquilo, porque elas quebram os nomes comuns ou os misturam desordenadamente, porque elas arruinam antes de tudo a “sintaxe”, e não apenas aquela que constrói as frases - mas sim aquela (...) que “mantém em conjunto” (...) as palavras e as coisas (FOULCAULT, 1999, p. 09).

Das heterotopias se compõem as narrativas a n-1, que é a fórmula de um rizoma. A composição rizomática não é somatória porque incide e emerge nas conexões, nos fluxos que transitam. Referem-se e são referidas a sujeitos que não podem ser generificados em absoluto, indiscerníveis pelo sistema binário que situa no feminino o lugar de um não-homem, como um negativo que é posição a ser dominada, que é domínio do inumano, do incivilizado. Esse é o lugar de um não-homem, junto ao qual não virá o conforto de um pertencimento do qual nos caiba apropriadamente enunciar. Das enunciações, melhor que esperemos lugares equívocos, em meio aos hibridismos necessários para recusarmos os fascismos que há em nós – estes que nos levam a fazer do contato com as fronteiras um movimento de extermínio.

Aos modos em que transicionam as sexualidades e gêneros dissidentes, que se desviam da normalização de subjetividades, afirmando-se nas performatividades e desfazendo-se dos mapas que oprimem os traços e trajetos de seus corpos, cartografamos a performance dessa composição narrativa, nas dissidências quanto à sua disciplinariedade. Das identidades e disciplinas interessaram-nos esse fluxo, esse trânsito que imediatamente as precedem na velocidade de sua constituição – nessa passagem aos rizomas, que atravessam-se por suas formas, transversalmente.

Seguimos a erosão dessas superfícies de contato, supostas lisas, mas nada homogêneas. E nesses atritos é que nos abraçamos, na forma dos corpos que profanamos, como esponjas no caos, que absorvem o meio por onde se desmancham.

Mas eu não quero ser senão eterno.  
Que os séculos apodreçam e não reste mais do que uma essência  
ou nem isso.  
E que eu desapareça mas fique este chão varrido onde pousou uma sombra  
e que não fique o chão nem fique a sombra  
mas que a precisão urgente de ser eterno bóie como uma esponja no caos  
e entre oceanos de nada  
gere um ritmo.

*Eterno*<sup>37</sup>

(Carlos Drummond de Andrade)

---

<sup>37</sup>Disponível na íntegra em: <http://www.algumapoesia.com.br/drummond/drummond13.htm>

## Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das letras, 2014.
- ALMODÓVAR, Pedro. **A pele que habito**. Espanha, 2011.
- ALVES, N. **Nilda Alves: praticantepensante de cotidianos**. Orgs. Alexandre Garcia, Inês Barbosa de Oliveira; textos selecionados de Nilda Alves. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- ALVES, Nilda. **Currículos e pesquisas com os cotidianos**. In: FERRAÇO, Carlos Eduardo; CARVALHO, Janete M. (Orgs.). Currículos, pesquisas, conhecimentos e produção de subjetividades. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Vitória, ES: Nupec / UFES, 2012.
- ANDRADE, O. **Manifesto Antropófago**. Revista de Antropofagia, Ano I, No. I, maio de 1928.  
<http://www.ufrgs.br/cdrom/oandrade/oandrade.pdf>
- BAPTISTA, Luiz Antonio. **A atriz, o padre e a psicanalista – os amoladores de facas**. In: Cidade dos sábios. São Paulo: Summus. 1999. Disponível em: <http://www.slab.uff.br/index.php/producao/8-noticias/49-luisantoniobaptistatextos>
- BARROS, Laura Pozzana de.; KASTRUP, Virginia. **Cartografar é acompanhar processos**. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliana da.; Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- BARROSO, C. L. M.; MELLO, G. N. **O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro**. Cadernos de Pesquisa/15. Fundação Carlos Chagas, 1975, pp. 47-77.
- BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo 1: Fatos e Mitos**. 4ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970 (pp. 7-23).
- \_\_\_\_\_. **O Segundo Sexo 2: A Experiência Vivida**. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967 (pp. 7- 65).
- BENJAMIN, W. **O narrador**. Em: \_\_\_\_\_ Magia e Técnica, Arte e Política. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, pp. 197-222
- BERNABÉ, M.F.; CASTELLO N. F. V.; ROSEIRO, M. C. **Sexualidades e gênero na psicologia: ativismos formativos e tensionamentos curriculares**. In: RODRIGUES, Alexsandro; MONZELI, Gustavo; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva (Orgs.). A política no corpo: gênero e sexualidade em disputa. Vitória: EDUFES, 2016.
- Bichas, o documentário**. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=0cik7j-0cVU](http://www.youtube.com/watch?v=0cik7j-0cVU). Acesso em: 09 de agosto de 2016
- BIVAR, Antônio. **Prefácio**. In: WOOLF, Virginia. Os anos. São Paulo: Novo Século Editora, 2011.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.

\_\_\_\_\_. **Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.

\_\_\_\_\_. **Relatar a Si Mesmo: Crítica da Violência Ética.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015c.

\_\_\_\_\_. **Sem medo de fazer gênero.** *Folha de São Paulo*, 20 set. 2015b. Entrevista concedida a Úrsula Passos. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/233613-sem-medo-de-fazer-genero.shtml> (acesso em setembro, 2015).

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado 1988.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009 (6ª ed. rev.).

CASSIANO, Adriele M. **Ativismo a partir das redes sociais.** CELACC / ECA-USP, 2011. Disponível em: <http://200.144.182.130/celacc/sites/default/files/media/tcc/426-1204-1-PB.pdf>

COLETIVO ACADÊMICO LIVRE PSI.UFES. **Carta aberta ao curso de psicologia, 18 de outubro de 2006.** Disponível em: <http://psicologiaufes.blogspot.com.br/> (acesso em fevereiro, 2016).

COLLING, L. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer.** Salvador: EDUFBA, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 001/99, de 22 de março de 1999.** Brasília, 22 mar. 1999.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação.** PARECER N.º: CNE/CES 67/2003. Brasília, 11 mar. 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0067.pdf> (acesso em fevereiro, 2016).

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia.** Resolução nº 8 de 07 de maio de 2004. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces08\\_04.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces08_04.pdf) (acesso em fevereiro, 2016).

CRUZ, Fernanda. **Quase 60% das faculdades incluem sexualidade e gênero na formação de professores.** *Agência Brasil*, 26 nov. 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-11/quase-60-das-faculdades-incluem-sexualidade-e-genero-na-formacao-de>. Acesso em 21 fev. 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Introdução: Rizoma.** Em: \_\_\_\_\_, *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia.* Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995

DELEUZE, G. **Políticas**. In: DELEUZE, G.; PARNET, C. Diálogos . São Paulo: Escuta, 1998.

\_\_\_\_\_. **Controle e devir**. In: DELEUZE, G. Conversações. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong**. São Paulo: n-1 edições, 2016.

FACCHINI, Regina. **Histórico da luta de LGBT no Brasil**. Em: Conselho Regional de Psicologia SP. Disponível em:  
[http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos\\_tematicos/11/frames/fr\\_historico.aspx](http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_historico.aspx) (acesso em abril, 2016).

FERRAÇO, Carlos Eduardo; NUNES, Kezia R. **Currículos, culturas e cotidianos escolares: afirmando a complexidade e a diferença nas redes de conhecimentos dos sujeitos praticantes**. In: FERRAÇO, Carlos Eduardo; CARVALHO, Janete M. (Orgs.). Currículos, pesquisas, conhecimentos e produção de subjetividades. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Vitória, ES: Nupec / UFES, 2012.

FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva; ROSEIRO, Maria Carolina F. B.; SANTIAGO, Anderson Cacilhas. **Do lugar de que se fala: territorialidades discursivas sobre gênero e sexo nas redes**. In: RODRIGUES, Alexsandro; MONZELI, Gustavo; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva (Orgs.). A política no corpo: gênero e sexualidade em disputa. Vitória: EDUFES, 2016.

FERREIRA, Sérgio Rodrigo. **A boa bicha e outros contos**. Vitória, ES: Pedregulho, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 48. reimp. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

**Frameline Voices - Pay it No Mind: The Life and Times of Marsha P. Johnson**. Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bo0nYv9QIj4>

FOUCAULT, M. *Preface*. In: Gilles Deleuze e Félix Guattari. **Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia**. New York: Viking Press, 1977, pp. XI-XIV. Traduzido por Wanderson Flor do Nascimento. Revisado e formatado por Alfredo Veiga-Neto.

\_\_\_\_\_. **Os intelectuais e o poder** – conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

\_\_\_\_\_. **Ditos & escritos. Ética, Sexualidade, Política**. Vol. V. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. 9ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber.** 2ª ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2012.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976).** 1ª ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999 (pp. 3-26 e pp. 285-315).

\_\_\_\_\_. **O corpo utópico, as heterotopias;** posfácio de Daniel Defert. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FREUD, Sigmund. **Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade, 1905.** In: \_\_\_\_\_ Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 7. Rio de Janeiro: Imago, 2006, p. 119-217.

GALLO, Sílvio. **Transversalidade e educação: pensando uma educação não-disciplinar.** In: ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite (orgs.) *O Sentido da Escola.* Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GARBUS, Liz. **What happened, miss Simone?** Estados Unidos. 2015.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigmaestético.** São Paulo: Editora 34, 1992.

HECKERT, A. L. C.; PASSOS, E. **Pesquisa-intervenção como método, a formação como intervenção.** In: BARROS, M. E. B.; CARVALHO, S.; FERIGATO, S. (Orgs.). *Conexões: saúde coletiva e políticas da subjetividade.* São Paulo: HUCITEC, 2009.

HOFF, Miriam Schifferli. **A proposta de diretrizes curriculares para os cursos de psicologia: uma perspectiva de avanços?** *Psicologia: Ciência e profissão*, v. 19, n. 13, p. 12-31, 1999.

HORMANN, Sherry. **Flor do deserto.** Reino Unido, 2009.

INFORMATIVO ACADÊMICO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL EM PSICOLOGIA DA UFES: JORNAL PSICOTÓPICOS. Ano 6, edição 1, mar./abr., 2011. Disponível em: <https://petpsicologiaufes.files.wordpress.com/2011/03/jornal-psicote3b3picos.pdf> (acesso em fevereiro, 2016).

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero : conceitos eternos.** Brasília, 2012.

Disponível em: <https://www.sertao.ufg.br/> (acesso em fevereiro, 2017).

KASTRUP, Virginia. **O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo.** In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliana da.; *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.* Porto Alegre: Sulina, 2009.

LAPASSADE, G. **Para uma pedagogia institucional.** In: *Grupos, organizações e instituições.* Rio de Janeiro: F. Alvez, 1977, pp. 200-223.

LATOURETTE, Bruno. **Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência.** *Objectos impuros: experiências em estudos sobre a ciência.* Orgs. João Arriscado Nunes e Ricardo Roque. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 2008.

\_\_\_\_\_. **Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático).** Cadernos de Campo, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

LHULLIER, Louise Amaral. **Especialista crítica invisibilidade da sexualidade na formação das psicólogas brasileiras.** 23 nov. 2014. Entrevista concedida ao IV Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão. Disponível em: <http://www.cienciaeprofissao.com.br/especialista-critica-invisibilidade-da-sexualidade-na-formacao-das-psicologas-brasileiras/>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2016.

LIBLIK, Carmem Sílvia da F. K. **A contrassexualidade como superação das dicotomias de gênero e sexo.** In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 24(2): 653-656, maio-agosto/2016.

LOURAU, R. **Pequeno Manual de Análise Institucional**. In: ALTOÉ, S. (Org.) **René Lourau: analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação.** *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

MARTINS, Ana Paula A. **O Sujeito “nas ondas” do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade.** In: *Revista Café com Sociologia*, v. 4, n. 1, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/443> (acesso em maio, 2016).

MELO, Rogério Amador de; BARRETO, Danielle Jardim. **Formação em Psicologia e o lugar da diferença de gênero nos saberes instituídos.** *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 10, n. 2, p. 51-56.

MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização.** In: *Sociologias*, Porto Alegre: ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes curriculares nacionais da educação básica.** Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

MOITA, F. M. G. S. C.; ANDRADE, F. C. B. **Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação.** In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 41, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a06.pdf> (acesso em março, 2016).

MORAES, Maria Lygia Q. **Militância libertária – Herdeiras da luta contra a ditadura, feministas conquistaram avanços com a redemocratização do país.** In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*: Dossiê Feminismos, Ano 10, nº 113, fev. 2015.

MOREIRA, M. F. **Em torno da literatura engajada: Sartre e o debate estético.** Brasília, 2012. Disponível em: [http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4033/1/2012\\_MayaraFrancaMoreira.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4033/1/2012_MayaraFrancaMoreira.pdf) (acesso em abril, 2016).

OLIVEIRA, E. A. **Conhecimento feminista nas universidades brasileiras: um ponto de vista descolonial**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em:

[http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384779729\\_ARQUIVO\\_ElismenniaAparecidaOliveira.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384779729_ARQUIVO_ElismenniaAparecidaOliveira.pdf) (acesso em novembro, 2015).

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, p.17-31, 2009.

PORCHAT, Patricia. **A noção de gênero como operadora conceitual na clínica psicológica**. Em: Conselho Federal de Psicologia, *Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos*. Brasília: CFP. 2011.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP / Editora 34, 2013 (3ªed.).

PRATES, V. **Entre formigas e estrelas**.Galaxia. (São Paulo, Online), n. 25, p. 206-210, jun. 2013. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/gal/v13n25/v13n25a17.pdf> (acesso em abril, 2016).

PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

\_\_\_\_\_. **O feminismo não é um humanismo**. Disponível em:

<<http://www.opovo.com.br/app/colunas/filosofiapop/2014/11/24/noticiasfilosofiapop,3352134/o-feminismo-nao-e-umhumanismo.shtml>>. Acesso em: 05 de fev. 2017.

QUEIROZ, D. M. **Mulheres no ensino superior no Brasil**.Disponível em:[http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt\\_03\\_01.pdf](http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt_03_01.pdf)

RAMOS, Francine. **Resenha do livro As Ondas (Virginia Woolf) escrita por Caio F. Abreu**. Publicada na Revista Veja, em 21 de janeiro de 1981. In: Livro e Café, 2013. Disponível em:<http://livrocafe.com/2013/09/19/resenha-do-livro-as-ondas-virginia-woolf-escrita-por-caio-f-abreu/> (acesso em maio, 2016).

**Rede Internacional pela Despatologização Trans**(2012). Manifesto. Disponível em: <http://www.stp2012.info/old/pt/manifesto>

RODOVALHO, Amara Moira. **O cis pelo trans**. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2017, vol.25, n.1 Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2017000100365&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000100365&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0104-026X. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p365>.

RODRIGUES, Alexsandro; DALLAPICULA, Catarina; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da S. **Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação**. Vitória: EDUFES, 2015.

**Rupaul's Drag Race Dublado S07E01**. Disponível em:[www.youtube.com/watch?v=KLG\\_m1GIqIo](http://www.youtube.com/watch?v=KLG_m1GIqIo). Acesso em: 04 de agosto de 2016.

SARTRE, J. P. **O que é literatura?** 3ª ed. São Paulo: Ática, 2004.

SILVA, Tomaz. Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

**Stonewall Veterans Talk About the Night That Changed The World - Stonewall: Profiles of Pride.** Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2nFxpQG7nBQ>

TEDESCO, S.; SADE, C.; CALIMAN, L A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. **Fractal, Revista de Psicologia**, v.25, n.2, p.299-323, maio/ago.2013.

**We should all be feminists | Chimamanda Ngozi Adichie | TEDxEuston.** Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=hg3umXU\\_qWc](http://www.youtube.com/watch?v=hg3umXU_qWc). Acesso em: 08 de agosto de 2016.

WITTIG, Monique. **O pensamento hetero.** Texto lido na Modern Language Association Convention, New York, em 1978. Publicação de 1980. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/134062/Wittig,+Monique+O+pensamento+Hetero+pdf.pdf> (acesso em abril, 2016).

WOOLF, V. **Um teto todo seu.** São Paulo: Ed. Nova Fronteira, 1985.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia: Reestruturação Curricular do Curso de Graduação em Psicologia, 2008 (correções em 2012-2014).** Disponível em: <http://www.psicologia.ufes.br/sites/psicologia.ufes.br/files/field/anexo/ppcversaoooficialmec.pdf> (acesso em fevereiro, 2016).

VALVERDE, R.R.H.F. **Sobre espaço público e heterotopia.** Geosul, Florianópolis, v. 24, n. 48, p 7-26, jul./dez. 2009

ZAMBONI, Jésio. **Uma filosofia da diferença bicha.** In: RODRIGUES, Alexsandro; BARRETO, Maria Aparecida S. C. (Orgs.) **Currículos, gêneros e sexualidades. Experiências misturadas e compartilhadas.** Vitória, ES: EDUFES, 2012.

## ANEXO 01

### Programa da disciplina Estudos Especiais em Psicologia III aprovado pelo Departamento de Psicologia da UFES (DPSI)

**Carga horária:** 60 horas.

**Ementa:** Debate de temas atuais vinculados aos novos campos de atuação da Psicologia.

**Objetivo geral:** Discutir processos de produção de sexualidades a partir de suas relações com políticas, militância, subjetividades e processos de constituição de sujeitos.

**Objetivos específicos:** Desenvolver conceitos de Michel Foucault referentes a poder, biopoder, e corpo; analisar os processos de constituição e produção do corpo e suas relações com as sexualidades; discutir textos do feminismo clássico e suas relações com as lutas na atualidade; apresentar os estudos *queer* a partir das produções de Judith Butler, Paul Beatriz Preciado e Guacira Lopes Louro, além de leituras críticas a essa mesma teoria; dialogar as questões apresentadas na disciplina com processos presentes em nossos cotidianos.

	<b>Atividade Programada</b>
Aula 1 16/03	●Apresentação da disciplina.
Aula 2 23/03	<b>Módulo 1 - CORPO E SEXUALIDADE</b> ●FOUCAULT, Michel. <b>História da Sexualidade I:</b> a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. (Capítulos “ <u>NÓS, OS VITORIANOS</u> ” e “ <u>MÉTODO</u> ”).
Aula 3 30/03	●FOUCAULT, Michel. <b>Em defesa da sociedade.</b> São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Capítulo AULA DE 17 DE MARÇO DE 1976). ●RODRIGUES, Alexsandro; DALLAPICULA, Catarina; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva (org.). <b>Transposições:</b> lugares e fronteiras em sexualidade e educação. Vitória: EDUFES, 2014(Capítulo“ <u>CAVALHEIROS, LIGUEM SEUS MOTORES... E QUE VENÇA A MELHOR MULHER</u> ”, de CATARINA DALLAPICULA, SIMONE G. DA COSTA E SARAH PEDERZINI).
Aula 4 06/04	●FOUCAULT, Michel. <b>O corpo utópico.</b> ●Debate com convidad@ do filme <b>A PELE QUE HABITO.</b>
Aula 5 13/04	<b>Módulo 2 – ESTUDOS E POLÍTICAS QUEER</b> ●BUTLER, Judith. <b>Problemas de gênero:</b> feminismo e

	<p>subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (Capítulos “<u>MULHERES COMO SUJEITO DO FEMINISMO</u>”, “<u>A ORDEM COMPULSÓRIA DO SEXO/GÊNERO/DESEJO</u>”, “<u>GÊNERO: AS RUÍNAS CIRCULARES DO DEBATE CONTEMPORÂNEO</u>”, “<u>TEORIZANDO O BINÁRIO, O UNITÁRIO E ALÉM</u>”).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Divisão de grupos e aquecimento para os grupos de discussão.</li> </ul>
Aula 6 20/04	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PRECIADO, Paul Beatriz. <b>Manifesto contrassexual</b>. São Paulo: n-1 edições, 2014 (Capítulos “<u>O QUE É A CONTRASSEXUALIDADE?</u>” e “<u>PRÓTESE, MON AMOUR</u>”).</li> <li>• LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. <b>Estudos Feministas</b>, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.</li> </ul>
Aula 7 27/04	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Queer nos trópicos. <b>Contemporânea</b>, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 371-394, 2012.</li> <li>• Exibição e debate com convidad@ do filme <b>DZI CROQUETTES</b>.</li> </ul>
Aula 8 11/05	<p style="text-align: center;"><b>Módulo 3 – FEMINISMOS E POLÍTICAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ADICHIE, Chimamanda Ngozi. <b>Sejamos todos feministas</b>. São Paulo: Companhia das letras, 2014.</li> <li>• <b>Apresentação do grupo 1</b></li> </ul>
Aula 9 18/05	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conversa no pátio do CEMUNI VI sobre a atual conjuntura política e do curso.</li> </ul>
Aula 10 25/05	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Apresentação do grupo 3.</b></li> <li>• <b>Apresentação do grupo 4.</b></li> </ul>
Aula 11 01/06	<ul style="list-style-type: none"> <li>• BEAUVOIR, Simone. <b>O Segundo Sexo I: Fatos e Mitos</b>. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. (Capítulo “<u>INTRODUÇÃO</u>”).</li> <li>• <b>Apresentação do grupo 2.</b></li> </ul>
Aula 12 08/06	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Apresentação do grupo 5.</b></li> <li>• <b>Apresentação do grupo 6.</b></li> </ul>
Aula 13 15/06	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Debate com convidad@s do filme <b>WHAT HAPPENED, MISS SIMONE?</b></li> </ul>

Aula 14 22/06	●Entrega dos trabalhos escritos.
Aula 15 29/06	●Fim da disciplina e entrega das notas.

**Avaliação continuada:** Presença e participação das aulas (**máximo de 04 faltas**)

**Avaliação parcial:** Os participantes da disciplina devem se dividir em grupos de discussão para a formulação de problemas e/ou elaboração de proposições a partir das temáticas discutidas em sala de aula. O trabalho deve ser apresentado para turma em forma de seminário.

**Avaliação final:** Entrega de trabalho escrito em forma de artigo, ensaio, aforismo, proposta ou tese política.

## ANEXO 02

Listagem de *sites* referentes à produção do artigo “**Do lugar de que se fala: territorialidades discursivas sobre gênero e sexo nas redes**” (FERREIRA; ROSEIRO; SANTIAGO, 2016).

Referência:

FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva; ROSEIRO, Maria Carolina F. B.; SANTIAGO, Anderson Cacilhas. **Do lugar de que se fala: territorialidades discursivas sobre gênero e sexo nas redes**. In: RODRIGUES, Alexsandro; MONZELI, Gustavo; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva (Orgs.). *A política no corpo: gênero e sexualidade em disputa*. Vitória: EDUFES, 2016.

Ferramenta de busca: site *Google*.

<b>Palavras-chave: “PROTAGONISMO E LUGAR DE FALA”</b>	
<b>Data: 21/01/2016</b>	
<b>Títulos / links</b>	<b>Data de publicação</b>
<i>“Homens feministas” – um debate sobre protagonismo e lugar de fala</i> gabivasconcellos.com.br	30/07/2015
<i>Local de fala, protagonismo e privilégio à luz da epistemologia</i> ver também: <i>Ensaio sobre a privacidade nos tempos das câmeras de celular</i> bulevoador.com.br	08/10/2015 19/01/2016
<i>Reflexões sobre lutas sociais e protagonismo</i> blogueirasfeministas.com	22/06/2015
<i>Aborto, protagonismo e o nosso feminismo</i> lugardemulher.com.br	27/11/2014
<i>Roubo de protagonismo: nem sempre estamos no palco das lutas – e tudo bem</i> revistacapitolina.com.br	04/09/15
<i>Protagonismo</i> ofeminista.com.br	11/06/15
<i>Protagonismo, local de fala e visibilidade</i> imprensafeminista.com	09/09/15
<i>Os homens no feminismo e o protagonismo da mulher</i> revistaforum.com.br	16/04/14
<i>Bandeiras levantadas, protagonismo e o medo do ativismo LGBT</i> revistaforum.com.br	02/12/15
<i>Política da escuta – voz, protagonismo e disputa política</i> (Blog Márcia Tiburi)	26/12/15

revistacult.uol.com.br	
<i>Sobre racismo e protagonismo</i> blogdogersonnogueira.com	28/01/14
<i>Protagonismo na militância: não cabe a você falar por todos</i> mundivagante.com.br	08/09/15
<i>Lugar de fala e lugar do falo</i> (Ronaldo Bressane, Revista Pessoa) cabineliteraria.com.br	21/07/15
<b>Palavras-chave: “LUGAR DE FALA”*</b> <b>Data: 14/02/2016</b>	
<b>Títulos / links</b>	<b>Data de publicação</b>
<i>Lugares de fala e a urgência da escuta</i> (Renan Quinalha) justificando.cartacapital.com.br	13/11/15
<i>Lugar de fala</i> (Acontabilidade) we.riseup.net	sem data
<i>Qual é o seu lugar de fala?</i> gordaesapatao.com.br	20/01/14
<i>Lugares de fala</i> (Geledés – Felipe Messias) geledes.org.br	11/07/15
<i>De estrelas e putas vidas</i> (Monique Prada) lugardemulher.com.br	09/08/15
<i>A gota d’água: O meu lugar de fala</i> anaeufrazio.blogspot.com.br	17/03/15
* Foram omitidos os sites encontrados na busca anterior	